

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 017/2026
Data: 29/01/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ TEM CONTRATO ASSINADO PARA SUA CONSTRUÇÃO E VAI GERAR 9 MIL EMPREGOS NO LITORAL DE SP	4
TRIBUNA LIVRE: O PORTO, O LIVRO E O ALVINEGRO	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	6
PRORROGADA JANELA DE AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL 2025	6
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	7
MISSÃO PANAMÁ: GOVERNO FEDERAL FIRMA ACORDO DE COOPERAÇÃO LOGÍSTICA E NEGOCIA AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE OS PAÍSES	7
BRASIL RECEBE 6,1 MILHÕES DE VISITANTES INTERNACIONAIS POR TRANSPORTE AÉREO EM 2025	8
FUNDO DA MARINHA MERCANTE AMPLIOU INVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA NAVAL COM MAIS DE R\$ 3,85 BILHÕES NO SETOR EM 2025	10
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DE CERIMÔNIA DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO DO PORTO DO ITAQUI, NO MARANHÃO	11
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	12
TRANSNORDESTINA: SECRETÁRIO NACIONAL DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO ACOMPANHA AVANÇO DAS OBRAS NO CEARÁ	12
BE NEWS – BRASIL EXPORT	12
EDITORIAL – TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ: IMPACTOS E AVANÇOS	12
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - RISCOS GLOBAIS: O CURTO PRAZO EM CRISE E O LONGO PRAZO SOB AMEAÇA AMBIENTAL	13
NACIONAL - HUB – CURTAS - HADDAD ARTICULA SUCESSÃO NA FAZENDA E AVALIA SAÍDA PARA DISPUTAR ELEIÇÕES....	14
<i>Sucessão na Fazenda.....</i>	<i>14</i>
<i>O número 2</i>	<i>15</i>
<i>A mensagem ao mercado</i>	<i>15</i>
<i>Denúncia na PGR.....</i>	<i>15</i>
<i>Polarização.....</i>	<i>15</i>
POLÍTICA - GOVERNO TENTA AGILIZAR FIM DA ESCALA 6X1	15
POLÍTICA - PT COGITA APOIAR CPI DO MASTER PROPOSTA PELO PSB	17
POLÍTICA - MP QUE CRIA GÁS DO POVO ESTÁ NA PAUTA DA CÂMARA NO RETORNO	18
POLÍTICA - APÓS SE FILIAR AO PSD, CAIADO ESPERA ESCOLHA DE KASSAB.....	18
POLÍTICA - CARLOS SE REÚNE COM TARCÍSIO COM AVAL DE BOLSONARO.....	19
TRANSPORTES - PORTOS - GOVERNO DE SP ASSINA CONTRATO DA PPP DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ	20
TRANSPORTES - PORTOS - APREENSÕES DE DROGAS NO PORTO DE SANTOS DESPENCAM 83% DESDE 2020.....	22
TRANSPORTES - PORTOS - PORTO DE SANTOS VAI SEDIAR FESTIVAL SOBRE CULTURA OCEÂNICA.....	23
TRANSPORTES - PORTOS - ADITIVO ESTENDE ARRENDAMENTO DE TERMINAL NO RJ POR MAIS 25 ANOS	23
TRANSPORTES – PORTOS - PORTO DO PECÉM É PREMIADO COM SELO DE SUSTENTABILIDADE	25
TRANSPORTES - PORTOS - MAERSK TESTA ETANOL COMO COMBUSTÍVEL E COLOCA SUAPE NO RADAR.....	25
TRANSPORTES - RODOVIAS - GOVERNO AJUSTA NOVO MODELO DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS PARA LEILÕES EM 2026 ..	26
TRANSPORTE - RODOVIAS GOVERNO FEDERAL ANUNCIA TÚNEL DUPLO NO MORRO DOS CAVALOS	27
PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS RENOVA E AMPLIA CONTRATOS DE PETRÓLEO COM ESTATAIS DA ÍNDIA	29
PETRÓLEO E GÁS - ORGANIZAÇÕES DEFENDEM PRODUÇÃO MÍNIMA DE PETRÓLEO NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	30
MINERAÇÃO - CONGONHAS REGISTRA NOVO EPISÓDIO DE CARREAMENTO DE RESÍDUOS EM ÁREA DA CSN.....	31
MINERAÇÃO - OURO SUPERA US\$ 5.300 E RENOVA RECORDE PELA SÉTIMA SESSÃO SEGUIDA.....	32
FINANÇAS - BC MANTÉM JUROS EM 15% PELA QUINTA VEZ SEGUIDA	33
FINANÇAS - TAXA ALTA POR PERÍODO LONGO GERA ASFIXIA, DIZ PRESIDENTE DA FIESP.....	35
FINANÇAS - IBOVESPA RESISTE A NY E SOBE 1,52% EM NOVO RECORDE.....	35
FINANÇAS - DÓLAR FECHA ESTÁVEL COM AJUSTES EM DIA DE FED E COPOM.....	37
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - PORTA-VOZ NÃO SE IMPROVISA	37
JUSTIÇA - PM PEDE ‘ADEQUAÇÕES’ PARA BOLSONARO NA PAPUDINHA.....	39
JUSTIÇA - EXÉRCITO AUTORIZA MAURO CID A IR PARA RESERVA REMUNERADA.....	40
JUSTIÇA - MJ AVISA STF QUE JÁ FEZ PEDIDO DE EXTRADIÇÃO DE RAMAGEM.....	41
JUSTIÇA - TOFFOLI AUTORIZA APURAÇÃO DE ATAQUES VIRTUAIS AO BC.....	41
JUSTIÇA - ANDRÉ MENDONÇA MANTÉM PRISÃO DO CARECA DO INSS	42



JUSTIÇA - MORAES TIRA RECEITAS DO MPU DO ARCABOUÇO FISCAL	43
JUSTIÇA - TCU APROVA PLANO DE AUDITORIA SOBRE EMENDAS PIX.....	43
JUSTIÇA - CONTRATOS FEDERAIS DE TI COM FRAUDES BILIONÁRIAS SERÃO APURADOS	44
JUSTIÇA - OPERAÇÃO INVESTIGA ESQUEMA DE DESVIO DE VERBAS DA SAÚDE NO RN	45
INTERNACIONAL - “DIVIDIDOS, SOMOS FRÁGEIS”, DIZ LULA SOBRE A AMÉRICA LATINA	45
INTERNACIONAL - PRESIDENTE CONVIDA LÍDER DE DIREITA DA BOLÍVIA PARA VIR AO BRASIL.....	47
INTERNACIONAL - EUA CRITICA LENTIDÃO DE ALIADOS DA OTAN	47
INTERNACIONAL - AL-MALIKI DESAFIA TRUMP E DIZ QUE MANTERÁ CANDIDATURA	48

JORNAL O GLOBO – RJ..... 49

CASO MASTER: GABINETE DE TOFFOLI ADMITE POSSIBILIDADE DE ENVIAR CASO À PRIMEIRA INSTÂNCIA APÓS FIM DE INQUÉRITO.....	49
GOVERNO TEM DÉFICIT DE R\$ 61,7 BI EM 2025 E CUMPRE META FISCAL COM EXCEÇÕES, SEGUNDO TESOUREIRO NACIONAL.....	51
A RECEITA DE PRESIDENTES DE AMÉRICA LATINA E CARIBE PARA ENFRENTAR A ERA TRUMP: MAIS INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	52
PRESSÃO POR AFASTAMENTO, SIGILO E ENVIO À 1ª INSTÂNCIA: OS RECADOS DE TOFFOLI NA NOTA SOBRE O CASO MASTER..	55
JUSTIÇA RETOMA LEILÃO DE ATIVOS DA MMX, DE EIKE, COM LANCE MÍNIMO DE R\$ 63 MILHÕES.....	56
NOVO PROBLEMA EM ÁREA DE MINERADORA EM MINAS É REGISTRADO E AFETA AFLUENTE DO RIO PARAÓPEBA.....	57

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP..... 61

OPINIÃO - STF NÃO SABE PARA ONDE IR	61
ANÁLISE - INVESTIGAÇÃO INTERNA É VACINA DO BANCO CENTRAL CONTRA RISCO CRESCENTE DE PIZZA NO CASO MASTER	62
OPINIÃO - ROMBO DA RIOPREVIDÊNCIA É 500 VEZES MAIOR QUE PERDAS COM O MASTER	63
TRUMP: NOSSAS TARIFAS PODERIAM SER MAIS ALTAS; ESTAMOS SENDO MUITO GENTIS.....	63
HADDAD CRITICA DECISÃO DE MORAES DE EXCLUIR RECEITAS PRÓPRIAS DO MP DE LIMITE DE GASTOS DO ARCABOUÇO	64
EMBRAER FECHA 2025 COM A MAIOR CARTEIRA DE PEDIDOS DE SUA HISTÓRIA	65

VALOR ECONÔMICO (SP)..... 66

EIKE BATISTA PEDE SUSPEIÇÃO DE TOFFOLI NO CASO DAS DEBÊNTURES DA MMX POR PROXIMIDADE COM ESTEVES, DO BTG	66
FGC JÁ DESEMBOLSOU R\$ 32,5 BILHÕES EM RESSARCIMENTO DE CDBs DO BANCO MASTER	67
CORREIOS PARCELAM R\$ 2,4 BI EM DÍVIDAS COM RECEITA E INSS PARA PRESERVAR CAIXA	68
COM DEDUÇÕES, GOVERNO CUMPRE META EM 2025 COM DÉFICIT DE R\$ 13 BI, DIZ TESOUREIRO	69
CHINA INSTALA O TRÍPLIO DA AMÉRICA DO NORTE DE ARMAZENAMENTO DE ENERGIA EM BATERIAS	70
JUSTIÇA SUSPENDE COBRANÇA DE PEDÁGIO NA BR-364, EM RONDÔNIA	72
DÉFICIT COMERCIAL DOS EUA TEM EM NOVEMBRO MAIOR ALTA EM QUASE 34 ANOS.....	73
FT: RECEITAS DE PETRÓLEO DA RÚSSIA TÊM FORTE QUEDA COM SANÇÕES	74

PORTAL PORTOS E NAVIOS..... 76

CONSELHO INDUSTRIAL DO MERCOSUL DEFENDE ENTRADA EM VIGOR DO ACORDO COM A UNIÃO EUROPEIA E MAIS INTEGRAÇÃO REGIONAL	76
MARCUS VOLOCH ASSUME PRESIDÊNCIA DA LOG-IN	77
DESMANTELAMENTO DE PORTA-CONTÊNERES ATINGIU EM 2025 SEU PONTO MAIS BAIXO EM 20 ANOS	77
BRASIL E PANAMÁ FECHAM ACORDO DE COOPERAÇÃO LOGÍSTICA E NEGOCIAM AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE PAÍSES	78
ARTIGO - EVENTOS CLIMÁTICOS E CABOTAGEM: O CUSTO DA FALTA DE PLANEJAMENTO NOS RIOS AMAZÔNICOS	78
TAXAS DE FRETE SPOT CAEM MAIS APÓS FIM DO PICO QUE ANTECEDE ANO NOVO CHINÊS	80
CHINA DARÁ PRIORIDADE À SOJA BRASILEIRA NESTE SEMESTRE, APESAR DO RETORNO DOS EMBARQUES DOS EUA	81
VARD ENXERGA OPORTUNIDADES NAS ÁREAS DE O&G E DEFESA	81
FMM DESTINOUS R\$ 3,8 BILHÕES PARA INVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA NAVAL E SETOR AQUAVIÁRIO EM 2025	83

MERCOSHIPING MARÍTIMA LTDA..... 84

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	84
--	----



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ TEM CONTRATO ASSINADO PARA SUA CONSTRUÇÃO E VAI GERAR 9 MIL EMPREGOS NO LITORAL DE SP

Acordo permite início dos projetos funcional e executivo da obra, que terá investimento total de R\$ 6,8 bilhões

Da ATribuna.com.br 29 de janeiro de 2026



Na região do Linhão, em Vicente de Carvalho. haverá a construção da parte de desembocadura do túnel em Guarujá e remanejamento de vias (Daniel Gois/AT)

O Governo do Estado assinou nesta quarta-feira (28) à noite, de forma digital, o contrato com o grupo português Mota-Engil para construção do túnel imerso Santos-Guarujá. Assim, a empresa já pode dar início aos projetos funcional e executivo para viabilizar a obra.

A parceria público-privada (PPP) foi selada após reunião de representantes da empresa com o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e o secretário estadual de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini. O encontro, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, não teve a participação da Autoridade Portuária de Santos (APS) e não houve assinatura por parte do Governo Federal no documento.

O total de investimentos na ligação seca é de R\$ 6,8 bilhões, dos quais R\$ 5,1 bilhões correspondem a aportes públicos divididos igualmente entre Estado e União. Será o primeiro túnel imerso do Brasil, construído em módulos de concreto fabricados fora do canal de navegação e posteriormente imersos no leito do Porto de Santos.

“Assinamos o contrato com a concessionária. O que era impossível e esperado há 100 anos, a gente vai tornar possível. Agora começamos a discutir o projeto funcional e o projeto executivo. No ano que vem, faremos a mobilização e o início das obras”, explica Rafael Benini.

Segundo o secretário estadual de Parcerias em Investimentos, em 2028, começa a fabricação dos elementos de concreto que vão fazer o túnel. “Em 2029, a gente começa a submergir esses elementos formando o túnel, para que em 2030, a gente tenha ele entregue para a população”, afirma.

Doca seca

O principal canteiro de obras, onde se pretende construir a chamada doca seca, local onde serão feitos os módulos de concreto do túnel que serão imersos, deve ser na área da Prainha, em Vicente de Carvalho, em direção ao chamado Linhão, em Guarujá.

Na região do Linhão também haverá a construção da parte de desembocadura do túnel em Guarujá e remanejamento de vias. O terreno fica entre a Prainha e a Praça 14 Bis. Embora a empresa tenha flexibilidade para escolher outros locais, essa foi a área mais indicada, em uma primeira análise.

Essa região já está vazia, é do Porto e próxima ao canal de navegação.

A Mota-Engil venceu o leilão realizado na Bolsa de Valores (B3), na Capital, em setembro de 2025, com desconto de 0,5% sobre a contraprestação pública máxima anual de R\$ 438,3 milhões.



Tarcísio de Freitas fez reunião com representantes da empresa (João Valério/Governo do Estado/Divulgação)

Desenvolvimento

A expectativa é de que a construção do túnel possa gerar cerca de 9 mil empregos diretos e indiretos no projeto, além de ajudar no desenvolvimento urbano e logístico de toda a Baixada Santista.

O tempo de travessia entre Santos e Guarujá cairá para até cinco minutos. Hoje, a ligação rodoviária entre as duas cidades tem 40 quilômetros de extensão, com tempo de viagem em torno de uma hora.

A travessia por balsas também costuma ser demorada, com transtornos e espera excessiva. A licença ambiental prévia já foi emitida pela Cetesb, que atesta a viabilidade e autoriza o avanço das próximas etapas, assegurando previsibilidade e segurança jurídica ao cronograma. A análise considerou aspectos como impactos sobre manguezais, fauna, flora, ruído e desapropriações, estabelecendo condicionantes que deverão ser seguidas na etapa de licenciamento do túnel.

Como será

O projeto prevê a construção de um túnel de 1,5 km de extensão entre as duas cidades, sendo 870 metros sob o canal portuário, com três faixas por sentido, passagem para pedestres e ciclistas e galeria de serviços. O contrato, com prazo de 30 anos, inclui também as etapas de operação e manutenção da infraestrutura.

Próximos passos

- **2026** – Projetos funcional e executivo Desenvolvimento dos projetos funcional e executivo, realização de estudos complementares, tratativas de desapropriação e condução dos licenciamentos ambientais necessários para a implantação da obra.
- **2027** – Início das obras Construção da doca seca, execução das dragagens preliminares e implantação dos canteiros de obra.
- **2028** – Fabricação dos elementos Pré-moldagem das peças do túnel, dragagem da trincheira no canal portuário e início das rampas de acesso.
- **2029** – Imersão e montagem Instalação dos elementos do túnel, selagem das juntas e execução das obras de acesso.
- **2030** – Finalização Acabamentos finais, instalação dos sistemas e realização dos testes operacionais.

Fonte: Governo do Estado

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/01/2026

TRIBUNA LIVRE: O PORTO, O LIVRO E O ALVINEGRO

Em 1962, Santos era o pulso de um Brasil em transe

Por *José Geraldo Gomes Barbosa 29 de janeiro de 2026 às 06:14 (Reprodução)

Em 1962, Santos era o pulso de um Brasil em transe. Sob o sol do Litoral, o maior complexo portuário do Hemisfério Sul não movia apenas cargas; transportava ideais. Naquela Vanguarda Operária, o suor do trabalho alimentava uma transformação social que unia o cais à Vila Belmiro em um só destino.

Havia uma mística comum na cidade: a precisão dos estivadores era a mesma que consagrava o país nos gramados do esporte bretão. Enquanto o porto despertava a nação, o Santos Futebol Clube redesenhava o mapa do mundo em quatro movimentos de pura maestria. A glória começou na América, em agosto, e atravessou o Atlântico para coroar o planeta em Lisboa, dois meses depois. Com o Brasil e o Estado já rendidos ao seu domínio, selava-se o ano perfeito. Naquela temporada, o

futebol provou que seu centro de gravidade não residia em uma capital, mas no balanço das ondas do litoral paulista.

Essa efervescência transbordava para os bancos escolares. Nas noites de quarta-feira, o Colégio Canadá tornava-se palco de um dilema sagrado: o silêncio da aula ou o rugido do estádio? Às nove da noite, o coração do estudante noturno batia no ritmo da arquibancada, desafiando a sobriedade do dever.

Numa dessas jornadas, sob o olhar incisivo do professor, o saudoso padre Américo Soares, fui convocado a interpretar a trama de Amor de Perdição. O clássico de Camilo Castelo Branco narra a tragédia de Simão e Teresa, almas separadas pelo ódio familiar. Simão acaba preso e condenado ao exílio, preferindo o suplício à vida sem sua amada. No centro desse drama surge Mariana, a personagem mais comovente: ela ama em silêncio e, ciente de que ele jamais seria seu, dedica-se a ampará-lo na clausura e na doença. Ao ver o companheiro partir sem vida, Mariana abraça o corpo inerte e salta ao mar, escolhendo o abismo ao lado dele. É uma história de entrega absoluta, onde o afeto não culmina em final feliz, mas em sacrifício.

Naquela noite, porém, meus pensamentos desertaram da sala para buscar o brilho dos refletores da Vila. O mestre, percebendo que meu espírito não habitava aquele corpo, foi de uma ironia cortante: “Meu caro, temo que minha caneta careça de tinta para a imensidão de zeros que sua ausência merece”. Saí com o vazio da nota e o amargor de um revés inesperado. Todavia, aquele educador — que conhecia o empenho de quem labutava ao sol para estudar sob a lua — teve a grandeza de enxergar além do aluno distraído, concedendo-me o direito ao recomeço.

Nos 15 dias seguintes, mergulhei no drama luso com a mesma garra com que Pelé buscava o gol. Na nova sabatina, o zero transmutou-se em dez. Hoje, o antigo constrangimento dissolveu-se em sabedoria: a vida, tal como os clássicos, só recompensa quem se entrega por inteiro. O mar de 1962 não era apenas o caminho para o mundo, mas o horizonte de um povo que navegava, com o mesmo brio, entre o peso da labuta, o rigor do livro e o brilho eterno da taça.

*José Geraldo Gomes Barbosa. Engenheiro, advogado, mestre em Direito Ambiental, membro das academias de Letras da Praia Grande, de São Vicente, do IHGS, IGHMB e conselheiro honorário do Santos FC

Este artigo é de responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a linha editorial e ideológica do Grupo Tribuna. As empresas que formam o Grupo Tribuna não se responsabilizam e nem podem ser responsabilizadas pelos artigos publicados neste espaço.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 29/01/2026



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

PRORROGADA JANELA DE AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL 2025



Instalações portuárias terão até o dia 16 de fevereiro para preencher o formulário

Brasília, 28/01/2026 - Foi prorrogada a janela de avaliação do Índice de Desempenho Ambiental (IDA) referente ao período avaliativo de 2025. A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) comunica que o novo prazo para preenchimento do questionário se encerrará no dia 16 de fevereiro deste ano.

O formulário é disponibilizado para todos os titulares e suplentes designados pelas instalações portuárias que foram selecionadas pela Agência. Quaisquer dúvidas, basta enviar um e-mail para a Gerência de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Agência (GMS/ANTAQ) no seguinte endereço: gestao.ambiental@antaq.gov.br ou entrar em contato pelo telefone: (61) 2029-6661.

Índice ambiental

O IDA é regulamentado pela Resolução ANTAQ Nº 123, de 17 de dezembro de 2024, e constitui o instrumento da ANTAQ para acompanhamento e avaliação da gestão ambiental de portos públicos e instalações portuárias. O índice permite quantificar e simplificar informações de forma a facilitar o entendimento do público e de tomadores de decisão sobre as questões ambientais portuárias.

Entre os indicadores que são avaliados pelo IDA, destacam-se os que avaliam a situação do licenciamento ambiental, a composição da equipe do setor de gestão ambiental, a prevenção de riscos e atendimento a emergências, auditoria ambiental, o gerenciamento de resíduos, a qualidade e eficiência no uso de energia, o monitoramento da qualidade ambiental e os planos de contingência de saúde.

O painel dinâmico de resultados das avaliações anteriores está disponível no portal da ANTAQ. Nele, é possível verificar informações sobre o ranking, análise por atributos, por instalações portuárias entre outras análises.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 29/01/2026



Presidência da República



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MISSÃO PANAMÁ: GOVERNO FEDERAL FIRMA ACORDO DE COOPERAÇÃO LOGÍSTICA E NEGOCIA AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE OS PAÍSES

Em agenda com o presidente Lula, ministro Silvio Costa Filho assina memorando para modernização portuária



Viagem inclui assinatura de Memorando de Entendimento e avanços nas negociações para ampliar a malha aérea entre os dois países - Foto: Ricardo Stuckert/PR

A missão oficial do governo federal ao Panamá, encerrada nesta quarta-feira (28), marcou um novo passo na integração da infraestrutura sul-americana. Como parte da comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, cumpriu uma agenda estratégica na Cidade do Panamá, focada na atração de investimentos e na troca de tecnologia logística.

O saldo da viagem inclui a assinatura de um Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Panamá e avanços nas negociações para ampliar a malha aérea entre os dois países, consolidando o papel do Brasil como protagonista na logística regional.

Durante seu discurso na abertura do Fórum Econômico Internacional América Latina e Caribe 2026, o presidente Lula destacou o avanço do programa Rotas de Integração Sul-Americana. “Continuamos empenhados em trabalhar com todos os países vizinhos. São dezenas de obras de melhoria de

rodovias, hidrovias, ferrovias, portos e aeroportos, além de infovias e linhas de transmissão, com potencial para dobrar o comércio intrarregional em poucos anos", disse.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a presença do Brasil no Panamá reafirma o compromisso do país em liderar o desenvolvimento da infraestrutura regional. "O objetivo é fazer um conjunto de reuniões bilaterais para fortalecer a agenda do desenvolvimento econômico, sobretudo com o olhar para o setor portuário, para o setor da aviação, para o setor da infraestrutura brasileira e ver de que forma o Brasil pode ampliar as parcerias com esses países que fazem parte de toda essa região", disse.

Parceria portuária e corredor verde

Um dos pontos altos da missão foi a formalização da parceria técnica voltada ao setor portuário. O documento assinado estabelece quatro pilares de cooperação: aumento da competitividade via novas rotas, descarbonização, modernização tecnológica (com uso de inteligência artificial e Big Data) e capacitação profissional.

O acordo prevê ainda estudos para a criação de um "Corredor Verde" entre o Brasil e o Canal do Panamá; rota por onde transitam cerca de 5,8 milhões de toneladas de cargas por ano. O objetivo é incentivar o uso de combustíveis sustentáveis na navegação, alinhando a eficiência logística às metas globais de redução de emissões.

Ainda como parte da agenda, a comitiva realizou uma visita técnica às eclusas de Cocolí, infraestrutura estratégica que conecta os oceanos Atlântico e Pacífico e reduz drasticamente as distâncias do comércio marítimo internacional. A equipe conheceu de perto a operação do canal, que serve de rota para milhões de toneladas de cargas brasileiras anualmente. A visita reforçou o papel vital desse corredor logístico para a competitividade do Brasil, facilitando o fluxo de importações e exportações com parceiros da Ásia e da América do Norte.

Agenda política

Na noite de terça-feira (27), o ministro acompanhou o presidente Lula em reunião com o presidente do Chile, José Antonio Kast, reforçando os laços diplomáticos e econômicos. Já nesta quarta (28), a comitiva participou do Fórum Econômico Internacional América Latina e Caribe, organizado pelo CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina).

Ainda no campo da articulação regional, a comitiva brasileira reuniu-se nesta quarta-feira com o presidente da Bolívia, Rodrigo Paz. O encontro bilateral, realizado logo após a abertura do Fórum Econômico, teve como foco central o debate sobre infraestrutura física e oportunidades de investimento entre os dois países, reforçando o compromisso do governo federal em destravar gargalos logísticos e potencializar o comércio na América do Sul.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 28/01/2026

BRASIL RECEBE 6,1 MILHÕES DE VISITANTES INTERNACIONAIS POR TRANSPORTE AÉREO EM 2025



Levantamento da Embratur mostra que modal aéreo respondeu por 66% das chegadas e cresceu 33,2% em relação a 2024; São Paulo e Rio de Janeiro concentraram o maior volume

Aviação brasileira movimentou 130 milhões de passageiros em 2025, com 6,1 milhões de visitantes internacionais - Foto: Divulgação/MPor

O transporte aéreo firmou-se como a grande força do turismo internacional brasileiro em 2025. Dados da



Polícia Federal e do Ministério do Turismo, consolidados pela Embratur, revelam que 6.132.901 visitantes internacionais chegaram ao país por avião ao longo do ano passado. O número representa um crescimento expressivo, de 33,2%, em comparação a 2024. Esse volume confirma a liderança absoluta dos aeroportos na escolha dos turistas. A via aérea foi a porta de entrada para 66,04% do total de 9,2 milhões de estrangeiros e brasileiros residentes no exterior, que visitaram o Brasil em 2025, superando as vias terrestre, marítima e fluvial somadas.

Nesse cenário de alta demanda, os terminais da região Sudeste concentraram o maior fluxo de chegada. Apenas pelos aeroportos do estado de São Paulo, entraram 2.737.901 visitantes internacionais. O Rio de Janeiro aparece na sequência, tendo sido a porta de entrada para 2.130.991 turistas. O ranking dos principais estados de acesso por via aérea inclui ainda Santa Catarina (488.114), Bahia (202.335) e Ceará (112.643), evidenciando a capilaridade da malha internacional para além do eixo Rio-São Paulo.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, os números provam que a conectividade aérea é a alavanca do turismo. "Quando garantimos aeroportos modernos e seguros, estamos dizendo ao mundo que o Brasil está pronto para receber. O turista internacional exige eficiência na chegada, e esse crescimento no fluxo de visitantes mostra que nossa infraestrutura está cumprindo seu papel de conectar o país aos grandes emissores globais, gerando emprego e divisas aqui dentro", disse.

"Quando garantimos aeroportos modernos e seguros, estamos dizendo ao mundo que o Brasil está pronto para receber"

Silvio Costa Filho

A atração de visitantes também foi impulsionada pelo aumento da oferta de voos. Em 2025, foi registrado um crescimento de 14,1% na oferta de assentos, batendo recorde histórico pelo segundo ano consecutivo. Com tarifas aéreas em queda (redução real de 10,9% no acumulado desde 2022) e um ambiente regulatório seguro, o Brasil consolidou-se como um destino acessível e competitivo.

Infraestrutura preparada

De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), o fluxo recorde valida os investimentos realizados na modernização da infraestrutura. O sistema aeroportuário nacional não apenas suportou a chegada desses 6,1 milhões de visitantes internacionais, como operou, no total, a movimentação histórica de 130 milhões de passageiros em 2025 (somando voos domésticos e internacionais), conforme balanço da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC).

Para ser capaz de absorver esse crescimento de demanda, a qualificação da infraestrutura foi tratada como prioridade estratégica. O setor aéreo recebeu atenção especial dentro do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, do governo federal), com uma carteira de projetos que soma R\$ 1,8 bilhão, contemplando melhorias em 31 aeroportos de 16 estados.

Além disso, a confiança do mercado na clareza e segurança regulatória do Brasil se traduziu em maior aporte de recursos. O ano de 2025 registrou R\$ 2,6 bilhões em investimentos privados, somados a R\$ 608,4 milhões em investimentos públicos diretos, garantindo a modernização contínua dos terminais e a melhoria da experiência de quem visita o Brasil.

Para 2026, a meta do MPor é seguir ampliando a conectividade internacional, com foco na atração de novas rotas para aeroportos do Nordeste e Norte, descentralizando ainda mais as portas de entrada do turismo no país.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 28/01/2026

FUNDO DA MARINHA MERCANTE AMPLIOU INVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA NAVAL COM MAIS DE R\$ 3,85 BILHÕES NO SETOR EM 2025



Recursos fortalecem a indústria, impulsionam a geração de empregos e ampliam a infraestrutura aquaviária de norte a sul do país

Ao longo de 2025, o Fundo aprovou 771 projetos, que somam R\$ 31,8 bilhões em financiamentos - Foto: Divulgação/MPor

O Fundo da Marinha Mercante (FMM) destinou R\$ 3,85 bilhões ao setor naval e aquaviário no ano de 2025, para ampliar os investimentos na construção de embarcações, na infraestrutura portuária e aquaviária e no fortalecimento da indústria naval brasileira. Com os recursos, houve impacto direto na geração de empregos, no fortalecimento da cadeia produtiva e na modernização do transporte aquaviário. Os valores também representaram crescimento de 107,4% em relação a 2024.

A maior parcela do volume aplicado, R\$ 2,45 bilhões, foi direcionada à construção de embarcações, principal foco do Fundo. Outros R\$ 361 milhões financiaram obras de infraestrutura portuária e aquaviária, R\$ 70,8 milhões foram destinados à modernização de estaleiros e R\$ 959,3 milhões corresponderam a ressarcimentos à Receita Federal do Brasil.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, os investimentos mostram o compromisso do Governo Federal com o desenvolvimento do setor e com a redução das desigualdades regionais. “Os recursos do Fundo fortalecem a indústria naval, geram empregos e ampliam a capacidade do transporte aquaviário, especialmente em regiões onde são fundamentais para o abastecimento e a integração do país”, afirmou.

Ao longo de 2025, o Fundo aprovou 771 projetos, que somam R\$ 31,8 bilhões em financiamentos, envolvendo iniciativas de construção naval, infraestrutura aquaviária e modernização do parque industrial do setor. Desse total, 152 projetos avançaram para a fase de contratação, com R\$ 7,7 bilhões formalizados, permitindo o início das obras e das atividades previstas. Esses empreendimentos devem gerar cerca de 15.443 empregos diretos. Além disso, foram realizadas 166 operações com recursos de contas vinculadas, que totalizaram R\$ 708,7 milhões.

Investimentos regionais

Na Região Norte, as contas vinculadas ao Fundo anteciparam investimentos, concentrando 53% dos recursos aplicados. A região é estratégica para o transporte aquaviário e para a integração logística do país, especialmente em áreas onde os rios são as principais vias de deslocamento.

Os financiamentos do Fundo também se concentraram nas regiões Sul e Sudeste, conforme a demanda dos projetos apresentados, enquanto as contas vinculadas reforçaram os investimentos em regiões com maior dependência da navegação interior.

Segundo o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burler, os investimentos do Fundo têm efeito direto na economia e no abastecimento do país. “Cada projeto apoiado gera empregos, movimenta a economia local e melhora o transporte de cargas, fortalecendo a ligação do Norte e do Nordeste com o restante do Brasil”, destacou.





Para 2026, o Fundo da Marinha Mercante seguirá como eixo central da política de fomento à indústria naval e à infraestrutura aquaviária. A programação prevê até R\$ 34 bilhões em recursos destinados a novas aprovações de projetos, ampliando o apoio à construção naval, à modernização da frota e ao fortalecimento da cadeia produtiva do setor. Também está prevista a formalização de cerca de R\$ 8 bilhões em novas contratações, permitindo que projetos já aprovados avancem para a fase de execução, com impacto direto na geração de empregos, no aumento da capacidade logística e no desenvolvimento regional.

Em janeiro de 2026, a 1ª Reunião do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) terá como foco a priorização de projetos portuários, com possibilidade de destinação de até R\$ 4,8 bilhões para iniciativas voltadas à ampliação, modernização e eficiência da infraestrutura portuária e aquaviária.

O secretário Otto Luiz Burlier afirmou ainda que a agenda prevista reforça o planejamento de longo prazo e a previsibilidade dos investimentos, "assegurando a continuidade do fomento ao setor, a integração do território nacional, a redução das desigualdades regionais e um transporte de cargas mais eficiente, com reflexos positivos no abastecimento e na economia da população."

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 28/01/2026

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DE CERIMÔNIA DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO DO PORTO DO ITAQUI, NO MARANHÃO

Termo aditivo prorroga por mais 25 anos a exploração do terminal pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap)

O Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participa, nesta quinta-feira (29), em São Luís (MA), da cerimônia de assinatura do convênio de renovação da gestão do Porto do Itaqui, pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap). O Termo Aditivo proposto prorroga por mais 25 anos a exploração do terminal, juntamente com o Cais de São José de Ribamar, dos terminais de ferry-boat da Ponta da Espera e do Cujupe. A vigência do contrato terminaria no dia 1º de fevereiro.

Participam do evento o governador do Estado do Maranhão, Carlos Brandão, e o diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Carvalho Dias.

O Porto do Itaqui destaca-se como um dos principais portos públicos do país e um hub crucial para o escoamento da produção agrícola e mineral brasileira. É também uma das principais portas de saída para o agronegócio do Brasil, especialmente para a soja e o milho produzidos na região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Em 2025, a movimentação portuária foi de quase 35 milhões de toneladas (um aumento de 8,15% em relação ao ano anterior), tendo a soja e petróleo como principais expoentes. O Porto gera cerca de 14 mil empregos diretos e indiretos.

Credenciamento

Os profissionais de imprensa interessados na cobertura do evento deverão solicitar a participação por meio do e-mail ascom@mpor.gov.br, informando nome completo, CPF e veículo de imprensa. Não está prevista transmissão.

Serviço

O quê: Cerimônia de assinatura da renovação do termo de delegação do Porto do Itaqui

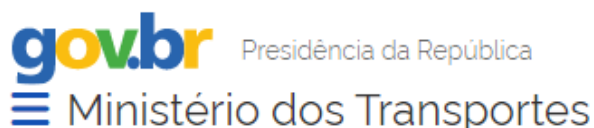
Quando: Quinta-feira, 29 de janeiro

Horário: 15h

Onde: Sede da Empresa Maranhense de Administração Portuária – Emap, Porto do Itaqui, São Luís - MA

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 28/01/2026



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

TRANSNORDESTINA: SECRETÁRIO NACIONAL DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO ACOMPANHA AVANÇO DAS OBRAS NO CEARÁ

Visita técnica acontece nesta sexta (30); 80% da fase 1 da ferrovia já está concluída

O secretário Nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, vistoria nesta sexta-feira (30) o andamento das obras dos Lotes 9 e 10 da Transnordestina, no Ceará.

Os lotes da ferrovia em execução no estado têm 97 quilômetros de extensão e atravessam os municípios de Baturité, Aracoiaba, Redenção, Acarape, Guaiúba, Palmácia, Maranguape e Caucaia. Esse trecho recebeu investimento de R\$ 2 bilhões, pelo Novo PAC, em dezembro de 2025.

Com investimento total de R\$14,9 bilhões, a Transnordestina é o principal projeto estruturante do Governo do Brasil no Nordeste. A ferrovia contará com 1.206 quilômetros de extensão na linha principal, atravessando 53 municípios distribuídos entre Eliseu Martins (PI) e o Porto do Pecém (CE). Atualmente, 80% da fase 1 da ferrovia já está concluída, com 727 quilômetros finalizados e outros 326 quilômetros em execução.

O governador do Ceará, Elmano de Freitas, o diretor-presidente da Transnordestina Logística S.A. Ismael Trinks, e o diretor-executivo de Infraestrutura e Logística da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Tufi Daher Filho, além de outras autoridades locais, também participam da visita.

Cobertura de imprensa

Não há necessidade de credenciamento prévio para jornalistas interessados na cobertura do evento.

Serviço

Visita técnica às obras da Transnordestina - Lotes 9 e 10

Data: Sexta-feira, 30 de janeiro

Horário: 9h

Local: CE-060, km 409, trecho de Aracoiaba (CE)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 29/01/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ: IMPACTOS E AVANÇOS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A assinatura do contrato de parceria público-privada (PPP) para a construção do Túnel Santos–Guarujá nessa quarta-feira, dia 28, encerrou décadas de espera e inaugurou o capítulo mais ambicioso da engenharia logística e urbana da Baixada Santista (SP). O projeto, orçado em R\$ 6,8 bilhões e viabilizado por uma inédita articulação entre os governos Estadual e Federal, representa a introdução da tecnologia de túneis imersos no Brasil. Ao substituir a travessia de balsas e o extenso contorno rodoviário de 40 quilômetros por uma ligação direta de apenas 870 metros sob o canal do Porto de Santos, a iniciativa ataca de forma frontal o maior gargalo de mobilidade da região, reduzindo o tempo de deslocamento de quase uma hora para meros cinco minutos.

A escolha do grupo Mota-Engil para a execução e operação do empreendimento por 30 anos confere ao projeto o suporte técnico de quem domina métodos construtivos de alta complexidade. A fabricação

de módulos de concreto em doca seca, seguida de sua imersão e selagem no leito do canal, é uma solução de engenharia que minimiza interferências na navegação do maior complexo portuário da América Latina — um fator crítico para a manutenção da economia nacional durante a fase de obras.

É fundamental destacar que o Túnel Santos–Guarujá transcende a função de uma obra viária intermunicipal para se tornar um ativo estratégico do comércio exterior brasileiro. A integração das duas margens do Porto de Santos por meio de uma estrutura subterrânea com três faixas de rolamento por sentido, além de ciclovia e passagem para pedestres, permitirá uma reorganização logística sem precedentes. A retirada de parte do fluxo de veículos leves e pesados das balsas liberará o canal portuário para manobras de navios de grande porte com maior agilidade, elevando a produtividade sistêmica do complexo.

O cronograma estabelecido, que prevê a entrega da obra para 2031, deve ser acompanhado com rigor técnico pela Artesp e pelos órgãos de controle. O avanço das etapas preparatórias em 2027 e o início da fabricação dos módulos em 2028 exigem uma coordenação fina entre o desenvolvimento funcional e o licenciamento ambiental já emitido pela Cetesb. A atenção às condicionantes ambientais — que envolvem desde o manejo de manguezais até o controle de ruídos e dragagem — é o que garantirá que o desenvolvimento econômico ocorra em harmonia com o sensível ecossistema estuarino.

A geração estimada de 9 mil empregos diretos e indiretos é apenas o benefício imediato de um investimento desse vulto. A longo prazo, a valorização imobiliária, o fomento ao turismo e a atração de novas empresas de logística para a Baixada Santista transformarão o perfil socioeconômico de Santos e Guarujá. A infraestrutura moderna, dotada de galeria técnica para serviços e sistemas operacionais de ponta, coloca o litoral paulista em conformidade com os padrões internacionais de cidades portuárias inteligentes.

O sucesso deste projeto servirá de modelo para outras intervenções de infraestrutura subaquática no País. O Túnel Santos–Guarujá prova que o amadurecimento das parcerias entre diferentes esferas de governo e a iniciativa privada é o caminho definitivo para superar entraves históricos. A partir de 2031, a Baixada Santista deixará de ser dividida por um canal para ser unida por uma obra de engenharia que simboliza a modernidade e a eficiência do Brasil contemporâneo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - RISCOS GLOBAIS: O CURTO PRAZO EM CRISE E O LONGO PRAZO SOB AMEAÇA AMBIENTAL



BÉATRICE DE TOLEDO DUPUY

Gerente Executiva de Comunicação
e Sustentabilidade da Santos Brasil

opinioao@portalbenews.com.br

No contexto do comércio exterior, dos portos e da logística brasileira, a leitura desses riscos ganha ainda mais relevância. Trata-se de um setor altamente exposto a choques geopolíticos, eventos climáticos extremos, interrupções de cadeias globais e mudanças regulatórias.

O Fórum Econômico Mundial divulgou, neste início de ano, seu tradicional ranking de riscos de curto e longo prazo, um relatório que reúne a percepção de centenas de especialistas de governos, do setor privado, da academia, da ciência e da sociedade civil sobre as principais ameaças globais. Mais do que uma lista de preocupações, o estudo oferece uma leitura estratégica sobre como o mundo enxerga seus desafios imediatos e estruturais — e sobre os custos crescentes de adiar decisões que já se mostram inevitáveis.

No curto prazo (dois anos), os riscos percebidos como mais severos estão fortemente associados a fatores geopolíticos, sociais e tecnológicos. Confrontos geoeconômicos, disputas comerciais, tensões entre países e a fragmentação das cadeias globais de valor compõem um ambiente de instabilidade que afeta diretamente o comércio internacional, os investimentos e a previsibilidade dos mercados. A



esse cenário somam-se a desinformação e a polarização social, que fragilizam instituições, corroem a confiança pública e dificultam a construção de consensos em sociedades cada vez mais divididas.

Ainda nesse horizonte de dois anos, surgem riscos como conflitos armados entre Estados, insegurança cibernética, desigualdade social, erosão de direitos civis e fluxos migratórios involuntários. Trata-se de um mundo reagindo a crises simultâneas, marcado por elevada volatilidade política, tensões sociais persistentes e avanços tecnológicos mais rápidos do que a capacidade de regulação. Para empresas e setores estratégicos — como infraestrutura, logística, portos e comércio exterior — esses riscos se traduzem em interrupções operacionais, aumento de custos, incertezas regulatórias, maior exposição reputacional e desafios crescentes de compliance.

Quando o olhar se desloca para o longo prazo (dez anos), o ranking revela uma mudança profunda de perspectiva. As ameaças mais severas deixam de ser predominantemente políticas ou tecnológicas e passam a ser ambientais. Eventos climáticos extremos lideram a lista, seguidos pela perda acelerada de biodiversidade, pelo colapso de ecossistemas e por mudanças críticas nos sistemas naturais do planeta. A escassez de recursos naturais completa esse quadro, evidenciando a interdependência entre clima, economia, segurança alimentar, disponibilidade de água e estabilidade social.

Essa transição expõe um paradoxo relevante. Embora os riscos ambientais já estejam presentes no cotidiano de empresas e governos, eles ainda competem com crises imediatas por atenção, investimentos e prioridade política. No entanto, seus efeitos são cumulativos, sistêmicos e de longo alcance. Infraestruturas expostas a eventos climáticos extremos, cadeias logísticas vulneráveis, impactos sobre a produção agrícola, aumento de custos com seguros e disputas por recursos tendem a se intensificar caso decisões estruturais continuem sendo postergadas.

Alguns riscos atravessam tanto o curto quanto o longo prazo. A desinformação permanece como um fator corrosivo contínuo, potencializado pelo avanço tecnológico e pelo uso inadequado de plataformas digitais e de inteligência artificial. A desigualdade segue como um risco persistente, ampliando tensões sociais e vulnerabilidades econômicas. A insegurança cibernética, por sua vez, consolida-se como uma ameaça transversal, afetando desde serviços essenciais até operações críticas de empresas, portos, cadeias logísticas e sistemas governamentais.

No contexto do comércio exterior, dos portos e da logística brasileira, a leitura desses riscos ganha ainda mais relevância. Trata-se de um setor altamente exposto a choques geopolíticos, eventos climáticos extremos, interrupções de cadeias globais e mudanças regulatórias. Portos, corredores logísticos e infraestruturas críticas concentram riscos físicos, operacionais e reputacionais que impactam diretamente a competitividade do país, os custos logísticos e a previsibilidade das exportações e importações.

Nesse cenário, sustentabilidade, governança e gestão de riscos deixam de ser temas acessórios e passam a integrar o centro da estratégia do setor. Investimentos em resiliência climática, digitalização, segurança cibernética, diversidade na tomada de decisão e planejamento de longo prazo tornam-se fatores-chave para garantir eficiência operacional, atração de capital e inserção competitiva do Brasil no comércio global. O relatório do Fórum Econômico Mundial reforça uma mensagem inequívoca: os portos e a logística que conseguirem antecipar riscos, adaptar-se às transformações e alinhar desempenho econômico à responsabilidade socioambiental estarão mais preparados para enfrentar a volatilidade global e sustentar o crescimento do comércio exterior brasileiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS - HADDAD ARTICULA SUCESSÃO NA FAZENDA E AVALIA SAÍDA PARA DISPUTAR ELEIÇÕES

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

SUCESSÃO NA FAZENDA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está articulando para que Dario Durigan, atual secretário-executivo da pasta, assuma sua cadeira quando ele deixar o comando. A data para isso acontecer não

foi definida, mas Haddad quer se dedicar à campanha de reeleição do presidente Lula. E também há a expectativa de que Haddad se lance candidato a governador de São Paulo, caso ele ceda à pressão que vem sofrendo nos bastidores do Executivo para isso.

O NÚMERO 2

Com Durigan no cargo de ministro, o posto de secretário-executivo da Fazenda deverá ser ocupado por Rogério Ceron, atual secretário do Tesouro Nacional e um dos colaboradores do arcabouço fiscal.

A MENSAGEM AO MERCADO

As movimentações técnicas na Fazenda visam indicar ao mercado financeiro que não haverá articulação de políticos na questão de consolidação fiscal. Dario Durigan é secretário-executivo da Fazenda desde junho de 2023. Ele é advogado e ex-diretor de Políticas Públicas do WhatsApp. Além de técnico, tem perfil conciliador, segundo bastidores da política federal e do mercado financeiro.

DENÚNCIA NA PGR

O líder do PT na Câmara, deputado federal Lindbergh Farias (RJ), protocolou denúncia contra o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) na Procuradoria-Geral da República, com base no Artigo 32 do Código Penal, que tipifica o crime de “perigo para a vida ou saúde de outrem”. Lindbergh argumenta que Nikolas foi irresponsável ao ignorar o alerta do Inmet para chuvas fortes no dia do encerramento de sua ‘Caminhada pela Liberdade, e que o colega de Parlamento deve arcar com as consequências por ter colocado “a vida e a saúde das pessoas em perigo”.

POLARIZAÇÃO

Levantamento do PoderData indica que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é desaprovado por 53% dos entrevistados, enquanto 41% afirmam aprovar a gestão. Outros 6% não souberam ou preferiram não responder. A pesquisa revela estabilidade nos índices em relação ao levantamento anterior e reforça o cenário de polarização política no País. A avaliação do governo ocorre em meio a debates sobre economia, condução política e articulações para as eleições deste ano.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/01/2026

POLÍTICA - GOVERNO TENTA AGILIZAR FIM DA ESCALA 6X1

Para isso, estuda enviar um projeto para unificar as propostas que tramitam no Congresso Nacional
Da Agência Brasil



A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, afirmou que o fim da escala 6x1 é prioridade para o governo neste ano

A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, afirmou que o fim da escala de seis dias de trabalho por um de folga (6x1) no Brasil é prioridade para o governo federal neste ano.

Em conversa com a imprensa nesta quarta-feira (28), ela afirmou que o governo pode enviar um projeto para unificar as propostas que já estão em tramitação no Congresso sobre o tema e que a expectativa é pela aprovação ainda no primeiro semestre.

“Depois do presidente [Luiz Inácio Lula da Silva] ter feito a correção do salário mínimo por aumento real, ter conquistado mais empregos para população, ter feito a isenção do imposto de renda [IR] para quem ganha até R\$ 5 mil, está na hora de cuidar da qualidade de vida do povo brasileiro”, disse Gleisi.



“Não é possível que as pessoas tenham um dia só por semana para descansar e para terem os seus afazeres domésticos e pessoais. Isso atinge principalmente as mulheres. Então, o presidente Lula está determinado”, explicou a ministra.

Segundo ela, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, “é simpático” em colocar o tema em discussão e é papel do governo batalhar pela aprovação. Para Gleisi, o projeto tem apoio popular e, assim como a isenção do imposto de renda, deve ter o apoio de todo o parlamento.

“[O IR] foi um projeto que nós aprovamos por unanimidade nas duas casas do Congresso Nacional. Então, quando você tem a opinião pública, quando você mostra certeza de uma proposta, eu acho que a casa se mostra sensível”, afirmou, contando que alguns setores produtivos, como a indústria, já trabalham com escala diferenciada.

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (RJ), também está confiante. “Para nós, a votação do fim da escala 6x1 é algo central. Central para nós do PT e central para o governo. A gente já tem um projeto que vai ser votado na Comissão de Trabalho e a gente quer levar com urgência para o plenário”, comentou.

No dia 2 de fevereiro, a Câmara e o Senado retomam os trabalhos legislativos. Além do fim da escala 6x1, a ministra Gleisi cita entre as prioridades do governo a aprovação do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, a regulamentação do trabalho por aplicativos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública e o projeto de lei antifacção, além de algumas medidas provisória como a de criação do programa Gás do Povo e do Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter no Brasil, o Redata.

Ainda, o governo está trabalhando para manter o veto do presidente Lula ao projeto de lei conhecido como PL da Dosimetria, aprovado em dezembro pelo Congresso Nacional. O texto prevê a redução de penas de condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro e pela tentativa de golpe de Estado.

“Nós estamos conversando com os líderes, com os deputados, nosso objetivo é manter o veto, achamos que isso é importante. Esse processo de responsabilização da tentativa de golpe se deu dentro do devido processo legal e ele é pedagógico. Qualquer situação que mexa nisso, inclusive, porque ainda nós estamos com o processo em andamento, vai ser muito ruim para a democracia e para o Estado Democrático de Direito”, defendeu.

Gleisi Hoffmann ainda contou que os Três Poderes assinarão um pacto pelo enfrentamento ao feminicídio, no próximo dia 4 de fevereiro. O enfrentamento à violência contra a mulher é um dos temas que entrou na agenda de prioridades do presidente Lula, que vem se manifestando publicamente sobre o tema.

Emendas parlamentares

Ainda sobre a relação com o Congresso, Gleisi comentou que o tema das emendas parlamentares está pacificado. O Orçamento de 2026 prevê aproximadamente de R\$ 61 bilhões em emendas parlamentares. Desse total, cerca de R\$ 37,8 bilhões serão destinados a emendas impositivas, de pagamento obrigatório.

O governo deverá antecipar o pagamento de pelo menos 65% das emendas parlamentares impositivas (individuais e de bancada) até julho. Segundo a ministra, são emendas de transferência fundo a fundo ou de transferência direta. “Não temos compromisso de execução de emendas que precisam de convênio e de emendas de comissão”, explicou.

Emenda parlamentar é uma forma de destinação de recursos do orçamento público, indicada por deputados e senadores para finalidades específicas, geralmente para obras, serviços ou projetos em suas regiões. Elas são objeto de discussão, inclusive no Supremo Tribunal Federal, em relação à transparência na destinação dos recursos, apeladas de orçamento secreto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

POLÍTICA - PT COGITA APOIAR CPI DO MASTER PROPOSTA PELO PSB

Bancada do partido discutirá o assunto na próxima terça-feira e pode abraçar a ideia do deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

Do Estadão Conteúdo



Lindbergh disse que a proposta de Rollemberg é “muito sólida”, diferentemente da apresentada pelo deputado Carlos Jordy

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (RJ), informou que a bancada do seu partido discutirá na próxima terça-feira, 3 de fevereiro, sobre a possibilidade de apoiar a proposta do deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) de instauração da

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Banco Master.

As declarações ocorreram nesta quarta-feira, 28, a jornalistas, após uma reunião do colégio de líderes na residência oficial do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Na ocasião, Lindbergh relembrou já ter assinado a proposta de CPI de Rollemberg.

“A gente sabe que a grande investigação está sendo feita pelo próprio Banco Central e pela Polícia Federal, mas o caminho dessa CPI do Rodrigo Rollemberg é um caminho em que a bancada vai discutir na terça-feira”, declarou.

Na sequência, Lindbergh disse que a proposta de Rollemberg é “muito sólida”, diferentemente da apresentada pelo deputado Carlos Jordy (PL-RJ), da oposição. “Nós vamos tentar tratar. Quer-se muito um acordo político para ver se a gente monta essa CPI pela Câmara dos Deputados”, afirmou.

O petista também disse que a legenda não ficará “na defensiva” nesse assunto e que a orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é de “apurar tudo”. Lindbergh, no entanto, disse que Hugo Motta “não sinalizou nada” sobre qual rumo dar à questão.

“Esse assunto vai ser discutido. Alguma coisa vai ter que ser feita”, declarou. “A investigação mesmo quem faz é a Polícia Federal, a Receita Federal. Mas nós queremos apurar tudo.”

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que há 17 requerimentos na fila dos pedidos de CPI em tramitação. O deputado sustentou que não é possível, regimentalmente, cancelar essa ordem em favor da CPI do Banco Master.

Hugo Motta

Com o calendário legislativo pressionado pelo ano eleitoral, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) reuniu nesta quarta-feira os líderes de bancada para alinhar a pauta prioritária da Casa no primeiro semestre. O encontro foi na residência oficial da presidência da Câmara.

A reunião ocorreu seis dias antes do retorno dos trabalhos legislativos, previsto para 2 de fevereiro. Entre as prioridades apontadas por Motta estão temas ligados à segurança pública, como o projeto de lei conhecido como PL Antifacção, além da ratificação do acordo entre o Mercosul e a União Europeia.

A oposição deve concentrar suas demandas em um pacote de pautas. Além de pressionar pela instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master.

O grupo também deve pedir que Motta interceda ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para destravar pautas de interesse da oposição. Entre elas está a tentativa de derrubar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao projeto que trata da dosimetria das penas, medida que

poderia reduzir as condenações impostas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e a outros réus envolvidos na trama golpista.

Já o Partido dos Trabalhadores (PT) deve usar o encontro para defender o avanço da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de trabalho 6x1, além de outras propostas do governo, como a votação da medida provisória do Gás, que perde validade em 11 de fevereiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

POLÍTICA - MP QUE CRIA GÁS DO POVO ESTÁ NA PAUTA DA CÂMARA NO RETORNO

O projeto do governo oferece a recarga do botijão de 13 kg para famílias inscritas no CadÚnico

Da Agência Brasil

O Congresso Nacional inicia o ano legislativo na próxima segunda-feira (2). O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), divulgou, nesta quarta-feira (28), pelas redes sociais, as pautas que serão levadas para votação na Casa já na próxima semana.

Está programada a votação da medida provisória (MP) que cria o Gás do Povo. O projeto, do governo federal, oferece a recarga do botijão de 13 kg para famílias inscritas no CadÚnico com renda de até meio salário mínimo por pessoa. O programa busca atender 15 milhões de famílias.

Também estão na pauta uma MP que abre crédito extraordinário de R\$ 83 milhões para o setor rural e o projeto de lei que cria o Instituto Federal do Sertão Paraibano.

Ainda na próxima semana, devem ocorrer a instalação e a eleição para os presidentes das comissões permanentes. Segundo o líder do governo, José Guimarães (PT-CE), o acordo entre os líderes foi de que as comissões serão comandadas pelos mesmos partidos do ano passado.

“Foi aprovada a proposta de manutenção dos mesmos partidos presidindo as comissões. Só mudam os nomes. Mas aquilo que cada partido teve até agora nas comissões, serão repetidas as indicações. Cada bancada vai ter a próxima semana para discutir isso, para compor tudo antes do carnaval. Essa é a prioridade das prioridades”, disse Guimarães.

Segundo o presidente da Câmara, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública será debatida nas próximas semanas, com previsão de votação após o carnaval. Relator da PEC, o deputado Mendonça Filho (União-PE) se reunirá com o novo ministro da Justiça, Wellington Lima e Silva, na semana que vem para discutir o texto.

Sobre o acordo entre Mercosul e União Europeia, Hugo Mota afirmou que, assim que for enviada pelo governo federal à Câmara dos Deputados, a proposta será analisada e votada com celeridade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

POLÍTICA - APÓS SE FILIAR AO PSD, CAIADO ESPERA ESCOLHA DE KASSAB

Além do governador de Goiás há mais dois possíveis candidatos à presidência pelo partido: Eduardo Leite e Ratinho Jr.

Do Estadão Conteúdo



Ronaldo Caiado, que anunciou sua filiação ao PSD na última terça-feira, 27, pegando de surpresa até mesmo aliados próximos

Os três pré-candidatos à Presidência pelo PSD Eduardo Leite, Ratinho Jr. e Ronaldo Caiado sinalizaram nesta quarta-feira, 28, que a escolha do nome que vai representar o partido nas urnas em outubro não será feita a partir de uma eleição interna ou de



pesquisas eleitorais.

A escolha passará sobretudo pelo presidente nacional da sigla, Gilberto Kassab, que também é atual secretário de Governo da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos).

“Vamos esperar Kassab dar fumacinha branca para definir candidato do PSD”, disse o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, que anunciou sua filiação ao PSD na última terça-feira, 27, pegando de surpresa até mesmo aliados próximos. Até então, o governador era pré-candidato à Presidência pelo União Brasil.

Leite, governador do Rio Grande do Sul em segundo mandato, confirmou que não haverá prévias partidárias, como as que ele disputou em sua antiga legenda, o PSDB, nem mesmo pesquisas internas para balizar a decisão.

“Não vai ser observada pesquisa eleitoral para definir qual será o critério adotado pelo partido para a escolha do candidato. Eu acho que o que conta é o diálogo dentro do partido”, defendeu Leite. “O partido tem várias lideranças muito experimentadas na política que vão ajudar a conduzir esse processo (de escolha). O presidente Kassab lidera essas discussões internamente e não há nenhum critério objetivamente definido. Vai ser pela capacidade de entendimento político daquilo que possa ser mais exitoso.”

Em entrevista, após participar de um painel de evento do Banco UBS Global em São Paulo, Leite afirmou que Kassab vai liderar um conselho com integrantes da executiva do partido para analisar qual projeto tem mais condições de prosperar. O indicado terá o apoio dos demais para concorrer.

Sobre as diferenças regionais do PSD, que tem convivendo ao mesmo tempo alas lulistas e bolsonaristas, os três pré-candidatos afirmaram que Kassab deu total liberdade para o escolhido costurar suas próprias composições nos Estados, mesmo em cenários nos quais o partido estará aliado a outro campo.

“Por exemplo: se, na Bahia, o PSD for com o PT, nós iremos para o palanque do ACM Neto (União). No Ceará, se o PSD for para outro caminho, nós iremos para o nosso candidato. (Kassab nos deu) total liberdade de ação, sem dificuldade nenhuma”, afirmou Caiado.

O governador goiano disse que não houve cizânia na centro-direita e que o grupo estará unido no segundo turno das eleições presidenciais. Caiado contou que esteve com o senador Flávio Bolsonaro (PL), também pré-candidato à Presidência, há cerca de uma semana e que o próprio senador defendeu um número maior de pré-candidatos no primeiro.

“Candidatura única no primeiro turno é o que o Lula quer”, afirmou Caiado. “Todos se mostraram simpáticos a essa estratégia. O coordenador da campanha dele (Flávio Bolsonaro), (senador) Rogério Marinho (PL-RN), participou por vídeo (da reunião) e também reforçou esse entendimento. Então, não há nenhuma cizânia, nenhum desentendimento em relação a essa postura da centro-direita. Não existe um contra o outro. No segundo turno, todos nós estaremos com aquele que atravessar o primeiro turno. Isso é óbvio, não há desencontro.”

Caiado também afirmou não ter ainda um segundo plano definido, caso não seja o escolhido de Kassab para o pleito. “Se eu quisesse pleitear o Senado, eu não estaria nessa luta aqui. Eu sou pré-candidato à Presidência. Vamos deixar o processo acontecer”, disse, durante coletiva após o evento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

POLÍTICA - CARLOS SE REÚNE COM TARCÍSIO COM AVAL DE BOLSONARO

Em almoço na casa do governador paulista, ex-vereador disse ter carinho e admiração pelo “eterno ministro”

Do Estadão Conteúdo

O ex-vereador Carlos Bolsonaro (PL-SC) afirmou que almoçou nesta quarta-feira, 28, na casa do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Pré-candidato ao Senado por Santa Catarina, Carlos disse ter carinho e admiração pelo “eterno ministro”.

“Na semana passada, conversando com o ministro Adolfo Sachsida, meus irmãos e depois com meu pai, pedi autorização para vir a São Paulo e dar um abraço nele. Tudo certo. Foi mais um momento muito bacana com o eterno ministro, por quem tenho um carinho e uma admiração enormes. Obrigado sempre pela consideração, atenção e amizade”, escreveu Carlos em sua conta no X.

Adolfo Sachsida foi ministro de Minas e Energia no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e integrou o corpo ministerial ao lado de Tarcísio, que chefiou a pasta da Infraestrutura. A partir desse período, o atual governador paulista consolidou uma forte aliança com Bolsonaro, que foi decisiva para sua eleição no Estado de São Paulo.

A pressão no campo da direita pela candidatura de Tarcísio à Presidência provocou um estremecimento na relação dele com a família Bolsonaro. Carlos ironizou neste mês um discurso da primeira-dama de São Paulo, Cristiane de Freitas, no qual afirmou que o Brasil “precisa de um novo CEO”, em referência direta a uma possível candidatura presidencial do marido.

No último dia 14, o filho do ex-presidente publicou uma imagem do ex-governador João Doria segurando uma revista cuja manchete o definia como “CEO de São Paulo”. Doria é considerado um “traidor” pelo bolsonarismo após o rompimento político com Jair Bolsonaro ainda durante seu mandato no governo paulista.

Horas antes da publicação, Carlos já havia feito críticas indiretas a ex-aliados e a setores da direita que se apresentam como alternativa ao bolsonarismo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

TRANSPORTES - PORTOS - GOVERNO DE SP ASSINA CONTRATO DA PPP DO TÚNEL SANTOS–GUARUJÁ

Concessão de 30 anos ao grupo português Mota-Engil prevê investimento de quase R\$ 7 bilhões e marca início da fase de implantação do primeiro túnel imerso do país

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



A formalização entre representantes do Governo de SP e da Mota-Engil ocorreu no Palácio dos Bandeirantes, após a conclusão do processo licitatório realizado em setembro de 2025

Com investimento estimado em quase R\$ 7 bilhões e contrato de concessão por 30 anos, o projeto do Túnel Santos–Guarujá entrou oficialmente em fase de implantação com a assinatura do contrato da Parceria Público-Privada (PPP) entre o Governo de

São Paulo e o grupo português Mota-Engil. A formalização ocorreu nesta quarta-feira (28), no Palácio dos Bandeirantes, após a conclusão do processo licitatório realizado na B3 em setembro de 2025.

A obra prevê a construção do primeiro túnel imerso do Brasil, com 870 metros de extensão sob o canal do Porto de Santos, ligando diretamente os municípios de Santos e Guarujá, na Baixada Santista. A travessia contará com três faixas de rolamento por sentido, passagem dedicada a pedestres e ciclistas e uma galeria técnica para serviços. Além da implantação, o contrato inclui a operação e a manutenção da infraestrutura ao longo do período de concessão.

Atualmente, a ligação entre as duas cidades é feita por balsas ou por rodovia local, com percurso aproximado de 40 quilômetros. O tempo de deslocamento pode chegar a cerca de 30 minutos na



travessia aquaviária, sujeita a restrições operacionais e condições climáticas, ou a aproximadamente uma hora pela via rodoviária. Com a nova ligação subterrânea, a estimativa é de que o trajeto seja realizado em até cinco minutos.

O projeto foi viabilizado por meio de articulação entre os governos estadual e federal e incluído no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). A execução por meio de PPP prevê investimento total estimado em R\$ 6,8 bilhões, considerando obras civis, sistemas operacionais e a fase de operação do empreendimento.

A Mota-Engil venceu o leilão realizado na B3 com desconto de 0,5% sobre a contraprestação pública máxima anual, fixada em R\$ 438,3 milhões. O contrato foi assinado após a conclusão das etapas de habilitação e análise técnica do projeto. Segundo o governo paulista, o processo licitatório seguiu os trâmites previstos e foi acompanhado pelos órgãos de controle competentes.

O túnel será construído a partir de módulos de concreto pré-moldados, fabricados em uma doca seca a ser implantada fora do canal portuário. Após a fabricação, os módulos serão transportados, submersos e posicionados no leito do canal, onde serão conectados e selados, formando a estrutura definitiva. Esse método construtivo é utilizado em projetos semelhantes em outros países e permite reduzir interferências na navegação durante a obra.

Além da estrutura principal, o projeto inclui intervenções viárias nos dois municípios, com adequações nos sistemas de acesso e circulação urbana para absorver o novo fluxo de veículos. Essas obras complementares devem ocorrer de forma integrada ao cronograma do túnel, com acompanhamento da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), responsável pela fiscalização da concessão. A licença ambiental pré-via foi emitida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), autorizando o avanço das próximas etapas do empreendimento. O licenciamento considerou aspectos relacionados a impactos ambientais, incluindo manguezais, fauna, flora, ruído, dragagem e desapropriações, além de estabelecer condicionantes que deverão ser atendidas nas fases seguintes do projeto.

De acordo com estimativas apresentadas pelo governo estadual, a implantação do túnel deve gerar cerca de 9 mil empregos diretos e indiretos ao longo das diferentes etapas da obra. A expectativa é que o empreendimento tenha impacto sobre a logística regional, especialmente em função da integração com o Porto de Santos, maior complexo portuário do país.

Com a assinatura do contrato, o projeto entra agora na fase preparatória, que envolve o desenvolvimento dos projetos funcional e executivo, estudos complementares, tratativas de desapropriação e a obtenção das licenças ambientais necessárias para a implantação. A mobilização inicial e a implantação dos canteiros de obras estão previstas para ocorrer a partir de 2027.

Cronograma

O cronograma apresentado pelo governo paulista prevê, para 2028, o início da fabricação dos módulos de concreto que formarão o túnel, além da dragagem da trincheira no canal portuário e a execução das rampas de acesso. Em 2029, está prevista a fase de imersão e montagem dos elementos, com a instalação dos módulos, selagem das juntas e continuidade das obras de acesso.

A etapa final, programada para 2030, inclui a conclusão dos acabamentos, a instalação dos sistemas operacionais e a realização dos testes necessários para o comissionamento da estrutura. A previsão é que o túnel entre em operação em 2031, após a conclusão dessas etapas.

Informações detalhadas sobre o projeto, o cronograma de execução e o acompanhamento das fases de implantação estão disponíveis em site oficial mantido pelo governo estadual, que reúne documentos, dados técnicos e atualizações sobre o andamento da concessão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

TRANSPORTES - PORTOS - APREENSÕES DE DROGAS NO PORTO DE SANTOS DESPENCAM 83% DESDE 2020

Dados da Polícia Federal mostram que as apreensões saíram de 29,38 toneladas em 2020 para 4,88 toneladas em 2025

Por **MARIANA NAROME** redacao.jornal@redebeneews.com.br



Entre 2013 e 2025, a Polícia Federal retirou de circulação mais de 137 mil toneladas de cocaína no porto, o que representa um aumento acumulado de 216% no período completo

O Porto de Santos (SP), principal terminal de exportação do Brasil, registrou queda no volume de cocaína apreendida nos últimos cinco anos. Dados da Polícia Federal (PF) mostram que as apreensões caíram de 29,38 toneladas em 2020 para 4,88 toneladas em 2025, uma redução de aproximadamente 83%.

O pico de 2020 representou o ápice de uma trajetória de crescimento que começou em 2013, quando 1,54 tonelada da droga foi apreendida. Os números subiram gradualmente nos anos seguintes: 8,02 toneladas em 2016, 10,77 toneladas em 2017, 19,35 toneladas em 2018 e 23,75 toneladas em 2019. Após o recorde de 2020, os valores despencaram para 7,93 toneladas em 2021. Mesmo com uma recuperação em 2022, quando foram interceptadas 17,24 toneladas, a tendência de queda persistiu, chegando a 8,59 toneladas em 2023 e 4,27 toneladas em 2024.

Ainda segundo a PF, entre 2013 e 2025, a corporação retirou de circulação mais de 137 mil toneladas de cocaína no porto santista, o que representa um aumento acumulado de 216% no período completo.

Rotas

As cargas interceptadas no porto santista tinham como principais destinos países da Europa, como Itália, França, Bélgica e Suécia, além de nações africanas, incluindo Nigéria, Marrocos e África do Sul. Algumas remessas seguiam também para regiões do Oriente Médio.

As autoridades investigam se o crime organizado diversificou as rotas de escoamento da droga, utilizando outros portos, como no Nordeste e no Sul do país.

O Porto de Salvador (BA), por exemplo, surge como alternativa aos terminais mais vigiados. Em 2024, a Receita Federal apreendeu 1,52 tonelada de cocaína no porto baiano, consolidando-o como terceiro maior ponto de interceptação do país, atrás apenas de Santos e Rio de Janeiro, que registrou 1,65 tonelada.

Reforço

A Marinha do Brasil (MB) participou em 2023 da Operação Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Porto de Santos. O decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou o emprego de quase dois mil militares no combate ao tráfico de drogas e armas. Durante 150 dias de operação, as forças apreenderam mais de 93 quilos de drogas, três armas e munições, além de oito veículos e maquinários. Durante o período, os militares da MB realizaram, ainda, 9.540 abordagens (7.445 veículos e 2.095 embarcações).

As inspeções e revistas não se limitaram a embarcações, contêineres e cargas, estendendo-se também a tripulantes, passageiros e, até mesmo, a funcionários do Porto de Santos. 5.973 pessoas (4.543 passageiros e 1.430 funcionários) foram revistas, e mais de 4.500 bagagens inspecionadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

TRANSPORTES - PORTOS - PORTO DE SANTOS VAI SEDIAR FESTIVAL SOBRE CULTURA OCEÂNICA

Evento gratuito acontece na sede da Autoridade Portuária de Santos e reúne atrações para públicos de todas as idades

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Realizado pelo Instituto Laje Viva, com patrocínio da APS, o evento integra a programação de 134 anos do porto promovendo a ligação entre comunidade, oceano e atividade portuária

A primeira edição do (A)Mar Fest, festival dedicado à cultura oceânica, sustentabilidade e conexão com os territórios costeiros, acontece no dia 31 de janeiro, das 10h às 18h, na sede da Autoridade Portuária de Santos (Av. Conselheiro Rodrigues Alves, s/n – Macuco). A entrada é gratuita.

Realizado pelo Instituto Laje Viva, com patrocínio da Autoridade Portuária de Santos (APS), o evento integra a programação de aniversário de 134 anos do Porto de Santos e busca promover a ligação entre a comunidade, o oceano e a atividade portuária.

A proposta é reunir educação ambiental, arte, ciência e economia criativa em um dia de celebração da cultura costeira. Com programação diversificada, o festival contempla crianças e adultos. Haverá shows, apresentação teatral, oficinas, feira de artesanato, área gastronômica com diversas opções e tendas ambientais.

Um dos destaques do evento é o Oceanário do Projeto Mantas do Brasil, um cinema imersivo em 180° que transporta os visitantes para o fundo do mar. Trata-se de um domo inflável onde são projetadas imagens reais do ambiente marinho, criando a sensação de estar realmente embaixo d'água.

O festival conta com apresentações que vão do teatro à música ao vivo. A programação começa às 10h30 com o Teatro US Fulano, formado pelos atores Nilton Marques e Sandro Gattone. O espetáculo se consolida como uma das principais produções com bonecos dedicados à conscientização e preservação do meio ambiente.

Na peça, dois amigos que trabalham como coletores de lixo descobrem a possibilidade de transformar materiais descartados em bonecos, brinquedos e elementos lúdicos. Por meio de uma dramaturgia visual, ensinam as crianças a reciclar e ressignificar materiais de forma natural e orgânica.

Ao meio-dia, o público poderá assistir à exibição do Canil da Guarda Portuária, com cães treinados para detectar entorpecentes, explosivos e atuar no policiamento preventivo.

A parte musical fica por conta da Banda Music Box, grupo santista de pop e rock, que se apresenta às 14h. Já às 15h30, sobe ao palco a Banda Querô, grupo de percussão formado por alunos do Instituto Arte no Dique, em Santos. Focada em samba-reggae e ritmos brasileiros, a banda é um projeto social de inclusão que já realizou diversas apresentações no Brasil e no exterior. Às 16h30, é a vez da Rafa Laranja, cantora e compositora santista que se destaca como uma das promessas do samba e do pagode na música popular brasileira. Entre as apresentações, DJs comandam a trilha sonora do festival.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 29/01/2026

TRANSPORTES - PORTOS - ADITIVO ESTENDE ARRENDAMENTO DE TERMINAL NO RJ POR MAIS 25 ANOS

TPAR é o principal terminal portuário do Porto de Angra dos Reis, em operação desde a década de 90
Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O terminal de Angra fica próximo ao pré-sal e às grandes rotas de navegação, o que o torna um ponto estratégico para logística industrial e para operações de gás e petróleo

O setor portuário fluminense, em especial na região da Costa Verde do estado do Rio de Janeiro, entrou em nova fase com a publicação, no Diário Oficial da União do último dia 21, do extrato de termo aditivo ao contrato de arrendamento do TPAR – Terminal Portuário de Angra dos Reis S.A.. O documento estende a vigência do contrato do grupo Splenda por mais 25 anos, trazendo segurança jurídica e garantias às operações desenvolvidas no ativo, que desempenha papel estratégico de apoio às atividades logísticas e offshore no Brasil.

O TPAR é o principal terminal portuário do Porto Organizado de Angra dos Reis, em operação desde a década de 1990, sob arrendamento da União. A manutenção operacional vinha sendo feita por meio de continuadas adições contratuais ao longo dos anos. O contrato original foi firmado em 1998, com vigência até o fim de 2023, mas vinha sendo mantido conforme liminares judiciais, já que um novo aditivo contratual não era definido.

A publicação do extrato do termo aditivo, com prazo de arrendamento até 2048, foi vista como um movimento de confiança do poder público para a continuidade das atividades do terminal e a estabilidade jurídica para a arrendatária explorar a infraestrutura portuária. Autoridades e especialistas do setor consideram a prorrogação do contrato um passo significativo para a manutenção, principalmente, da competitividade da infraestrutura, sobretudo operações de apoio offshore e de cargas projetadas para atender grandes players da cadeia logística marítima.

Pré-sal

O terminal de Angra dos Reis é reconhecido pela localização: fica próximo ao pré-sal e às grandes rotas de navegação, o que o torna um ponto estratégico para logística industrial e para operações de gás e petróleo. A posição do equipamento permite a redução de até 40% no consumo de combustível, o cais de 400 metros, além do calado que é capaz de receber embarcações de grande porte, tais entre elas os PLSV's, as de sondas de perfuração, e os navios Heavy Lift.

A extensão da vigência contratual veio para oferecer previsibilidade para investimentos de longo prazo, incentivar aportes mais atrativos por parte de operadores privados, que podem incluir melhorias de infraestrutura, aumento de capacidade operacional e adaptação tecnológica às demandas exigidas pelo comércio mundial.

O aditivo representa, ainda, fôlego adicional para o mercado de trabalho e a cadeia de logística local, que dependem fortemente das operações portuárias. Agora, com a estabilidade do contrato de longo prazo, empresas e trabalhadores que operam no porto tem mais segurança para desempenhar suas atividades e funções.

“O TPAR Porto de Angra oferece flexibilidade e agilidade para todas as etapas das operações – desde a chegada e operações de carga nos navios, passando pela armazenagem, até a saída da carga. Os profissionais, desde a equipe de gestão até os operadores do pátio e do cais, representam a força motriz que garante que cada operação seja realizada com a máxima eficiência, segurança e a personalização que o mercado exige. A dedicação e o conhecimento dessa mão-de-obra mantêm o Brasil conectado ao mundo, com a qualidade e o serviço diferenciado”, diz parte de texto recém-publicado pelo TPAR.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 29/01/2026

TRANSPORTES – PORTOS - PORTO DO PECÉM É PREMIADO COM SELO DE SUSTENTABILIDADE

Efluentes da estação de tratamento de esgoto são reaproveitados para manutenção de jardins; estratégia foi reconhecida pelo governo

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O sistema de reuso do Porto do Pecém apresenta uma capacidade instalada de até 1.200 m³/mês. Em 2025, cerca de 15 m³ diários foram destinados à irrigação de áreas verdes

Para manter jardins bem tratados o ano todo, o Porto do Pecém, no Ceará, adotou uma solução inteligente e sustentável: a água vinda da estação de tratamento de esgoto é reutilizada na irrigação de áreas verdes. A iniciativa foi reconhecida pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) com a entrega do Selo de Sustentabilidade na categoria Bronze.

Seis jardins são abastecidos diariamente. Cada um possui uma cisterna com capacidade para 3 m³ (o equivalente a 3 mil litros), que recebe água da estação de tratamento de esgoto e até de drenos de ar-condicionado. O volume é usado na limpeza e manutenção das áreas verdes.

O sistema de reuso do Porto do Pecém apresenta uma capacidade instalada de até 1.200 m³/mês. Em 2025, cerca de 15 m³ diários (15 mil litros/dia) foram destinados à irrigação de áreas verdes, o que corresponde a 37,5% da capacidade total do sistema. A administração informa que vem intensificando a distribuição das áreas atendidas com o reuso para diminuir o consumo de água potável e promover maior eficiência hídrica ao complexo, usando também em vasos sanitários os efluentes tratados.

O gerente de Manutenção do Complexo do Pecém, Marco Ximenes, explica que, por ser um porto offshore, ou seja, em alto-mar, há um grande impacto gerado pela atividade portuária, e que buscam manter projetos de sustentabilidade que reduzam esses efeitos.

Entre as iniciativas em gestação, está o reaproveitamento dos resíduos sólidos da estação de tratamento de esgoto para fins de compostagem. “Será implantado um projeto-piloto este ano para que o material sólido da estação de tratamento e os restos de alimentos do nosso restaurante se transformem em adubo para os jardins, fechando um ciclo sustentável de manutenção”, conclui Ximenes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

TRANSPORTES - PORTOS - MAERSK TESTA ETANOL COMO COMBUSTÍVEL E COLOCA SUAPE NO RADAR

Projeto em fase experimental avalia uso do biocombustível em navios e aponta potencial do porto pernambucano

Por MARIANA NAROME redacao.jornal@redebeneews.com.br



Caso os testes confirmem a viabilidade técnica, portos como o de Suape podem ter a oportunidade de se tornarem centros de abastecimento para navios de diferentes regiões

A Maersk está em fase de testes com etanol como combustível limpo para abastecimento de

navios. A empresa dinamarquesa apresentou o projeto na última segunda-feira (26) durante uma palestra no Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco (Sindaçúcar-PE), com a participação de representantes de usinas nordestinas. A iniciativa busca viabilizar o etanol como alternativa de transição energética para o setor marítimo, e Pernambuco surge como um estado com potencial para se tornar um centro de abastecimento, via Porto de Suape.

O diretor de Negócios Públicos da APM Terminals (parte do grupo Maersk), Felipe Campos, projeta que o etanol alcance 10% do consumo mundial de combustível marítimo. Esse percentual demanda cerca de 50 milhões de toneladas de etanol, enquanto o Brasil produz atualmente 37 milhões de toneladas. O setor planeja aproveitar a capacidade produtiva existente e a possibilidade de expansão, especialmente no Nordeste.

O presidente do Sindaçúcar-PE, Renato Cunha, observa que o uso direto do etanol em mistura com óleo bunker representa uma frente de mercado. “Pernambuco chegou a produzir 700 milhões de litros de etanol em algumas safras. É um consumo que pode ser em parte absorvido, também para o abastecimento desses navios com etanol”, explica Renato.

Caso os testes confirmem a viabilidade técnica, portos como o de Suape podem ter a oportunidade de se tornarem centros de abastecimento para embarcações de diferentes regiões. O etanol utilizado pode vir da produção nordestina ou de outras áreas do país por meio de cabotagem, concentrando-se em Pernambuco, de acordo com o presidente do Sindaçúcar-PE.

Testes

A fase inicial de testes trabalhou com Blend E10, combinando 10% de etanol e 90% de combustível marítimo convencional. Atualmente, a Maersk testa o E50, com proporção igual dos dois combustíveis, na Dinamarca, com perspectivas positivas. Os testes ocorrem na sede da empresa, na Dinamarca, em embarcações flex, projetadas para operar com metanol e agora sendo testadas com etanol.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - GOVERNO AJUSTA NOVO MODELO DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS PARA LEILÕES EM 2026

Ministério dos Transportes finaliza mudanças regulatórias para ampliar a atratividade dos projetos; plano prevê 35 concessões rodoviárias em quatro anos

Por **ALINE SILVA** redacao.jornal@redebeneews.com.br



Segundo o Ministério, o pipeline de concessões rodoviárias apresentado ao mercado reúne 35 projetos, com previsão de R\$ 396 bilhões em investimentos ao longo de quatro anos

O governo federal está nos ajustes finais de um novo modelo de concessão de rodovias, com foco na ampliação da segurança jurídica, mitigação de riscos e aumento da atratividade para investidores privados. A reformulação integra uma estratégia mais ampla para recolocar os investimentos em infraestrutura de transportes como política de Estado, segundo o Ministério dos Transportes.

Entre os principais avanços do novo modelo estão a criação de mecanismos de mitigação de riscos, que buscam ampliar a base de investidores privados e reduzir incertezas associadas à execução dos contratos. Esses instrumentos se somam aos recursos públicos que serão direcionados à construção de um ambiente institucional e regulatório mais estável, com o objetivo de transformar a infraestrutura de transportes brasileira de forma robusta, sustentável e eficiente.

Segundo o Ministério dos Transportes, a estratégia também envolve a apresentação estruturada dessas oportunidades ao mercado, destacando o potencial dos empreendimentos rodoviários e a previsibilidade regulatória como fatores centrais para destravar investimentos de longo prazo no país.

De acordo com a pasta, o pipeline de concessões rodoviárias apresentado ao mercado nacional e internacional reúne 35 novos projetos, com previsão de R\$ 396 bilhões em investimentos ao longo de quatro anos. A carteira inclui empreendimentos estratégicos em diferentes regiões do país e foi desenhada a partir do aprimoramento dos estudos técnicos, dos instrumentos regulatórios e da qualidade dos projetos.

Como complemento a esse movimento, o governo federal planeja realizar 14 leilões de rodovias e oito de ferrovias em 2026, em um calendário que deve contar com forte apoio técnico e financeiro do BNDES. A atuação do banco tem sido decisiva na estruturação dos projetos, na modelagem econômico-financeira e na atração de investidores nacionais e estrangeiros.

A expectativa do governo é que a combinação entre o novo modelo regulatório, o reforço institucional e o cronograma robusto de leilões consolide um novo ciclo de investimentos em infraestrutura de transportes, com impacto direto na competitividade da economia, na geração de empregos e na melhoria da logística brasileira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

TRANSPORTE - RODOVIAS GOVERNO FEDERAL ANUNCIA TÚNEL DUPLO NO MORRO DOS CAVALOS

Intervenção na BR-101 em Santa Catarina promete melhorar a fluidez do trânsito e reduzir riscos em um dos trechos mais críticos da rodovia

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

Santa Catarina começou nesta quarta-feira (28) a destravar um dos maiores gargalos da logística nacional. Por décadas, o trecho do Morro dos Cavalos, na BR-101, concentrou congestionamentos, acidentes e prejuízos para quem depende da rodovia. Após dez anos sem avanços, o ponto crítico passa a ter uma solução definitiva, com impacto direto na segurança viária e na fluidez do trânsito.

“A obra do Morro dos Cavalos agora tem projeto definido, elaborado pelo Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), que é a principal casa da engenharia rodoviária do país, e licença ambiental. A solução será a construção de dois túneis, com total segurança, em entendimento com os povos originários e sem onerar a sociedade catarinense”, detalhou o ministro dos Transportes, Renan Filho.



“A solução será a construção de dois túneis, com total segurança, em entendimento com os povos originários e sem onerar a sociedade catarinense”, disse o ministro Renan Filho

A medida foi anunciada durante a caravana “Na Boleia do Brasil” edição Sul e prevê a transferência de cerca de 23 quilômetros da BR-101, entre os quilômetros 221 e 244, do contrato da concessionária Arteris Litoral Sul para o contrato da ViaCosteira, administrado pela Motiva. A formalização será feita por meio de termos aditivos e viabiliza uma intervenção estrutural de grande porte, estimada em até R\$ 3 bilhões.

Os congestionamentos recorrentes no Morro dos Cavalos vão além das perdas financeiras e afetam diretamente a rotina e a qualidade de vida de quem depende da rodovia. A imprevisibilidade das



viagens compromete prazos, amplia o tempo de espera e aumenta o desgaste físico e emocional dos caminhoneiros.

Projeto avança

Embora o prazo contratual para o início da construção dos túneis seja de até 12 meses, o Ministério dos Transportes trabalha para antecipar o começo das obras ainda este ano. A conclusão está prevista para 2029. O cronograma total é de 48 meses, sendo 36 meses destinados à execução das intervenções no trecho do Morro dos Cavalos. Os ajustes tarifários vinculados ao investimento ocorrerão somente após o início das obras e de forma escalonada.

A MEDIDA FOI ANUNCIADA DURANTE A CARAVANA “NA BOLEIA DO BRASIL” EDIÇÃO SUL E PREVÊ A TRANSFERÊNCIA DE CERCA DE 23 QUILOMETROS DA BR-101, ENTRE OS QUILOMETROS 221 E 244, DO CONTRATO DA CONCESSIONÁRIA ARTERIS LITORAL SUL PARA O CONTRATO DA VIACOSTEIRA, ADMINISTRADO PELA MOTIVA

Para autoridades locais, a solução representa o fim de um problema histórico que afeta diretamente a mobilidade e a segurança viária na região. “Essa obra é muito importante para nossa região. Essa rodovia registra muitas mortes, acidentes e filas quilométricas”, afirmou o vice-prefeito de Palhoça, Rosiney Horácio. Segundo ele, a atuação do Governo do Brasil foi decisiva. “Agradeço ao ministro Renan, que não mediu esforços e veio para fazer a diferença, principalmente aqui em Santa Catarina”, completou.

Corredor Bioceânico

Na continuidade das ações no Sul do país, o ministro dos Transportes acompanhou o andamento de obras na BR-285, eixo estratégico para a consolidação do Corredor Bioceânico do Sul. No período da tarde, Renan Filho vistoriou a Serra da Rocinha, em Timbé do Sul (SC), e a ponte sobre o Rio das Antas, em São José dos Ausentes (RS), as duas últimas frentes necessárias para a conclusão do corredor.

Na Serra da Rocinha, as obras já alcançam 95% de execução, com entrega prevista para março. No trecho gaúcho, em São José dos Ausentes, as intervenções na BR-285/RS e na ponte sobre o Rio das Antas estão 71% concluídas, com previsão de término em 2027.

“Essa obra é um grande desafio de engenharia por estar em uma região serrana. Falta pouco para ligar São José dos Ausentes à divisa com Santa Catarina, concluindo um trecho fundamental para a consolidação de um corredor bioceânico, com asfalto ligando a divisa do Brasil com Argentina até o oceano Atlântico,” finalizou Renan Filho.

O Corredor Bioceânico do Sul conecta o Rio Grande do Sul e o sudeste de Santa Catarina aos mercados da Argentina, Uruguai e Chile, criando uma rota estratégica de acesso ao Oceano Pacífico. A conclusão do corredor deve ampliar a participação dos dois estados no comércio exterior e fortalecer a competitividade do Brasil nas exportações e importações.

Na Boleia do Brasil

A caravana dá continuidade ao projeto iniciado em novembro de 2025, quando o ministro percorreu, de caminhão, o trajeto entre Brasília e Belém (PA), em preparação para a COP30, vistoriando obras ao longo de cinco dias. A iniciativa já passou pelo Sudeste, cruzando Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Na quinta-feira (29), Renan Filho segue pelo Rio Grande do Sul. O ministro irá vistoriar as melhorias na BR-116, no trecho de Canoas, e percorrer os chamados caminhos assistenciais, iniciativa criada pelo Ministério dos Transportes após as enchentes de 2024 para assegurar, à época, acessos seguros, mobilidade e integração entre os serviços essenciais e a população gaúcha.

A comitiva também irá fiscalizar as obras em andamento na BR-470/RS, no trecho de Bento Gonçalves, rodovia recuperada após a catástrofe climática de 2024.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/01/2026

PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS RENOVA E AMPLIA CONTRATOS DE PETRÓLEO COM ESTATAIS DA ÍNDIA

Acordos com IOC, BPCL e HPCL garantem fornecimento até março de 2027 e podem somar até 60 milhões de barris

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Os contratos firmados dão continuidade a relações comerciais já existentes entre a Petrobras e as refinadoras indianas, ampliando volumes e estendendo prazos

A Petrobras renovou e ampliou contratos de venda de petróleo com as três principais refinadoras estatais da Índia, assegurando fornecimento até março de 2027. Os acordos envolvem a Indian Oil Corporation Limited (IOC), a Bharat Petroleum Corporation Limited (BPCL) e a Hindustan Petroleum Corporation Limited (HPCL) e foram formalizados no contexto do India Energy Week, realizado em Goa.

Somados, os instrumentos comerciais estabelecem um potencial de venda de até 60 milhões de barris de petróleo brasileiro, com valor que pode ultrapassar US\$ 3,1 bilhões, a depender das condições de mercado ao longo da vigência dos contratos.

Com a Indian Oil Corporation, maior refinadora estatal indiana, o novo contrato prevê o fornecimento de até 24 milhões de barris. O acordo tem validade inicial de 12 meses, com possibilidade de prorrogação por igual período. Já nos contratos com a BPCL e a HPCL, a Petrobras ampliou os volumes máximos negociados, que passaram de 6 milhões para até 18 milhões de barris em cada caso, mantendo vigência até março de 2027.

A Índia figura entre os maiores importadores globais de petróleo, com consumo estimado em cerca de 5 milhões de barris por dia. O país depende majoritariamente de importações para suprir sua demanda energética, o que o coloca como destino relevante para exportadores de óleo bruto.

Os contratos firmados dão continuidade a relações comerciais já existentes entre a Petrobras e as refinadoras indianas, ampliando volumes e estendendo prazos. As operações seguem os padrões do mercado internacional, com volumes efetivos e valores finais condicionados às necessidades das refinarias e às cotações internacionais do petróleo ao longo do período contratual. Segundo informações divulgadas pela companhia, os acordos integram a estratégia de comercialização externa da estatal, que busca manter uma carteira diversificada de clientes e destinos para o petróleo produzido no Brasil. A atuação no mercado asiático tem ganhado peso em função do crescimento da demanda regional e da escala das refinarias locais.

As entregas previstas nos contratos serão realizadas conforme cronogramas operacionais acordados entre as partes, utilizando a infraestrutura logística já empregada nas exportações brasileiras de petróleo.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 29/01/2026

PETRÓLEO E GÁS - ORGANIZAÇÕES DEFENDEM PRODUÇÃO MÍNIMA DE PETRÓLEO NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Documento do Observatório do Clima, enviado ao governo Lula, propõe reduzir a exploração fóssil e planejar o descomissionamento de campos durante a migração para fontes limpas

Da Agência Brasil Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Segundo o Observatório do Clima, a contribuição das entidades que enviaram sugestões visa antecipar riscos associados à dependência prolongada de combustíveis fósseis

A produção de petróleo deve migrar de uma lógica de máxima exploração para o oposto: produzir o mínimo necessário durante a transição para energias mais limpas. Essa é uma das principais sugestões enviadas por 161 organizações sociais

que integram o Observatório do Clima para subsidiar o mapa do caminho para uma transição energética justa e planejada, encomendado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2025.

O documento conta com recomendações técnicas, de regulamentação e econômicas e foi elaborado para contribuir com os órgãos que estão desenhando o mapa do caminho.

O pedido do governo federal às organizações da sociedade civil faz parte de um esforço para estruturar uma estratégia nacional de transição energética que dialogue com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa apresentadas na Conferência do Clima da ONU (COP28), realizada em Dubai, em 2024.

Segundo o Observatório do Clima, a contribuição das entidades busca antecipar riscos associados à dependência prolongada de combustíveis fósseis, como a volatilidade de preços no mercado internacional e a possibilidade de perda de competitividade do país em cadeias produtivas que tendem a se descarbonizar nos próximos anos.

O documento também aponta a necessidade de alinhar políticas energéticas com políticas industriais, ambientais e sociais, de modo a garantir previsibilidade para investidores, proteção para trabalhadores dos setores mais afetados pela transição e coordenação entre diferentes ministérios envolvidos no processo.

O prazo estabelecido para que a equipe ministerial do governo federal entregue ao Conselho Nacional de Política Energética o planejamento termina no dia 6 de fevereiro.

“Um mapa do caminho justo e inclusivo reduz riscos no curto prazo, amplia oportunidades de crescimento sustentável no longo prazo e representa uma escolha econômica racional para o Brasil”, explica o especialista em conservação da organização social WWF-Brasil, Ricardo Fujii.

De acordo com a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, esse primeiro documento já está sendo elaborado e tratará inicialmente das diretrizes e bases para o Mapa do Caminho.

Com base em um estudo publicado em 2024, as recomendações das organizações sociais foram organizadas em três blocos: diretrizes de política energética e transição; governança e institucionalidade; orçamento, financiamento e fundamentos econômicos.

A substituição de combustíveis fósseis, como o petróleo, o carvão e o gás natural, por geração de energia limpa e renovável, como a solar e a eólica, é uma das principais medidas apontadas por

especialistas como necessárias para frear o aquecimento global causado por atividades humanas que emitem gases poluentes na atmosfera.

A mudança no clima provocada pela ação humana tem sido associada a eventos climáticos extremos mais frequentes, que podem se agravar no futuro caso as metas estabelecidas internacionalmente pelo Acordo de Paris não sejam atingidas.

Políticas públicas

Cada bloco do documento enviado ao governo traz medidas de ordem prática. Por exemplo, no que trata das políticas energéticas e de transição, é sugerido realizar o cálculo do mínimo necessário de combustível fóssil para o período de transição energética, o descomissionamento dos campos de petróleo prestes a esgotar e a elaboração de um cronograma para zerar os leilões de petróleo no Brasil.

“A desigualdade gerada pela expansão fóssil não é só regional ou social. É intergeracional, com ganhos concentrados agora e custos climáticos, sanitários e fiscais para nossos filhos”, alerta Nicole Oliveira, diretora do Instituto Arayara.

Governança

Como recomendação de governança, é sugerido o fortalecimento de mecanismos de integração entre governo, sociedade e setor produtivo, como o Fórum Nacional de Transição Energética e o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, além da criação de um órgão de coordenação central capaz de monitorar o cumprimento de cronogramas e que funcione como uma autoridade de implementação.

“É uma mudança que exige compromisso e responsabilidade de todos os governos — atuais e vindouros — e de uma sociedade que faça e cobre tal escolha. Todo o setor privado — financeiro, agro, indústria — também precisa se engajar, voluntariamente ou não”, diz o pesquisador do ClimaInfo, Shiguo Watanabe Jr.

Finanças

No aspecto financeiro, entre as sugestões está o embasamento da suspensão de novos leilões de petróleo na gestão do risco de ativos obsoletos (stranded assets, no termo em inglês). Por essa lógica, de perda dos ativos com origem nos combustíveis fósseis em um cenário de transição global, o documento recomenda evitar a antecipação da renda de recursos ainda não explorados.

O fim de novos subsídios governamentais à produção de combustíveis fósseis e a revisão dos existentes também integram as recomendações orçamentárias, assim como a destinação de orçamento vinculado à transição energética tanto no Plano Plurianual (PPA) quanto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

MINERAÇÃO - CONGONHAS REGISTRA NOVO EPISÓDIO DE CARREAMENTO DE RESÍDUOS EM ÁREA DA CSN

Prefeitura aponta falhas em sistemas de drenagem da mineradora e diz que não houve rompimento de estruturas

Do Estadão Conteúdo



A vistoria identificou problemas de drenagem e danos ambientais decorrentes do carreamento de resíduos da atividade minerária que atingiram corpos d'água

A região de Congonhas, em Minas Gerais, registrou um terceiro episódio de vazamento na

região. Desta vez, a situação registrada envolve a CSN Mineração. A prefeitura informou que após vistorias, entre sexta-feira, 23, e terça-feira, 27, foi identificado “carreamento de resíduos por enxurrada, decorrentes de deficiências nos sistemas de drenagem das vias internas da mineradora”.

A fiscalização ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, identificou que o carreamento na área interna é da CSN Mineração. A prefeitura destaca que não foi identificada qualquer situação de rompimento das estruturas. Procurada, a empresa ainda não se manifestou.

As vistorias foram realizadas após o recebimento de denúncias e tiveram caráter preventivo e técnico, segundo a nota da prefeitura.

“No Dique do Fraille, na região do bairro Plataforma, verificou-se carreamento significativo de resíduos, situação que motivou a exigência de adequações estruturais, de forma que a estrutura passe a suportar adequadamente o elevado volume de material proveniente de diferentes direções, evitando riscos de extravasamento”, afirma a prefeitura de Congonhas.

“Já na Cachoeira de Santo Antônio, foi observado carreamento de material por fortes enxurradas no sentido do Rio Santo Antônio”, acrescenta.

A secretaria de Meio Ambiente emitiu comunicações e ofícios em caráter emergencial, ainda na sexta-feira, 23, solicitando à CSN Mineração esclarecimentos técnicos atualizados sobre a integridade, a estabilidade e a gestão de riscos das estruturas associadas à atividade minerária no município. A empresa respondeu dentro do prazo estabelecido, segundo a prefeitura, informando que não foram identificadas anomalias estruturais.

A vistoria identificou problemas de drenagem e danos ambientais decorrentes do carreamento de resíduos da atividade minerária que atingiram corpos d’água, classificados como de natureza moderada.

A Defesa Civil Municipal também realizou vistoria na área na tarde desta terça-feira, 27, após denúncia de moradores, e confirmou as mesmas condições identificadas pela fiscalização ambiental.

“A prefeitura de Congonhas segue acompanhando a situação de forma rigorosa e permanente, mantendo o monitoramento técnico das áreas afetadas e adotando todas as providências legais necessárias para a proteção do meio ambiente, a prevenção de novos impactos e a segurança da população”, disse em nota.

Suspensão de alvarás da Vale

A prefeitura de Congonhas suspendeu os alvarás de funcionamento da Vale município na segunda-feira, 26, após o vazamento de água de duas estruturas de drenagem (sumps) para rios e córregos da cidade.

O primeiro vazamento ocorreu na mina chamada Fábrica, no domingo 25. Poucas horas depois, no mesmo dia, vazou água na mina Viga. Cerca de 200 mil metros cúbicos de água vazaram para rios de Congonhas.

Em nota, a Vale afirmou, na ocasião, que iria se manifestar dentro dos prazos legais sobre as exigências feitas pelo município, colaborando integralmente com as autoridades e prestando todos os esclarecimentos necessários.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

MINERAÇÃO - OURO SUPERA US\$ 5.300 E RENOVA RECORDE PELA SÉTIMA SESSÃO SEGUIDA

Metal avança em meio à busca por proteção diante de incertezas econômicas e geopolíticas e à expectativa por decisão do Fed

Do Estadão Conteúdo



Na Comex, o ouro para fevereiro encerrou em alta de 4,35%, a US\$ 5.303,60 por onça-troy. Na máxima do dia, o metal dourado chegou a ser cotado a US\$ 5.323,40

O ouro fechou em alta nesta quarta-feira, 28, pela sétima sessão consecutiva, subindo acima de US\$ 5.300 pela primeira vez e sustentado pela busca por proteção em meio a incertezas econômicas e geopolíticas, apesar da recuperação do dólar no exterior. O movimento também refletiu expectativas em torno da política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), em espera por decisão.

Na Comex, divisão de metais da bolsa de Nova York (Nymex), o ouro para fevereiro encerrou em alta de 4,35%, a US\$ 5.303,60 por onça-troy. Na máxima do dia, o metal dourado chegou a ser cotado a US\$ 5.323,40.

Já a prata para março avançou 7,15%, a US\$ 113,53 por onça-troy.

Analistas do Maybank afirmaram que há uma “confluência de riscos negativos para o dólar neste momento”, o que tem favorecido a valorização do ouro e da prata. Segundo eles, a percepção mais frágil sobre a moeda americana tem incentivado a migração para metais preciosos, que se tornam mais baratos para investidores detentores de outras divisas.

Na mesma linha, Soojin Kim, do MUFG, avaliou que a forte alta do ouro reflete um ambiente de maior risco econômico e geopolítico, incluindo mudanças na política dos EUA e tensões nos mercados de títulos. Para a analista, esse cenário tem alimentado uma “operação de desvalorização cambial”, com investidores buscando refúgio fora de ativos tradicionais mais voláteis.

O Deutsche Bank destacou que o avanço do metal pode ganhar tração adicional ao longo do ano e alcançar marca de US\$ 6.000 por onça-troy. Segundo o banco, o rali considera também fatores estruturais de investimento, como o aumento das alocações em reservas oficiais e o maior interesse por ativos reais e não atrelados ao dólar.

Já analistas do Saxo Bank observaram que a expectativa de juros mais baixos nos EUA a longo prazo tende a beneficiar os metais preciosos, ao reduzir o custo de oportunidade de manter ativos que não rendem juros. No período da tarde desta quarta, o Fed anunciará sua decisão de juros, mas a ampla expectativa é por manutenção das taxas, enquanto o mercado ainda aguarda anúncio do sucessor do presidente Jerome Powell.

Na sessão, outros metais preciosos se recuperaram em linha com o ouro, após forte tombo de mais de 10% na véspera. A platina para abril fechou em alta de 3,63%, a US\$ 2.629,50, e o paládio para março saltou 8,76%, a US\$ 2.045,30.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 29/01/2026

FINANÇAS - BC MANTÉM JUROS EM 15% PELA QUINTA VEZ SEGUIDA

Comitê de Política Monetária confirmou que deverá começar a reduzir os juros em março, caso a inflação se mantenha sob controle

Da Agência Brasil

Apesar do recuo da inflação e do dólar, o Banco Central (BC) não mexeu nos juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a Taxa Selic, juros básicos da economia, em 15% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro.

Essa é a quinta reunião seguida em que o Copom mantém os juros básicos. A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano.



O Banco Central manteve a taxa no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano

No comunicado, o Copom confirmou que deverá começar a reduzir os juros na reunião de março, caso a inflação se mantenha sob controle e não haja surpresas no cenário econômico.

“O Comitê antevê, em se confirmando o cenário esperado, iniciar a flexibilização da política monetária em sua próxima reunião, porém reforça que manterá a restrição adequada para assegurar a convergência da inflação à meta”, informou o BC.

A decisão unânime ocorreu com o Copom desfalcado. No fim de 2025, expirou o mandato dos diretores de Organização do Sistema Financeiro, Renato Gomes, e de Política Econômica, Paulo Pichetti. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva só encaminhará as indicações dos substitutos na volta do Congresso Nacional, em fevereiro.

Após chegar a 10,5% ao ano em maio do ano passado, a taxa começou a ser elevada em setembro de 2024. A Selic chegou a 15% ao ano na reunião de junho do ano passado, sendo mantida nesse nível desde então.

Inflação

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em 2025, o IPCA ficou em 4,26%, o menor nível anual desde 2018. Com o resultado, o indicador voltou a ficar dentro do teto da meta contínua de inflação.

Pelo novo sistema de meta contínua, em vigor desde janeiro, a meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%.

No modelo de meta contínua, a meta passa ser apurada mês a mês, considerando a inflação acumulada em 12 meses. Em janeiro de 2026, a inflação desde fevereiro de 2025 é comparada com a meta e o intervalo de tolerância. Em fevereiro de 2026, o procedimento se repete, com apuração a partir de março de 2025. Dessa forma, a verificação se desloca ao longo do tempo, não ficando mais restrita ao índice fechado de dezembro de cada ano.

No último Relatório de Política Monetária, divulgado no fim de dezembro pelo Banco Central, a autoridade monetária diminuiu para 3,5% a previsão do IPCA para 2026, mas a estimativa será revista, por causa do comportamento do dólar e da inflação. A próxima edição do documento, que substituiu o antigo Relatório de Inflação, será divulgada no fim de março.

As previsões do mercado estão menos otimistas. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 4%, levemente acima do teto da meta. Há um mês, as estimativas do mercado estavam em 4,05%.

Crédito caro

O aumento da taxa Selic ajuda a conter a inflação. Isso porque juros mais altos encarecem o crédito e desestimulam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas maiores dificultam o crescimento econômico. No último Relatório de Política Monetária, o Banco Central aumentou de 1,5% para 1,6% a projeção de crescimento para a economia em 2026.

O mercado projeta crescimento um pouco melhor. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 1,8% do PIB em 2026. A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

FINANÇAS - TAXA ALTA POR PERÍODO LONGO GERA ASFIXIA, DIZ PRESIDENTE DA FIESP

Em carta dirigida ao presidente do Banco Central, Paulo Skaff disse que o Brasil “atingiu um limite exaustivo”

Do Estadão Conteúdo

A permanência da taxa básica de juros (Selic) em 15% ao ano por um período prolongado, ampliada nesta quarta-feira, 28, pela decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central provoca um “quadro de asfixia” prejudicial às empresas e ao investimento, criticou o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf.

Em carta dirigida ao presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, Skaf diz que as decisões do Banco Central são norteadas por “rigor técnico”, mas que o Brasil “atingiu um limite exaustivo”, com inflação próxima a 5% ao ano, mas juros reais que rondam os 10%.

“Empresas sólidas sofrem desvalorização, a inadimplência cresce em níveis alarmantes e o incentivo ao investimento torna-se inexistente. Por que empreender, inovar ou expandir operações se o capital é mais bem remunerado na inércia da renda fixa?”, disse Skaf.

Ele acrescentou que está “cada vez mais difícil encontrar motivos para o adiamento de um ciclo de afrouxamento monetário, cujas condições já parecem consolidadas”.

“O que assistimos é uma punição ao setor produtivo. Com o custo de capital mais alto do mundo, o ajuste fiscal corre o risco de tornar-se uma ficção contábil, enquanto o crescimento real e a geração de empregos são sacrificados”, acrescentou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

FINANÇAS - IBOVESPA RESISTE A NY E SOBE 1,52% EM NOVO RECORDE

Nesta quarta-feira, em nova máxima intradia aos 185.064,76 pontos, fechou em alta aos 184.691,05 pontos

Do Estadão Conteúdo



Na semana, o Ibovespa sobe 3,26% e, em janeiro, acumula alta de 14,63%, por enquanto a caminho do melhor mês desde novembro de 2020

Há exatamente duas semanas, em 14 de janeiro, o Ibovespa fechou pela primeira vez aos 165 mil pontos, rompendo então a marca recorde, na casa de 164 mil, vista no fechamento de 4 de



dezembro. Nessas duas semanas, em que renovou recordes em 8 de 11 sessões, o índice da B3 teve progressão equivalente a 19,5 mil pontos ou 11,83% no intervalo.

Nesta quarta-feira, 28, em nova máxima intradia aos 185.064,76 pontos, saiu de abertura aos 181.920,63, em nível correspondente ao piso do dia, e fechou em alta de 1,52%, aos 184.691,05 pontos, novo recorde para encerramentos.

O giro financeiro seguiu reforçado, a R\$ 34,1 bilhões. Na semana o Ibovespa sobe 3,26% e, em janeiro, acumula alta de 14,63%, por enquanto a caminho do melhor mês desde novembro de 2020 (+15 90%), há mais de cinco anos.

Conforme esperado, o Federal Reserve manteve nesta tarde a taxa de juros de referência dos Estados Unidos na faixa de 3,50% a 3 75%, após uma sequência de três reduções no ano passado, em setembro, outubro e dezembro. A decisão desta quarta-feira não veio por unanimidade: dois integrantes do comitê de política monetária do Fed, Stephen Miran e Christopher Waller, votaram por redução de 25 pontos ou 0,25 ponto percentual nos juros.

Em comunicado após a decisão, o Fed apontou que a atividade econômica continua a se expandir em ritmo sólido nos Estados Unidos. O BC americano observou também que a taxa de desemprego deu sinais de estabilização, e que a inflação continua em nível ainda um tanto elevado. A perspectiva continua dependente da evolução dos dados, indicou ainda o Fed, em um cenário de incerteza persistente.

Após a decisão em linha com o esperado do Fed, a atenção dos investidores se volta, no Brasil, para a decisão e o comunicado desta noite do Comitê de Política Monetária (Copom).

“O destaque da decisão ficou por conta das dissidências de Waller e Miran. A posição de Waller chama atenção, já que ele é considerado um dos principais candidatos à presidência do Fed e vinha afirmando que não havia pressa para reduzir os juros, devido à inflação ainda elevada. O voto dissidente levanta discussões sobre se sua motivação foi puramente econômica ou também política”, diz Luis Ferreira, CIO do EFG Private Wealth Management.

Ele destaca que, no comunicado, o Fed removeu a menção de que “os riscos de queda para o emprego aumentaram nos últimos meses” e atualizou sua avaliação da economia, afirmando agora que “os indicadores disponíveis sugerem que a atividade econômica tem se expandido em ritmo sólido”: uma revisão em relação à expressão “ritmo moderado” utilizada em dezembro.

Após o comunicado do Fed, a curva de juros americana precisava que o próximo corte, de 25 pontos-base, nos juros americanos deve ocorrer apenas no verão do hemisfério norte, na reunião de julho, diz o gestor. Em Nova York, no fechamento, Dow Jones +0 02%, S&P 500 -0,01% e Nasdaq +0,17%.

Fôlego

Na B3, apesar do sinal misto em Nova York após o comunicado e durante a entrevista coletiva do presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, o Ibovespa recuperou fôlego, firmando-se a princípio acima dos 183 mil pontos e ao fim da sessão, pela primeira vez, na marca de 184 mil.

À tarde, chegou a refletir desempenho um pouco mais fraco dos bancos, em especial Bradesco, que oscilou para baixo, mas se recuperou também em direção ao fechamento, na ON (+1,08%) e PN (+1,35%, na máxima do dia no encerramento).

Destaque também para Banco do Brasil (ON +2,88%), Santander (Unit +2,32%) e Itaú (PN +2,25%). Petrobras (ON +2,90% PN +3,35%) e Vale (ON +2,44%), por sua vez, conferiram ímpeto ao Ibovespa ao longo do dia.

Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, Raízen (+20,00%), C&A (+8,60%) e Usiminas (+6,57%). No lado oposto, Embraer (-3,53%), CPFL (-2,84%) e MBRF (-2,51%).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

FINANÇAS - DÓLAR FECHA ESTÁVEL COM AJUSTES EM DIA DE FED E COPOM

Moeda americana fechou a R\$ 5,2066, recuando 1,51% nesta semana e 5,14% em janeiro

Do Estadão Conteúdo

Após furar o piso de R\$ 5,20 pela manhã, o dólar à vista ganhou força ao longo da tarde, quando operou pontualmente em alta, e encerrou a sessão desta quarta-feira, 28, estável, a R\$ 5,2066. Segundo operadores, o dia foi marcado por ajustes de posições e realização pontual de lucros, após recente rodada de forte apreciação do real.

Parte da queda da manhã, quando a divisa tocou mínima a R\$ 5,1713, foi atribuída a ajustes técnicos, uma vez que na terça à noite, com o mercado à vista já fechado, o dólar futuro para fevereiro apresentou um forte movimento de baixa, acompanhando o mergulho da moeda americana lá fora.

No início da tarde, o dólar à vista já operava em leve alta. A máxima da sessão, a R\$ 5,2249, veio logo após o anúncio da decisão do Federal Reserve de manter a taxa básica de juros norte-americanos no intervalo entre 3,50% e 3,75%.

Em entrevista coletiva, o presidente do Fed, Jerome Powell, fez alertas de praxe à inflação ainda elevada, mas pontuou que um enfraquecimento do mercado de trabalho seria “argumento” para cortar taxas.

Depois de tocar máxima aos 96,787 pontos, o índice DXY que mede o comportamento da moeda americana em relação a uma cesta de seis moedas fortes rondava os 96,400 pontos no fim da tarde. O dólar também reduziu os ganhos em relação a divisas emergentes e de países exportadores de commodities.

Espelhando a dinâmica externa, a moeda perdeu força na reta final do pregão e terminou o dia no zero a zero, ainda no menor valor de fechamento desde 28 de maio de 2024.

A divisa recua 1,51% na semana e 5,14% em janeiro, após alta de 2,89% em dezembro. Em 2025, o dólar caiu 11,18%, maior baixa anual desde 2016. O real apresenta neste início de ano o melhor desempenho entre as divisas latino-americanas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - PORTA-VOZ NÃO SE IMPROVISA



JOÃO FORTUNATO

Consultor especialista em Media Training
e Gestão de Crise e professor universitário

opinioao@portalbenews.com.br

Um dos erros mais comuns nas empresas é confundir hierarquia com aptidão comunicacional. Nem todo presidente, diretor ou gestor estão preparados para falar em nome da organização, especialmente sob pressão.

Em um ambiente marcado por hipereposição midiática, redes sociais em tempo real e crises que se formam e se espalham em questão de minutos, a figura do porta-voz ganhou centralidade estratégica nas organizações. Já não se trata apenas de alguém designado para atender a imprensa ou conceder entrevistas pontuais, mas de um representante direto da identidade, dos valores e da credibilidade institucional. A escolha equivocada de um porta-voz pode ampliar crises, gerar ruídos, provocar contradições públicas e comprometer a reputação construída ao longo de anos. Por outro lado, a escolha criteriosa, aliada a preparo e apoio adequados, transforma esse profissional em um ativo decisivo para a proteção e o fortalecimento da imagem corporativa.



Um dos erros mais comuns nas empresas é confundir hierarquia com aptidão comunicacional. Nem todo presidente, diretor ou gestor estão preparados para falar em nome da organização, especialmente sob pressão. A função de porta-voz exige mais do que autoridade formal: requer clareza de raciocínio, equilíbrio emocional, capacidade de síntese, compreensão do funcionamento da mídia e, sobretudo, alinhamento profundo com a estratégia e os valores institucionais. Falar bem em reuniões internas não significa, necessariamente, saber se posicionar diante de um jornalista, de uma câmera ou de uma audiência hostil nas redes sociais.

O ponto de partida para a escolha do porta-voz deve ser a credibilidade. Internamente, ele precisa ser respeitado e reconhecido como alguém sério, ético e confiável. Externamente, deve transmitir segurança, coerência e legitimidade. A credibilidade não se constrói no momento da entrevista, mas ao longo do tempo, por meio de atitudes consistentes e da coerência entre discurso e prática. Porta-vozes sem lastro interno ou histórico profissional sólido tendem a ser fragilizados rapidamente, seja por jornalistas atentos, seja por fontes internas dispostas a desmenti-los.

Outro fator decisivo é o alinhamento absoluto com a cultura e os objetivos da organização. O porta-voz não pode ser alguém que apenas repete discursos prontos ou cumpre uma tarefa protocolar. Ele precisa compreender o negócio, acreditar na instituição que representa e estar convencido da legitimidade das posições que defende. Qualquer ambiguidade, ceticismo ou desalinhamento tende a emergir em situações de pressão, quando perguntas são duras, o tempo é curto e não há espaço para improvisações. Nessas circunstâncias, a falta de convicção se traduz em respostas evasivas, contraditórias ou inseguras.

A capacidade de traduzir temas complexos em linguagem clara e acessível é outra característica essencial. A lógica do jornalismo é marcada por objetividade, síntese e rapidez. Quem fala em nome de uma organização precisa compreender que entrevistas não são palestras nem relatórios técnicos. Respostas longas, cheias de jargões ou excessivamente defensivas dificultam a compreensão, abrem margem para cortes desfavoráveis e aumentam o risco de distorção da mensagem. Um bom porta-voz sabe priorizar informações, construir mensagens-chave e responder de forma direta, sem perder precisão nem responsabilidade.

O equilíbrio emocional talvez seja um dos atributos mais subestimados e, ao mesmo tempo, mais decisivos. Em situações de crise, o porta-voz pode ser confrontado com acusações graves, perguntas provocativas ou informações incompletas. Reações impulsivas, agressivas ou irônicas costumam agravar o problema e gerar repercussões negativas que extrapolam o conteúdo original da entrevista. O profissional preparado mantém a calma, evita confrontos pessoais e compreende que o foco deve estar na proteção da instituição, e não na defesa do ego.

Também é fundamental que o porta-voz saiba ouvir. A escuta ativa demonstra respeito ao jornalista, ajuda a compreender o real foco da pauta e reduz o risco de respostas desconectadas da pergunta. A relação entre porta-voz e imprensa não é de amizade nem de hostilidade, mas de profissionalismo. Tratar o jornalista como inimigo, adversário ideológico ou obstáculo a ser enfrentado costuma resultar em matérias mais duras e em um relacionamento deteriorado, que se cobra com juros em momentos delicados.

Saber quem não deve ser escolhido como porta-voz é tão importante quanto definir o perfil ideal. Profissionais impulsivos, vaidosos, indiscretos ou que gostam mais de holofotes do que da instituição representam riscos evidentes. Isso vale para aqueles que confundem opinião pessoal com posição corporativa, desrespeitam orientações técnicas e jurídicas ou acreditam que entrevistas são espaços para militância individual. A exposição pública exige disciplina, responsabilidade e consciência de que cada palavra dita em nome da organização tem consequências.

Outro equívoco recorrente é tratar o porta-voz como figura única e permanente. Organizações mais maduras adotam estruturas flexíveis, com porta-vozes institucionais, técnicos e circunstanciais, de acordo com o tema e o contexto. Essa estratégia reduz o desgaste de um único profissional, aumenta



a precisão das informações e demonstra organização e transparência. Não é razoável exigir que uma mesma pessoa domine todos os assuntos ou esteja disponível para qualquer situação.

Independentemente de quem seja escolhido, nenhum porta-voz deveria falar publicamente sem treinamento adequado. O media training não é maquiagem, nem manual de respostas decoradas. Trata-se de um processo estruturado de preparação que ajuda o profissional a entender a lógica da mídia, organizar mensagens, responder perguntas difíceis, evitar armadilhas recorrentes, controlar linguagem verbal e não verbal e atuar com segurança, especialmente em situações ao vivo. Treinar porta-vozes é investir em prevenção de crises e em proteção reputacional.

A responsabilidade da organização não termina na escolha e no treinamento. O porta-voz precisa ser apoiado de forma consistente. Isso começa pelo acesso a informações claras, atualizadas e confiáveis. Colocar alguém diante da imprensa sem briefing adequado é expô-lo ao erro e comprometer a credibilidade institucional. Além disso, o alinhamento com as áreas jurídica e de compliance é indispensável para evitar declarações que assumam responsabilidades indevidas, violem sigilos ou prejudiquem processos em andamento. Comunicação e jurídico não são áreas concorrentes, mas complementares.

Em momentos de crise, a proteção institucional ao porta-voz é decisiva. Desautorizá-lo publicamente, abandoná-lo após entrevistas difíceis ou transferir responsabilidades individuais para preservar a imagem corporativa são práticas que fragilizam não apenas o profissional, mas a própria organização. Um porta-voz exposto transmite insegurança, e insegurança é rapidamente percebida pela opinião pública.

A comunicação externa também precisa estar alinhada à comunicação interna. Funcionários mal-informados se tornam fontes informais de ruído, boatos e vazamentos. Quando o discurso externo não corresponde à realidade interna, a credibilidade se esvai rapidamente. O porta-voz deve estar integrado aos fluxos de informação da organização, garantindo coerência entre o que se diz e o que se pratica.

Improvisar porta-vozes em momentos críticos é um dos erros mais graves da gestão de comunicação. Crises não são ambientes para amadorismo. Empresas responsáveis mapeiam previamente seus porta-vozes, treinam, simulam cenários adversos e revisam protocolos com regularidade. O desempenho do porta-voz deve ser avaliado continuamente, com reciclagens periódicas, feedbacks e atualização constante, acompanhando as mudanças no ambiente midiático e social.

Escolher um porta-voz eficaz não é uma decisão baseada em vaidade, conveniência política ou hierarquia. É uma escolha estratégica, que exige método, critérios claros e compromisso institucional. Em tempos de exposição permanente e crises recorrentes, o porta-voz não é apenas quem fala. É quem sustenta a credibilidade da organização quando todos os holofotes estão acesos.

João Fortunato escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras.

O EQUILÍBRIO EMOCIONAL TALVEZ SEJA UM DOS ATRIBUTOS MAIS SUBESTIMADOS E, AO MESMO TEMPO, MAIS DECISIVOS. EM SITUAÇÕES DE CRISE, O PORTA-VOZ PODE SER CONFRONTADO COM ACUSAÇÕES GRAVES, PERGUNTAS PROVOCATIVAS OU INFORMAÇÕES INCOMPLETAS

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 29/01/2026

JUSTIÇA - PM PEDE 'ADEQUAÇÕES' PARA BOLSONARO NA PAPUDINHA

A corporação solicitou ao ministro Alexandre de Moraes para alterar o dia de visitas e permissão para caminhadas em locais controlados

Do Estadão Conteúdo



A PMDF também pede autorização para que o ex-presidente realize caminhadas sob escolta e supervisão permanente

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) encaminhou ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), um pedido de adequações operacionais e de segurança relacionadas à custódia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no 19º Batalhão da PMDF, conhecido como Papudinha.

No ofício, enviado nesta terça-feira, 28, a corporação solicita autorização para alterar o dia de visitas do ex-presidente, permitir a realização de caminhadas em locais controlados da unidade e ampliar o acesso à assistência religiosa.

Segundo a PMDF, Bolsonaro é um “custodiado sensível” em razão das funções públicas que exerceu, da repercussão do caso e do risco potencial de hostilidades. A corporação afirma que o tratamento diferenciado não configura privilégio, mas medida preventiva voltada à segurança e à integridade física do preso, de visitantes e do efetivo policial.

Entre os pedidos, a PM solicita que o dia de visita de Bolsonaro seja transferido, de forma excepcional, da quinta-feira para o sábado. A justificativa é que, nos dias úteis, há intenso fluxo de servidores, custodiados e atividades administrativas na Papudinha, além de coincidência com o dia de visitas dos demais presos da unidade.

De acordo com o documento, aos sábados o fluxo interno é reduzido, não há expediente administrativo regular e não ocorre visita dos outros presos, o que permitiria maior previsibilidade operacional, controle de acesso e segregação dos ambientes.

A PMDF também pede autorização para que o ex-presidente realize caminhadas de forma controlada e restrita, sob escolta e supervisão permanente. As atividades ocorreriam em locais previamente definidos, como o campo de futebol ou a pista asfaltada nos fundos do núcleo.

O pedido, segundo o ofício, foi feito com base em recomendações médicas e tem como objetivo a preservação da saúde física de Bolsonaro. A corporação afirma que a medida não envolve contato com outros presos nem uso de equipamentos, além de apresentar baixo impacto operacional.

Assistência religiosa

Outro ponto apresentado ao ministro é a extensão da assistência religiosa. A PMDF informou que o atendimento é prestado pela Capelania da corporação, nas vertentes evangélica e católica, sempre sob supervisão do efetivo responsável e observadas as condições de segurança da unidade. Bolsonaro foi transferido para a Papudinha no dia 16 deste mês, por determinação do ministro Alexandre de Moraes. Antes, ele estava custodiado na Superintendência da Polícia Federal (PF) em Brasília. O ex-presidente cumpre pena de 27 anos e 3 meses de prisão pelos crimes de organização criminosa armada, golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado contra o patrimônio da União.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

JUSTIÇA - EXÉRCITO AUTORIZA MAURO CID A IR PARA RESERVA REMUNERADA

Mudança não equivale à aposentadoria e mantém o militar vinculado ao Exército na condição de inativo

Do Estadão Conteúdo

O comandante do Exército, general Tomás Paiva, autorizou a passagem do tenente-coronel Mauro Cid para a reserva remunerada. O militar foi condenado a dois anos de prisão pelo Supremo Tribunal Federal pela trama golpista.

A informação foi divulgada pelo SBT News e confirmada pelo Estadão. Segundo o advogado de Cid, Jair Alves Pereira, o pedido de transferência para a reserva foi aceito pelo Exército Brasileiro e protocolado antes da condenação.

Pelas regras internas da Força, a transferência para a reserva ocorre com manutenção de remuneração e exige, no caso de tenentes-coronéis, mínimo de 25 anos de efetivo serviço. A passagem para a reserva não equivale à aposentadoria e mantém o militar vinculado ao Exército na condição de inativo.

De acordo com dados do Portal da Transparência, Cid integra o Exército desde 28 de março de 1996, há 29 anos e 10 meses. Entre junho e novembro de 2025, sua remuneração bruta variou entre R\$ 32.540,76 e R\$ 18.419,44.

A previsão é de que a passagem para a reserva seja oficializada neste sábado, 31, com a publicação do ato no Diário Oficial da União.

Mauro Cid firmou acordo de delação premiada no processo sobre a tentativa de golpe de Estado e recebeu pena de dois anos de prisão em regime aberto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 29/01/2026

JUSTIÇA - MJ AVISA STF QUE JÁ FEZ PEDIDO DE EXTRADIÇÃO DE RAMAGEM

Ex-diretor da Abin foi condenado a 16 anos de prisão pela trama golpista de 2023 e fugiu para os EUA
Do Estadão Conteúdo

O Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP) informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) nesta quarta-feira, 28, que o pedido de extradição do ex-deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) já foi entregue ao governo dos Estados Unidos em 30 de dezembro do ano passado. Não há prazo para a análise do requerimento. A informação é da Agência Brasil.

Ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Ramagem foi condenado a 16 anos, 1 mês e 15 dias de prisão por participação na tentativa de golpe para reverter o resultado das eleições de 2022. Após a condenação, ele deixou o País e fugiu para os Estados Unidos, em setembro.

Em novembro, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, decretou a prisão preventiva do ex-deputado. No mês seguinte, determinou que a Secretaria Judiciária do STF remetesse ao MJSP os documentos necessários para a formalização do pedido de extradição. Uma semana depois, a pasta informou à Corte que havia solicitado ao Ministério das Relações Exteriores o encaminhamento do processo às autoridades norte-americanas, que segundo o MJSP, foi entregue no dia 30 de dezembro.

Ramagem teve o mandato cassado em 18 de dezembro, no mesmo dia em que a Câmara dos Deputados cassou o de Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 29/01/2026

JUSTIÇA - TOFFOLI AUTORIZA APURAÇÃO DE ATAQUES VIRTUAIS AO BC

PF vê campanha difamatória contra o Banco Central e autoridades que contrariam interesses do dono do Banco Master
Do Estadão Conteúdo



A defesa de Daniel Vorcaro se antecipou para negar o envolvimento com essas ações virtuais



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli autorizou a abertura de inquérito da Polícia Federal para apurar a ação de influenciadores nas redes sociais em defesa do Banco Master e na realização de ataques ao Banco Central e outras autoridades que contrariaram os interesses da instituição de Daniel Vorcaro.

Essa investigação também vai tramitar sob a competência do STF, ao menos enquanto o conjunto de inquéritos sobre as suspeitas do Master estiverem sob os cuidados de Toffoli.

A PF identificou, em análise preliminar, a existência de uma campanha difamatória contra o Banco Central e ataques virtuais orquestrados.

Em uma petição ao STF, a defesa de Daniel Vorcaro se antecipou para negar o envolvimento com essas ações virtuais.

No final do ano, várias contas de influenciadores na internet publicaram conteúdos colocando em dúvida a credibilidade do BC no processo. Como mostrou o Estadão, parte desses influenciadores não tem nenhuma relação com temas do setor financeiro.

O caso começou a ser exposto a partir de um vídeo publicado pelo vereador Rony Gabriel (PL-RS), de Erechim, que diz ter recebido uma proposta intitulada “projeto DV”, as iniciais de Daniel Vorcaro, para publicar conteúdo em defesa da instituição. Segundo ele, deveriam ser produzidos vídeos para seus perfis nas redes sociais para “dizer que o Banco Master era uma vítima do Banco Central”.

Um levantamento da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) feito para avaliar sua imagem nas redes sociais acabou captando um ataque coordenado às instituições, concentrado em um período de 36 horas, no fim de 2025.

O Banco Central decretou no dia 18 de novembro do ano passado, a liquidação extrajudicial do Banco Master. A liquidação foi assinada pelo presidente do BC, Gabriel Galípolo.

A medida encerrou um processo acelerado de crescimento do Master que foi baseado em dois pilares: a captação de recursos pagando a investidores juros muito acima da média do mercado e a compra de ativos com baixa liquidez, como empresas com problemas financeiros, precatórios e direitos creditórios.

Como mostrou o Estadão, a investigação sobre as suspeitas de crimes de gestão fraudulenta do Master apontou que a instituição usou as “vulnerabilidades” do mercado de capitais para realizar operações financeiras com o objetivo de desviar dinheiro para o patrimônio pessoal de Vorcaro e de seus familiares. Esses desvios totalizaram R\$ 5,7 bilhões, de acordo com a investigação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

JUSTIÇA - ANDRÉ MENDONÇA MANTÉM PRISÃO DO CARECA DO INSS

Ministro rejeitou pedido de revogação. Defesa alegou que a detenção não preenche os requisitos legais

Do Estadão Conteúdo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça rejeitou um pedido de revogação da prisão preventiva do empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”, investigado sob suspeita de operar um esquema de desvios de aposentadorias na autarquia e preso desde setembro do ano passado.

Procurada, a defesa dele afirmou que a prisão “não preenche os requisitos legais” e que ele tem adotado postura colaborativa.

“A defesa reitera que a prisão de Antônio Carlos Camilo não preenche os requisitos legais, uma vez que todas as atividades de suas empresas foram encerradas, não há risco de fuga ou de atrapalhar as investigações. Muito pelo contrário: a defesa indicou bens para bloqueio que não eram de conhecimento das autoridades, demonstrando uma postura colaborativa. Ademais, a defesa informa que apresentará recurso sobre o indeferimento da liberação dos valores para pagamento das rescisões trabalhistas, pois são verbas trabalhistas dos colaboradores que prestaram serviços lícitos e que foram desligados para que as empresas encerrassem as atividades”, afirmou, em nota, a advogada Danyelle Galvão.

Em sua decisão, o ministro apontou que existem evidências de operações financeiras suspeitas de lavagem de dinheiro envolvendo uma rede de empresas ligadas a Antônio Camilo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

JUSTIÇA - MORAES TIRA RECEITAS DO MPU DO ARCABOUÇO FISCAL

Ministro do STF excluiu as receitas próprias do Ministério Público da União do limite de gastos
Do Agência Brasil

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, concedeu uma liminar para excluir as receitas próprias do Ministério Público da União (MPU) do limite de gastos do arcabouço fiscal.

A medida havia sido pedida pelo procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet e segue entendimento que já havia sido aplicado pelo Supremo no ano passado em relação às receitas próprias dos tribunais e outros órgãos do Judiciário, em ação movida pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Gonet apontou para a paridade de tratamento entre Judiciário e MPU, prevista na Constituição. Moraes concordou com o argumento, afirmando se tratar de “situação absolutamente análoga”.

O ministro frisou que a legislação do arcabouço fiscal traz entre as possibilidades de exceção ao limite de gastos as eventuais receitas próprias de cada órgão, desde que o dinheiro seja aplicado na finalidade do próprio órgão.

Moraes lembrou que os valores das receitas próprias do MPU “devem ser empregados para o custeio de suas despesas, observados os limites impostos pelas dotações orçamentárias disponíveis ou pelos créditos adicionais que venham a ser abertos para esse fim”.

Pela decisão, o dinheiro proveniente de receitas próprias fica excluído já em 2026. A liminar abrange recursos de exercícios anteriores do atual.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

JUSTIÇA - TCU APROVA PLANO DE AUDITORIA SOBRE EMENDAS PIX

A iniciativa atende a determinação do Supremo Tribunal Federal e vai apurar emendas de 2020 a 2024

Do Estadão Conteúdo



Segundo o plano aprovado pelo TCU, estão previstas 85 auditorias de conformidade, distribuídas entre os diferentes tipos de objeto

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou nesta quarta-feira, 28, um plano especial de auditoria para fiscalizar a aplicação das



emendas parlamentares conhecidas como “emendas Pix”, executadas entre 2020 e 2024. A iniciativa atende a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

Criadas em 2020, as emendas Pix permitem a transferência direta de recursos federais para Estados e municípios, sem a vinculação prévia a um objeto específico no momento da indicação parlamentar.

Para o STF, embora os recursos passem a integrar o orçamento do ente federativo beneficiado, a aplicação dos valores deve observar padrões mínimos de transparência, controle e prestação de contas, compatíveis com os adotados nas transferências voluntárias tradicionais.

Dados do Portal da Transparência indicam que as transferências especiais movimentaram mais de R\$ 22 bilhões entre 2020 e 2025, em mais de 4,3 mil repasses realizados a estados e municípios.

As auditorias abrangem cinco grandes categorias de despesas financiadas com emendas Pix: compras de materiais e suprimentos médico-hospitalares, outras aquisições de bens, contratações e locações, eventos culturais e esportivos e obras públicas.

Ao todo, estão previstas 85 auditorias de conformidade, distribuídas entre os diferentes tipos de objeto. Cada categoria contará com uma coordenação específica responsável pelo acompanhamento técnico dos trabalhos.

As auditorias relacionadas a obras públicas serão realizadas presencialmente, com visitas in loco, enquanto as demais fiscalizações ocorrerão, em regra, de forma remota, a partir da análise documental e de sistemas de informação.

Para as auditorias de obras públicas, será autuado um processo específico para cada objeto fiscalizado. Já nas demais categorias, será instaurado um processo único por tipo de despesa, sem prejuízo da abertura de processos apartados caso sejam identificados indícios de irregularidades ou necessidade de responsabilização individual.

Cronograma

O cronograma estabelecido prevê que a consolidação das conclusões do plano especial ocorra até 24 de junho de 2026, de modo a permitir o cumprimento dos prazos pactuados com o STF.

O relatório final consolidado deverá ser encaminhado à Suprema Corte até o fim de junho de 2026, conforme compromisso firmado pelo TCU no âmbito da ADPF 854.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

JUSTIÇA - CONTRATOS FEDERAIS DE TI COM FRAUDES BILIONÁRIAS SERÃO APURADOS

TCU aprovou a realização de auditoria sobre acordos de tecnologia da informação na administração pública

Do Estadão Conteúdo

O Tribunal de Contas da União (TCU) também aprovou nesta quarta-feira, 28, a realização de auditoria abrangente sobre contratos de tecnologia da informação (TI) no âmbito da administração pública federal. A decisão foi tomada durante julgamento de um dos muitos processos que apontam prejuízos bilionários ao erário por falhas estruturais, indícios de superfaturamento e problemas de conformidade em licitações e execuções contratuais.

O encaminhamento prevê uma auditoria extensa, ainda em fase de consolidação da redação final, que deverá incluir órgãos da administração direta, autarquias e, especialmente, empresas estatais federais.



A medida foi proposta pelo ministro Benjamin Zymler, que afirmou que a recorrência dos casos indica um problema estrutural. “O que me chama a atenção é que, em todas as sessões, há sempre grandes questões e falhas na contratação de sistemas de TI no Brasil, e sempre envolvendo valores expressivos”, disse.

O TCU já realiza fiscalizações específicas, em parte por sistemas automáticos, em contratos de TI. No ano passado, por exemplo, a atuação preventiva resultou em economia de R\$ 1 81 bilhão, após ajustes feitos por órgãos federais em 123 licitações que somavam R\$ 8,08 bilhões.

Segundo Zymler, o Tribunal se depara com dois cenários possíveis. “Ou há um grande esquema para fraudar contratações de TI, ou a administração pública enfrenta dificuldades para adquirir esses sistemas”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

JUSTIÇA - OPERAÇÃO INVESTIGA ESQUEMA DE DESVIO DE VERBAS DA SAÚDE NO RN

Investigação atinge empresários, prefeitos e servidores suspeitos de lesarem os cofres públicos em R\$ 13 milhões

Da Agência Brasil

O suposto esquema de desvios de verbas da Saúde que se teria instalado em cinco municípios do Rio Grande do Norte usava a expressão ‘no isopor’ para se referir ao pagamento de propinas e à coordenação de saques em dinheiro, segundo investigadores da Polícia Federal.

Nesta terça-feira, 27, a corporação deflagrou a Operação Mederi, que atingiu um número expressivo de empresários, prefeitos e servidores públicos, suspeitos de lesarem os cofres públicos em R\$ 13 milhões.

Nas diligências realizadas na manhã desta quarta-feira, que alcançaram 35 endereços, a Polícia Federal confirmou as suspeitas dos investigadores e apreendeu maços de dinheiro escondidos em um isopor.

As fraudes em licitações de medicamentos teriam ocorrido nos municípios potiguares de Serra do Mel, Mossoró, Paraú, São Miguel e José da Penha. O esquema contava com a atuação de duas empresas farmacêuticas, segundo o inquérito da PF: Dismed e Drogaria Mais Saúde.

Os prefeitos de Mossoró, Allyson Bezerra (União Brasil); Paraú, João Evaristo Peixoto (Progressistas); e São Miguel, Leandro Michel do Rêgo Lima (União Brasil), além do ex-vice de Serra do Mel, José Moabe Zacarias Soares (PSD), foram alvos de busca e apreensão. O atual vice de Mossoró, Marcos Bezerra (PSD), também entrou na mira das diligências.

Em comunicado, o prefeito de Mossoró disse que “colaborou integralmente com a diligência, franqueando acesso às informações solicitadas”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

INTERNACIONAL - “DIVIDIDOS, SOMOS FRÁGEIS”, DIZ LULA SOBRE A AMÉRICA LATINA

Em discurso no Fórum Econômico Internacional, presidente citou ativos que podem tornar a região mundialmente relevante

Da Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a América Latina e o Caribe só resolverão seus problemas caso os enfrentem de forma conjunta. Nesta quarta-feira (28), durante a abertura do Fórum Econômico Internacional – América Latina e Caribe 2026, no Panamá, Lula destacou os ativos políticos e econômicos que podem, via integração regional, favorecer todos os países, tornando-os mais relevantes no cenário mundial.



Segundo Lula, falta às lideranças regionais convicção sobre os benefícios de adoção de um projeto mais autônomo de inserção internacional

“Seguir divididos nos torna todos mais frágeis”, discursou o presidente durante a sessão de abertura do fórum, ao citar as “credenciais econômicas, geográficas, demográficas, políticas e culturais excepcionais” que os países latino-americanos e caribenhos têm “para aspirar a uma presença relevante no contexto mundial”.

Lula ponderou que, para atingir esses objetivos, é fundamental que as lideranças regionais estejam comprometidas com mecanismos institucionais e que “articulem de forma equilibrada os distintos interesses

nacionais de nossa região”.

Segundo Lula, falta às lideranças regionais convicção sobre os benefícios de adoção de um projeto mais autônomo de inserção internacional. Nesse sentido, sugeriu que os países da região levem em consideração as riquezas inexploradas que poderão garantir uma inserção competitiva na ordem global.

“Dispomos de ativos de ordem política e econômica que podem conferir materialidade ao impulso integracionista”, argumentou o presidente ao enumerar, entre esses ativos, o potencial energético relacionado às reservas de petróleo e gás, a hidroeletricidade, os biocombustíveis, e a energia gerada a partir das matrizes nuclear, eólica e solar.

O presidente citou também como ativos o fato de a região contar com a maior floresta tropical do planeta; e as variadas condições de solo e clima e os avanços científicos e tecnológicos para a produção de alimentos.

“Reunimos também recursos minerais abundantes, inclusive minérios críticos e terras raras, essenciais para a transição energética e digital”, disse o presidente brasileiro ao afirmar que “minerais críticos e as terras raras só têm sentido se for para enriquecer os nossos países, e se tivermos coragem de construir parcerias, gerando riqueza, emprego e desenvolvimento em nossos países”.

Lula lembrou que, juntos, os países da região formam um mercado consumidor com mais de 660 milhões de pessoas. Além disso, disse que não há conflitos graves entre os países participantes do fórum; e que, predominantemente, todo governo foram eleitos democraticamente.

“A América Latina e o Caribe são únicos. Cabe a nós assumir que a integração possível é a que estará calcada na pluralidade de opções. Guiados pelo pragmatismo, podemos superar divergências ideológicas e construir parcerias sólidas e positivas dentro e fora da região. Essa é a única doutrina que nos convém”, afirmou.

“Não há nenhuma possibilidade de qualquer país da América Latina, sozinho, achar que vai resolver os problemas. Temos 525 anos de história. Muitas vezes a colonização não estará na interferência de outro, mas na formação cultural que o nosso o povo teve. Precisamos mudar de comportamento. Vamos criar um bloco. Um bloco que possa dizer que a gente vai acabar com a fome em nossos países”, concluiu.

Por ser convidado especial, o presidente brasileiro foi o segundo a discursar, logo após o presidente do país anfitrião, José Raúl Mulino. A expectativa é que Lula retorne ao Brasil ainda hoje, ao final do dia.

O Fórum Econômico Internacional da América Latina e Caribe seguirá até o dia 30.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

INTERNACIONAL - PRESIDENTE CONVIDA LÍDER DE DIREITA DA BOLÍVIA PARA VIR AO BRASIL

Do Estadão Conteúdo

Em busca de aproximação com lideranças de direita da América Latina, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu nesta quarta-feira, dia 28, com o novo presidente da Bolívia, Rodrigo Paz.

No ano passado, Paz derrotou aliados do petista e encerrou duas décadas do Movimento Socialista no poder em La Paz. Lula foi muito próximo de Evo Morales e do último presidente de esquerda, Luis Arce Catacora.

O encontro revela uma estratégia de Lula de abrir canais de diálogo e oportunidades de cooperação política com potenciais adversários ideológicos e revelar uma face mais pragmática da política externa brasileira. O Palácio do Planalto teme um eventual “cerco” ao petista, incentivado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Lula e Paz realizaram seu primeiro encontro pessoal na Cidade do Panamá. Eles foram convidados a discursar no Fórum Econômico Internacional da América Latina e Caribe.

A reunião foi buscada pelo petista, que encomendou a aproximação à diplomacia brasileira e despachou à capital boliviana seu ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, dois dias antes.

Os dois presidentes combinaram uma visita de Estado do boliviano a Brasília, a ser realizada ainda no primeiro semestre de 2026, conforme a Presidência da República.

Eles também conversaram sobre uma pauta de interesse comum: combate ao crime organizado, energia e infraestrutura/logística.

“Os presidentes discutiram as rotas para a integração sul-americana e alternativas para garantir o acesso da Bolívia a portos e ao escoamento de sua produção. Também trataram da retomada dos diálogos na área energética e iniciativas conjuntas para combater o crime organizado na Amazônia”, disse o Palácio do Planalto, em nota.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

INTERNACIONAL - EUA CRITICA LENTIDÃO DE ALIADOS DA OTAN

Segundo o secretário de Estado Marco Rubio, os países europeus precisam se fortalecer rápido e investir na força militar

Do Estadão Conteúdo



O governo de Donald Trump tem feito diversas críticas aos países da OTAN, o que vem gerando desconforto entre os aliados

O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, disse nesta quarta-feira (28) que os parceiros dos Estados Unidos na Organização do Tratado do Atlântico Norte



(Otan) precisam se fortalecer, criticando a lentidão dos países europeus do bloco militar em aumentarem seus gastos militares.

“Eles precisam ter iniciativa”, disse Rubio ao cobrar que os outros países da Otan elevem seus gastos em defesa até 5% do PIB conforme estabelecido. “A Otan será mais forte se nossos aliados se fortalecerem”.

Quando questionado por senadores, durante audiência no Congresso americano, sobre um afastamento dos EUA de seus aliados históricos na Otan, Rubio disse que as obrigações do bloco militar precisam ser “repensadas”, sugerindo que as garantias da aliança teriam pouca relevância sem o apoio norte-americano.

Sobre a Groenlândia, Rubio disse que reuniões técnicas estão acontecendo nesta quarta e que a relação dos EUA com os países europeus está numa “boa posição” no momento. “Acredito que esses processos darão bons resultados para todos os envolvidos”, disse o secretário.

Em relação ao Irã, Rubio afirmou que o regime dos aiatolás está “mais fraco do que nunca” e afirmou que milhares de pessoas morreram durante os protestos no país. Segundo ele, a economia do país persa está em colapso, o que irá dificultar a sustentação do governo atual.

“Eles gastaram seus recursos comprando armas e financiando grupos terroristas ao invés de investirem em sua própria sociedade”, disse Rubio.

No Irã, Ali Shamkhani, assessor do Líder Supremo, o Aiatolá Ali Khamenei, afirmou nesta quarta-feira que a “resposta será imediata” caso os Estados Unidos lancem uma ação militar contra Teerã em qualquer nível, em publicação no X.

“Qualquer ação militar dos Estados Unidos, de qualquer origem e em qualquer nível, será considerada o início de uma guerra, e a resposta será imediata, abrangente e sem precedentes, dirigida ao agressor, ao coração de Tel-Aviv e a todos aqueles que o apoiam”, disse, em referência também a Israel.

Shamkhani publicou a mensagem em três idiomas diferentes persa árabe e hebraico e acrescentou que um “ataque limitado” pelos EUA seria apenas uma “ilusão”.

De forma semelhante, o ministro das Relações Exteriores do país, Abbas Araqchi, declarou que forças armadas iranianas estão prontas, “com o dedo no gatilho”, para responder a qualquer agressão, segundo a agência de notícias Mehr.

A Missão Permanente da República Islâmica na Organização das Nações Unidas (ONU) respondeu também às ameaças recentes do presidente dos EUA, Donald Trump: “O Irã está pronto para o diálogo baseado no respeito mútuo e em interesses comuns - MAS, SE PRESSIONADO, SE DEFENDERÁ E RESPONDERÁ COMO NUNCA ANTES!”, escreveu a conta oficial da missão na rede X.

Em meio às tensões entre os dois países, a moeda iraniana, o rial, caiu para um recorde de baixa de 1,6 milhão por dólar, de acordo com comerciantes locais de câmbio entrevistados pela Associated Press. Problemas econômicos haviam desencadeado os protestos que desafiaram a teocracia dos aiatolás e o cenário geral permanece pressionando a divisa local.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026

INTERNACIONAL - AL-MALIKI DESAFIA TRUMP E DIZ QUE MANTERÁ CANDIDATURA

Esta semana, o presidente americano ameaçou tirar o apoio dos EUA ao Iraque se o ex-primeiro-ministro voltar ao poder

Do Estadão Conteúdo

O ex-primeiro-ministro iraquiano Nouri al-Maliki se mostrou desafiador na quarta-feira, 28, após o presidente dos EUA, Donald Trump, ameaçar retirar o apoio de Washington ao Iraque se ele retornar ao poder.

Al-Maliki, que foi nomeado na semana passada pelo bloco político dominante do país para retornar ao cargo de primeiro-ministro, disse em um comunicado: "Rejeitamos a flagrante interferência americana nos assuntos internos do Iraque e consideramos isso uma violação de sua soberania."

Washington tem pressionado o Iraque a se distanciar do Irã e vê al-Maliki como muito próximo de Teerã. Seu último mandato, que terminou em 2014, também viu a ascensão do grupo Estado Islâmico que tomou grandes porções do país.

O primeiro-ministro interino Mohammed Shia al-Sudani teve sua lista de candidatos ganhando a maior parte das cadeiras nas eleições parlamentares de novembro. Mas ele se afastou no início deste mês, abrindo caminho para al-Maliki após os dois competirem pelo apoio do Quadro de Coordenação, um conjunto de partidos xiitas que é o maior bloco parlamentar.

O quadro nomeou al-Maliki como seu candidato na semana passada. Uma sessão do parlamento estava marcada para ocorrer na terça-feira para eleger um presidente, que por sua vez nomearia o primeiro-ministro, mas a sessão foi cancelada devido à falta de quórum, sem data alternativa definida.

Al-Maliki disse que continuaria a se candidatar ao cargo de primeiro-ministro "por respeito à vontade nacional e à decisão do Quadro de Coordenação".

Antes da declaração de Trump, membros do Quadro de Coordenação haviam recebido uma mensagem escrita do encarregado de negócios dos EUA, Joshua Harris, dizendo que "lembramos o período dos governos anteriores liderados pelo Maliki negativamente em Washington." Dois membros do Quadro de Coordenação confirmaram à Associated Press terem recebido a mensagem, uma cópia da qual foi amplamente divulgada nas redes sociais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 29/01/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

CASO MASTER: GABINETE DE TOFFOLI ADMITE POSSIBILIDADE DE ENVIAR CASO À PRIMEIRA INSTÂNCIA APÓS FIM DE INQUÉRITO

STF divulgou comunicado para esclarecer "principais andamentos" de investigação envolvendo o banqueiro Daniel Vercaro

Por Mariana Muniz — Brasília

O gabinete do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), divulgou um comunicado nesta quinta-feira no qual rebate algumas das críticas recebidas pelo magistrado na condução do inquérito relacionado ao Banco Master. Na nota, ele admite pela primeira vez a possibilidade de enviar o caso relacionado à primeira instância, mas afirma que essa análise só será possível de ser feita após o fim das investigações.



O ministro Dias Toffoli — Foto: Victor Piemonte/STF

"Encerradas as investigações, será possível examinar os casos para eventual remessa às instâncias ordinárias, sem a



possibilidade de que se apontem nulidades em razão da não observância do foro por prerrogativa de função ou de violação da ampla defesa e do devido processo legal", diz o texto divulgado pelo gabinete do ministro.

O GLOBO apurou que o comunicado com os "esclarecimentos" foi enviado também aos demais ministros do STF. Em entrevista ao GLOBO, o presidente da Corte, Edson Fachin, disse que não irá ficar de "braços cruzados" na hipótese de ter que avaliar questionamentos sobre o caso do Banco Master.

O caso chegou ao STF após a defesa do dono do banco, Daniel Vercaro, argumentar que trechos da investigação citavam um deputado federal — que possui foro por prerrogativa de função e, portanto, só poderia ser julgado pela Corte. Atendendo a esse pedido, Toffoli definiu que a competência sobre as investigações e futuras diligências passaria a ser da Suprema Corte, e não mais da instância inferior, fazendo com que o inquérito tramitasse diretamente no tribunal.

O envio do caso ao STF, contudo, foi criticado por parlamentares da oposição, que apontaram uma tentativa do ministro de blindar envolvidos na investigação. Um pedido para que ele seja afastado da relatoria do caso, contudo, já foi rejeitado pela Procuradoria-Geral da República.

A representação citava uma viagem de Toffoli no jatinho de um empresário para torcer pelo Palmeiras na final da Copa Libertadores da América contra o Flamengo na companhia de um advogado de um dos executivos do Master investigado na Operação Compliance Zero comprometeria a isenção do ministro para conduzir o caso.

A nota divulgada pelo gabinete do ministro nesta quinta-feira frisa o fato de Toffoli ter sido definido relator "por sorteio" e justifica o sigilo pela necessidade de evitar vazamentos que possam atrapalhar as investigações.

"No dia 3 de dezembro de 2025, após o exame preliminar dos autos, houve a determinação, em caráter liminar, para que o processo fosse remetido ao Supremo Tribunal Federal, mantidas e validadas todas as medidas cautelares já deferidas, bem como o sigilo que já havia sido decretado pelo juízo de primeiro grau, a fim de evitar vazamentos que pudessem prejudicar as investigações", diz o texto.

Diante da pressão relacionada pelo caso nas últimas semanas, a possibilidade de um retorno das investigações para a primeira instância passou a ser discutida, mas Toffoli tem sinalizado a interlocutores que é preciso verificar a persistência de pessoas com foro privilegiado nas apurações. Por isso, é possível que parte do caso permaneça no Supremo e que outra parte vá para a instância inferior.

Com a retomada dos trabalhos do Supremo Tribunal Federal (STF) no próximo dia 2 de fevereiro e o encerramento do regime de plantão da Corte, decisões monocráticas do ministro Dias Toffoli no âmbito das investigações do caso Master poderão, em tese, ser submetidas ao crivo da Segunda Turma do tribunal. Como mostrou O GLOBO, porém, a avaliação predominante no STF é a que essa possibilidade é remota no curto prazo.

Leia a íntegra da nota:

"Gabinete esclarece principais andamentos do caso Master no STF"

1.O Ministro Dias Toffoli foi escolhido, por sorteio, para ser o relator da operação Compliance Zero no Supremo Tribunal Federal em 28 de novembro de 2025;

2.No dia 3 de dezembro de 2025, após o exame preliminar dos autos, houve a determinação, em caráter liminar, para que o processo fosse remetido ao Supremo Tribunal Federal, mantidas e validadas todas as medidas cautelares já deferidas, bem como o sigilo que já havia sido decretado pelo juízo de primeiro grau, a fim de evitar vazamentos que pudessem prejudicar as investigações;



3. Da análise preliminar dos documentos, o Ministro relator verificou, em 15 de dezembro de 2025, a absoluta necessidade da realização de diligências urgentes, não só para o sucesso das investigações, mas também como medida de proteção ao Sistema Financeiro Nacional e às pessoas que dele se utilizam, determinando, no prazo inicial de trinta dias, a oitiva dos principais investigados para esclarecer, em detalhes e com apresentação dos respectivos documentos, as denúncias em apuração;

4. Na mesma oportunidade, houve a determinação de oitiva dos dirigentes do Banco Central do Brasil sobre questões de sua atribuição envolvendo as atividades do Banco Master e de possíveis desdobramentos envolvendo outras instituições financeiras;

5. As oitivas dos presidentes dos bancos envolvidos no caso e do diretor do Banco Central responsável pela fiscalização das instituições ocorreram no dia 30 de dezembro de 2025, inclusive com a acareação, que se mostrou necessária, entre Daniel Vorcaro e Paulo Henrique Costa;

6. Após o exame do material contido nos autos e com parecer favorável do Procurador-Geral da República, foi julgada parcialmente procedente a reclamação, para reconhecer a competência da Suprema Corte a fim de supervisionar as investigações que envolvem a operação Compliance Zero, decisão contra a qual não foi apresentado recurso;

7. No curso do processo, todos os pedidos de reconhecimento de nulidades formulados pelas defesas dos investigados, inclusive por violação de prerrogativa de foro, foram rejeitados, assim como foi indeferido um pedido de composição amigável entre as partes apresentado pela defesa de Daniel Vorcaro;

8. Aberto o inquérito policial correspondente, que corre em sigilo em razão de diligências ainda em andamento, foram ouvidos alguns investigados pela autoridade policial entre os dias 26 e 27 de janeiro de 2026. A autoridade policial pediu a prorrogação do prazo para a conclusão das investigações por mais sessenta dias, o que foi deferido;

9. Paralelamente à operação Compliance Zero, outras operações foram encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal, dentre as quais, uma realizada na cidade do Rio de Janeiro, que foi prontamente devolvida à primeira instância, e outra efetivada em São Paulo por determinação da Suprema Corte, trazida ao Supremo Tribunal Federal por iniciativa direta da Procuradoria-Geral da República;

10. Em todos os âmbitos, as investigações continuam a ser realizadas normalmente e de forma regular, sem prejuízo da apuração dos fatos, mantidos os sigilos necessários em razão das diligências ainda em andamento;

11. Encerradas as investigações, será possível examinar os casos para eventual remessa às instâncias ordinárias, sem a possibilidade de que se apontem nulidades em razão da não observância do foro por prerrogativa de função ou de violação da ampla defesa e do devido processo legal."

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/01/2026

GOVERNO TEM DÉFICIT DE R\$ 61,7 BI EM 2025 E CUMPRE META FISCAL COM EXCEÇÕES, SEGUNDO TESOUREIRO NACIONAL

No total, foram desconsiderados R\$ 48,7 bilhões em gastos para o cálculo da meta

Por Bernardo Lima — Brasília

As contas do governo central, que englobam Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social, registraram um déficit primário de R\$ 61,7 bilhões em 2025, segundo o Tesouro Nacional. Este número, no entanto, considera despesas não contabilizadas da meta fiscal. Com as deduções, houve um déficit de R\$ 13 bilhões, dentro do intervalo estabelecido.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira pelo Tesouro. Com a arrecadação de dezembro, o governo conseguiu ficar dentro da meta de 2025, que era de resultado zero (equilíbrio entre despesas e receitas), com intervalo de tolerância entre déficit de R\$ 31 bilhões e superávit de R\$ 31 bilhões, ou 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

O tamanho efetivo do déficit, de R\$ 61,7 bilhões, é o mais levado em conta por especialistas, por ser o valor que reflete na dinâmica da dívida pública federal. Segundo o governo, no ano passado, a dívida do Tesouro cresceu em 18%, chegando em R\$ 8,635 trilhões, a maior alta anual desde 2015.

Em 2024, o déficit primário registrado foi de R\$ 43 bilhões, também dentro da meta. Excluído gastos não contabilizados na meta, o resultado da época considerado pela equipe econômica foi de R\$ 11 bilhões.

— Considero o resultado do ano muito satisfatório, com todos os desafios apresentados —disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, em entrevista coletiva.

Para a contabilização da meta, são excluídas despesas como gastos com precatórios e indenizações de aposentados, e exceções extras criadas por iniciativas do Congresso Nacional e Executivo. No total, em 2025 foram desconsiderados R\$ 48,7 bilhões em gastos para o cálculo da meta.

Segundo o relatório do Tesouro Nacional, estes foram os gastos retirados do cálculo:

- precatórios excedentes – R\$ 41,1 bilhões
- ressarcimento de beneficiários do INSS que foram alvo de descontos ilegais – R\$ 2,8 bilhões
- despesas temporárias de educação e saúde – R\$ 2,2 bilhões
- projetos estratégicos de defesa nacional – R\$ 2,5 bilhões

Como o GLOBO mostrou, as exceções aos limites de gastos públicos durante os três anos de vigência do atual arcabouço fiscal, aprovado em 2023, no primeiro ano do atual mandato do presidente Lula, devem superar R\$ 170 bilhões até o fim de 2026, quando o petista deve buscar a reeleição.

A exclusão da meta das despesas temporárias de educação e saúde, por exemplo, foi aprovada pelo Congresso no final do ano passado. Os gastos com defesa nacional, por outro lado, foram excluídos após iniciativa do próprio governo Lula.

O superávit ou déficit primário mede o total de despesas feitas pelo governo sem considerar o pagamento de juros da dívida pública. Sem as exceções, esse resultado anual funcionaria como um termômetro do esforço feito pelo governo para abater o montante principal do endividamento. Com o aumento dos descontos do cálculo, isso é o que cada vez menos expressam os números oficiais.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/01/2026

A RECEITA DE PRESIDENTES DE AMÉRICA LATINA E CARIBE PARA ENFRENTAR A ERA TRUMP: MAIS INTEGRAÇÃO REGIONAL

Fórum Econômico Internacional do CAF, no Panamá, reuniu Lula e outros líderes em torno do desafio de enfrentar os impactos do enfraquecimento do multilateralismo

Por Cássia Almeida e Thaís Barcellos, O Globo — Cidade do Panamá



Da esquerda para a direita, os presidentes Arévalo (Guatemala), Lula, Mulino (Panamá), Granados (CAF), Pereira (Bolívia), Noboa (Equador) e Holness (Jamaica): — Foto: Divulgação



Sete chefes de Estado de países da América Latina e Caribe e um presidente eleito que se reuniram ontem na Cidade do Panamá, no Fórum Econômico Internacional de América Latina e Caribe, defenderam a urgência de uma integração regional, diante do esvaziamento das instituições multilaterais, como as Nações Unidas, e da mudança de postura dos Estados Unidos em relação ao bloco. União comercial, minerais críticos e seu beneficiamento, a situação da Venezuela e o combate ao narcotráfico foram os temas que dominaram as falas dos chefes de Estado.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçou a necessidade de integração maior na região, em um contexto de “recrudescimento de tentações hegemônicas” no mundo:

—A América Latina e o Caribe são únicos. Cabe a nós assumir que a integração possível é a que estará calcada na pluralidade de opções. Guiados pelo pragmatismo, podemos superar divergências ideológicas e construir parcerias sólidas e positivas dentro e fora da região. Essa é a única doutrina que nos convém. Seguir divididos nos torna todos mais frágeis.

O presidente-executivo do CAF, banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe, Sérgio Diaz-Granados, lembrou que o bloco ainda sofre com informalidade alta, persistência da pobreza e desemprego, que dependem de uma “ação coletiva” na região.

O presidente do Panamá, José Raúl Molino, defendeu a complementaridade entre os países do bloco, destacando o “trabalho conjunto do Estado e do setor privado”. Ele ressaltou que a realidade atual é de dificuldade dos organismos multilaterais e que somente um bloco único terá poder de negociação concreto contra “as ameaças externas”. Nesse contexto, ele lembrou que o Panamá se associou ao Mercosul no fim do ano passado. O presidente americano, Donald Trump, logo no início do seu governo, ameaçou tomar o controle do Canal do Panamá.

— Isso não nos apavorou, mas nos mostrou quão importante somos como uma via estratégica a nível mundial, seja para América do Norte, América do Sul, Ásia ou Europa. Temos convivido com muita tensão nos últimos anos. O comércio mundial, as importações e exportações ficam mais eficientes quando usam nosso canal, que está à disposição de todos os países.

Segundo Molino, somente com um bloco será possível requerer o lugar que nos corresponde como membros permanentes, e não rotativos do Conselho de Segurança da ONU, para garantir a paz do mundo.

—O mundo está há tempos em uma tensa antessala de uma grande tormenta.

O presidente do Panamá também defendeu a formação de um bloco único da América Latina para fortalecer o poder de negociação da região para se proteger de “possíveis ameaças”.

Petro: ONU não reconhece genocídio em Gaza

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, criticou a paralisia das Nações Unidas, exemplificando o esvaziamento dos organismos multilaterais com a postura da ONU diante da guerra em Gaza:

— Vemos com exatidão a crise das Nações Unidas, que ainda não reconheceu o genocídio de Gaza. A ONU foi criada para impedir genocídio, para impedir a guerra no mundo, para construir uma paz entre as nações.

Segundo Lula, os últimos anos foram de retrocesso na relação regional, mas não há “possibilidade” de algum país sozinho “achar que vai resolver os problemas”.

— Nós já temos 525 anos de História, não são 525 dias, são 525 anos de História. Já fomos colonizados, recolonizados. Já tivemos independência e continuamos colonizados. Porque muitas



vezes a colonização não está na intervenção de outro, está na formação cultural que o nosso povo teve. Temos que mudar de comportamento.

Segundo Lula, houve retrocessos na integração regional:

—A breve experiência da Unasul (união criada para promover o comércio formado por 12 países da América do Sul entre 2003 e 2014) sucumbiu ao peso da intolerância que impediu a convivência de visões diferentes. Voltamos a ser uma região dividida, mais voltada para fora do que para si própria. Permitimos que conflitos e disputas ideológicas alheios se imponham. As ameaças do extremismo político e da manipulação da informação se incorporam ao nosso cotidiano.

Em uma referência indireta à intervenção dos Estados Unidos na Venezuela, o presidente brasileiro afirmou que a “história mostra que o uso da força jamais pavimentará o caminho para superar as mazelas que afligem” o hemisfério.

— A divisão do mundo em zonas de influência e investidas neocoloniais por recursos estratégicos constituem gestos anacrônicos e retrocessos históricos. Entre tantos corolários e doutrinas que nos foram dedicadas ao longo da história, também houve momentos em que os Estados Unidos souberam ser um parceiro em prol dos nossos interesses de desenvolvimento — afirmou Lula, citando Franklin Roosevelt, que, segundo ele, substituiu a intervenção militar pela diplomacia.

Petro afirmou que não está defendendo, “como diz a imprensa”, o agora ex-presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, capturado pelos Estados Unidos e que vai ser julgado no país, mas afirmou que ele “deve ser julgado por um tribunal na Venezuela ou por um “tribunal que reúna as três Américas”.

O presidente da Colômbia defendeu uma integração policial na América Latina e Caribe para combater o narcotráfico:

— É uma coisa que está crescendo, crescendo. A cocaína vendida na fronteira da Venezuela não é da Colômbia, é multinacional, tem colombianos, venezuelanos, franceses, libaneses, norte-americanos. Sem essa integração policial, inclusive com os Estados Unidos, não conseguiremos vencer o narcotráfico.

Para José Antonio Kast, presidente eleito do Chile, a América Latina e o Caribe não estão condenados ao fracasso econômico e à violência. E como Petro, ressaltou o caráter global do crime organizado, defendendo uma ação coordenada:

—Sem segurança, a democracia é uma ficção. Sem segurança, a liberdade é um privilégio para poucos. Sem segurança, não temos investimento, emprego ou futuro. Não é problema local, é ameaça regional. Frente a isso precisamos de cooperação duradoura e efetiva, com inteligência compartilhada.

Modelo próprio

Segundo Lula, é necessário pensar em um regionalismo “possível” para América Latina e para o Caribe, sem importar modelos que não refletem a realidade local.

— Devemos olhar para a União Europeia como uma referência positiva, mas sem ignorar todas as diferenças históricas, econômicas e culturais. O peso das identidades nacionais torna inviável a curto prazo qualquer projeto de envergadura parecida com o europeu.

Lula afirmou que ainda falta às líderes regionais uma convicção de um projeto mais autônomo “de inserção internacional”. Ele citou o potencial energético, as condições climáticas para produção de alimentos e a abundância de recursos minerais, inclusive minerais críticos e terras-raras.

—Por que falamos tanto de terras raras e minerais críticos? Para exportarmos o material bruto, para ser transformado nos outros países, e a gente comprar a peso de ouro. Só tem sentido para

enriquecer nos nossos países, se construir parcerias para serem empresas nos nossos países, gerar empregos e desenvolvimento nos nossos países.

Mulino ressaltou as vantagens da região, como a produção de alimentos, as reservas hídricas, a biodiversidade, a abundância de minerais e de recursos temporários.

Ao discursar, o presidente da Bolívia, Rodrigo Paz Pereira, afirmou que encontrou no Fórum no Panamá o diálogo que não se fez presente em Davos, na Suíça (onde acontece o Fórum Econômico Mundial que reúne participantes de todos os países, principalmente os desenvolvidos). E se dirigiu aos líderes dos outros países presentes:

—A Bolívia só será viável se vocês forem viáveis. Se nós estivermos bem, todos vão estar bem. Temos a capacidade das nossas culturas e democracias. A América Latina tem que fazer parte do comando das forças geopolíticas.

Os presidentes do Equador, Daniel Nóbrega, da Guatemala, Bernardo Arévalo, e o primeiro ministro da Jamaica, Andrew Holness, reforçaram a necessidade de integração e citaram exemplos de avanços sociais com redução da pobreza.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/01/2026

PRESSÃO POR AFASTAMENTO, SIGILO E ENVIO À 1ª INSTÂNCIA: OS RECADOS DE TOFFOLI NA NOTA SOBRE O CASO MASTER

Gabinete do ministro divulgou primeira manifestação sobre a condução do processo nesta quinta-feira
Por Eduardo Gonçalves — Brasília



O ministro Dias Toffoli, durante sessão do STF — Foto: Ton Molina/STF/26-06-2025

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, divulgou nesta quinta-feira o seu primeiro pronunciamento público sobre a condução do caso do Banco Master. No texto, dividido em onze tópicos, o ministro reconheceu a possibilidade de remeter o processo à primeira instância após o término das investigações. E destacou que assumiu o inquérito por "sorteio" e sem questionamento por parte da Procuradoria-Geral da

República (PGR).

"Encerradas as investigações, será possível examinar os casos para eventual remessa às instâncias ordinárias, sem a possibilidade de que se apontem nulidades em razão da não observância do foro por prerrogativa de função ou de violação da ampla defesa e do devido processo legal", escreveu o gabinete de Toffoli.

A devolução do caso à primeira instância tem sido defendida por outros ministros da Corte como uma forma de diminuir o desgaste de Toffoli, cuja atuação no processo gerou incômodo entre integrantes da Polícia Federal, Banco Central e juristas.

Entre as decisões mais contestadas, estão a redução do prazo normal para depoimentos de investigados, a custódia de provas fora das dependências da PF e o decreto de sigilo máximo ao inquérito. Ligações pessoais do ministro com advogados do caso Master também alimentaram pedidos de suspeição para que ele deixasse o caso.

Para rebater esses questionamentos, Toffoli sublinhou na nota de hoje que atendeu aos pedidos da PF para prorrogar o inquérito por mais sessenta dias e rejeitou requerimentos das defesas para reconhecer nulidades no processo.

"Todos os pedidos de reconhecimento de nulidades formulados pelas defesas dos investigados, inclusive por violação de prerrogativa de foro, foram rejeitados, assim como foi indeferido um pedido de composição amigável entre as partes apresentado pela defesa de Daniel Vorcaro [dono do Banco Master]", diz o texto.

O gabinete ainda buscou enfatizar que Toffoli foi escolhido como relator da Operação "por sorteio" e que o caso subiu ao Supremo com o parecer favorável da Procuradoria-Geral da República - o que não foi questionamento posteriormente.

"Após o exame do material contido nos autos e com parecer favorável do Procurador-Geral da República, foi julgada parcialmente procedente a reclamação, para reconhecer a competência da Suprema Corte a fim de supervisionar as investigações que envolvem a operação Compliance Zero, decisão contra a qual não foi apresentado recurso", afirma a nota.

Sobre o sigilo absoluto, o ministro justificou dizendo que é necessária "em razão das diligências ainda em andamento". Diante da repercussão negativa da medida, o ministro também passou a divulgar algumas decisões tomadas ao longo do processo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/01/2026

JUSTIÇA RETOMA LEILÃO DE ATIVOS DA MMX, DE EIKE, COM LANCE MÍNIMO DE R\$ 63 MILHÕES

Por Rodrigo Castro

Eike Batista — Foto: Glauce Cavalcanti/O Globo



Com lance mínimo de R\$ 63 milhões, o certame engloba 9.519.226 debêntures conversíveis em ações do Porto Sudeste, além de 6.336.766 ações da empresa. Juntos, esses ativos foram avaliados em R\$ 57,88 milhões pela B23 Capital Assessores Financeiros.

O leilão foi suspenso em caráter liminar pelo STJ em agosto do ano passado. Isso porque havia um recurso pendente de julgamento e, para o ministro Humberto Martins, o resultado do certame poderia influir negativamente no soerguimento do grupo, se esse recurso fosse bem-sucedido.

Como o STJ negou o recurso, a liminar foi derrubada. Em sua decisão, a juíza Caroline Rossy afirmou que a retomada do processo competitivo é a "medida que se impõe", destacando a ausência de óbices e a necessidade de trazer "relevantes recursos" à massa falida, a fim de viabilizar o pagamento de créditos.

A venda será conduzida presencialmente, no TJ do Rio, no dia 5 de março. O certame será realizado na modalidade "stalking horse", na qual um investidor apresenta a primeira proposta vinculante, estabelecendo o preço mínimo de referência.

A Planck Investimentos em Infraestrutura S.A. foi definida como proponente inicial, ao apresentar uma carta de oferta de R\$ 60 milhões, que deverá ser acrescido de R\$ 3 milhões para quitar dívidas jurídicas do processo de falência.

Nesse modelo, a Planck detém direito de preferência, podendo igualar ou cobrir qualquer proposta superior feita por outros interessados. Caso não haja lances mais elevados considerados válidos, a Planck garante a compra do ativo pelo valor previamente estipulado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/01/2026

NOVO PROBLEMA EM ÁREA DE MINERADORA EM MINAS É REGISTRADO E AFETA AFLUENTE DO RIO PARAOPEBA

Denúncia foi fiscalizada pela prefeitura de Congonhas na noite desta terça (27) em estrutura da CSN; não houve rompimento de barragens ou diques

Por Lucas Altino, O Globo — Rio de Janeiro



Resíduos carregados por enxurrada até o Rio Maranhão, em Congonhas (MG), após falhas no sistema drenagem da CSN — Foto: Arquivo Pessoal

Um novo problema em estruturas de mineração de Minas foi registrado na noite desta terça (27), se tornando o terceiro caso semelhante desde domingo (25). Dessa vez, a prefeitura de Congonhas informou que constatou o "carreamento significativo de resúdios" que chegaram até ao Rio Santo Antônio, afluente do Rio Paraopeba. As falhas teriam acontecido nos sistemas de drenagem das vias internas da CSN Mineração. Não houve, entretanto, rompimento de barragens ou diques. Em resposta aos ofícios da prefeitura, a mineradora negou falhas.

Em nota, a prefeitura de Congonhas explicou que realizou uma fiscalização na área interna da CSN Mineração entre os dias 23 e 27, a partir de denúncias. Não houve identificação de rompimento de estruturas, mas foram constatados "episódios de carreamento de resíduos por enxurrada". A causa do problema, segundo a Secretaria municipal de Meio Ambiente, teria sido falhas nos sistemas de drenagem das vias internas da mineradora.

Procurada, a CSN Mineração respondeu que "não houve qualquer extravasamento, transbordamento, rompimento ou anormalidade em quaisquer das estruturas de barragem ou contenção de sedimentos da Companhia", e que o carreamento identificado "está relacionado exclusivamente à drenagem de estradas de terra e acessos da região", que são mantidas pela mineradora, mas sem relação, segundo a CSN, com barragens ou atividades das minas.

As estruturas inspecionadas pela prefeitura, complementou a CSN, servem para conter sedimentos e passam por manutenções e limpezas periódicas.

Resíduos chegaram a afluente da bacia do Rio Paraopeba

O carreamento "significativo de resíduos" foi constatado no Dique do Fraille, na região do bairro Plataforma, o que motivou, por parte da prefeitura, a exigência de adequações estruturais, para evitar riscos de extravasamento. Já na Cachoeira de Santo Antônio, foi observado carreamento de material por fortes enxurradas no sentido do Rio Santo Antônio, que é afluente do Rio Maranhão, por sua vez afluente da bacia do Rio Paraopeba.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas de Congonhas solicitou esclarecimentos técnicos à CSN Mineração sobre a "integridade, a estabilidade e a gestão de riscos" de suas estruturas. A empresa respondeu que não foram identificadas anomalias estruturais.

A prefeitura, que cassou alvarás da Vale em função dos outros vazamentos da semana, acrescentou que vai tomar "medidas administrativas cabíveis, incluindo a lavratura de autos de infração" contra a CSN, pois houve problemas de drenagem e danos ambientais de "natureza moderada" que atingiram corpos d'água, ainda que não tenha havido rompimento de estruturas.

Na terça (27), a Defesa Civil Municipal também realizou sua vistoria, confirmando os mesmos problemas da fiscalização ambiental, mas reforçou que não houve risco à integridade física de pessoas.

Moradores denunciam lama no Rio Paraopebas

A cerca de 140 quilômetros de Congonhas, no município de Esmeraldas, moradores denunciam que a lama chegou ao Rio Paraopebas. Patricia Passarela, moradora da comunidade Taquaras/Riacho, margeada pelo Rio Paraopebas, disse que nesta quarta (28), por volta do meio dia, a turbidez da água ficou perceptível.



Lama no Rio Paraopebas na altura do município Esmeralda, a 140 quilômetros de Congonhas — Foto: Arquivo Pessoal

A comunidade suspeita que a lama seja oriunda dos três acidentes ocorridos nessa semana em minas de Congonhas.

— Muito lameada, o que causou pânico. Então pedi aos moradores das demais regiões afetadas pelo crime de Brumadinho para observar se o rio se estava assim também. Em Brumadinho falaram que também se notou a turbidez fora do habitual — disse Patrícia

Entenda os outros vazamentos

Menos de 24 horas após a notícia de um vazamento na área da Mina de Fábrica, em Ouro Preto, outro extravasamento na região foi registrado, dessa vez na Mina Viga, também da Vale, em Congonhas (MG), no domingo (25). Segundo a prefeitura, a Defesa Civil monitora a situação e houve lançamento de água no Rio Maranhão, mas nenhuma comunidade foi diretamente atingida. O governo de Minas disse que foram identificados danos em afluentes do rio e, por isso, determinou medidas emergenciais de reparação a Vale.

A região central de Minas, onde ficam essas minas, vem sofrendo com fortes chuvas nos últimos dias. Depois do primeiro vazamento, ocorrido na madrugada de sábado (24) para domingo (25), o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, determinou que a Agência Nacional de Mineração (ANM) adote imediatas "fiscalização rigorosa" e apuração de responsabilidades sobre o acidente.

Danos ambientais identificados e Vale autuada

O Governo de Minas disse que foram identificados "danos ambientais decorrentes do carreamento de sedimentos e assoreamento de cursos d'água afluentes do Rio Maranhão". Por isso, a Secretaria estadual Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) determinou que a Vale realizasse uma série de medidas emergenciais, como limpeza e monitoramento. Será solicitado à empresa um plano de recuperação ambiental para limpeza das margens e desassoreamento.

O governo ainda explicou que a Vale vai ser autuada por duas infrações ao Decreto estadual de Licenciamento Ambiental: intervenção de qualquer natureza que resulte em poluição, degradação ou danos aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural, ou que prejudique a saúde, a segurança e o bem-estar da população (artigo 112) e deixar de comunicar a ocorrência de acidente com danos ambientais, em até duas horas, contadas do horário em que ocorreu o acidente (artigo 116).

Procurada, a Vale afirmou que o vazamento foi contido, sem registro de feridos. A empresa diz que os vazamentos não tiveram relação com as barragens que possui na região e que "não houve carreamento de rejeitos de mineração, apenas água com sedimentos (terra)". Por fim, esclareceu que as ações preventivas de inspeção e manutenção são reforçadas durante o período chuvoso.

"As causas dos dois extravasamentos estão sendo apuradas e os aprendizados extraídos serão imediatamente incorporados aos planos de chuva da companhia", finalizou a Vale.

Ministério determina fiscalização



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, determinou que a Agência Nacional de Mineração (ANM) adote imediatas "fiscalização rigorosa" e apuração de responsabilidades pelo extravasamento de água com sedimentos na Mina de Fábrica, em Ouro Preto (MG).

Segundo o ministério, em nota, as medidas têm o objetivo de garantir a segurança das comunidades locais e a proteção do meio ambiente. O ministro encaminhou ao diretor-geral da ANM, Mauro Henrique Moreira Sousa, um ofício em que determina a análise de todas as estruturas impactadas, "com a implementação das medidas necessárias para a solução da ocorrência, incluindo, se for o caso e conforme avaliação técnica, a interdição da operação".

Entre as determinações, estão ainda o acionamento de órgãos federal, estadual e municipal, sobretudo os de defesa civil e de defesa do meio ambiente e o aprimoramento de ações normativas e práticas operacionais para que situações semelhantes sejam avaliadas mais rapidamente.

"Ao mesmo tempo, Silveira determinou a abertura de processo para apuração das responsabilidades no referido evento, com total rigor e celeridade", diz a nota do ministério.

Segundo a pasta, poderão ser acionados inclusive órgãos estaduais responsáveis pela fiscalização e eventual penalização, bem como o Ministério Público, para a apuração de responsabilidades e para a adoção das medidas cabíveis voltadas à reparação de possíveis danos materiais, ambientais e pessoais.

O episódio ocorreu no mesmo dia em que Minas Gerais lembra os sete anos do rompimento da barragem de Brumadinho, marcado por atos em memória das vítimas. Em nota, a Vale afirmou que a ocorrência não tem qualquer relação com barragens da empresa e que não houve impacto a pessoas ou comunidades.

Segundo a CSN Mineração, o ocorrido provocou o alagamento de áreas como o almoxarifado, acessos internos, oficinas mecânicas, área de embarque entre outras áreas e atividades. A empresa informou que as estruturas de contenção de sedimentos da CSN Mineração continuam operando normalmente.

"A CSN Mineração informa que, desde o primeiro momento, acompanha a situação de forma permanente e que as autoridades competentes já foram comunicadas", informou a empresa, em nota.

De acordo com informações divulgadas inicialmente pelo g1, o reservatório pertence à mina de Fábrica, da Vale. Imagens que circulam nas redes sociais mostram um fluxo intenso de água atingindo instalações da CSN após o transbordamento. A represa da CSN estaria segurando a água proveniente do fato, evitando, até o momento, um agravamento da situação.

A prefeitura de Congonhas informou que o acidente ocorreu após chuvas intensas que atingiram a região no sábado (24). O reservatório seria responsável por reter água pluvial, mas não suportou o volume registrado. A Defesa Civil Municipal e o secretário de Meio Ambiente de Congonhas estiveram no local. A Defesa Civil Estadual também foi acionada.

Prefeito se manifesta

Em publicação feita no fim da tarde deste domingo, o prefeito de Congonhas, Anderson Cabido (PSB), afirmou que esteve no local do rompimento e disse que o extravasamento ocorreu em um sump da Vale, estrutura que armazenava água proveniente do processo de mineração. Segundo ele, o volume acumulado, intensificado pelas chuvas dos últimos dias, ultrapassou a capacidade do reservatório e provocou danos ao longo do trajeto percorrido pela água.

"Foram mais de 200 mil metros cúbicos de água que saíram dessa região, lavando todo tipo de minério e materiais ao longo do caminho", afirmou Cabido.



De acordo com o prefeito, o fluxo alcançou áreas do município de Congonhas, incluindo a região de Goiabeiras, com possibilidade de atingir o Rio Maranhão. Apesar da dimensão do episódio, o prefeito ressaltou que não houve impacto humano. Ele ponderou, no entanto, que os danos ambientais foram significativos, o que motivou a atuação imediata das equipes da prefeitura. O prefeito disse ainda que a prefeitura vai atuar para apurar as causas do episódio e cobrar providências.

"Do ponto de vista de dano pessoal, às famílias, ao risco para a população, não houve, não há dano nenhum. Estamos aqui para poder atuar no âmbito da responsabilização, porque houve danos ambientais importantes", afirmou.

Cabido destacou que o município vai exigir medidas concretas para evitar novos episódios semelhantes. Em tom crítico, o prefeito afirmou que o caso expõe um padrão recorrente na atividade mineradora. Segundo ele, a mineração segue operando "sem muito comprometimento".

"Justamente hoje, que marca essa data tão terrível para nosso país, os sete anos do crime de Brumadinho, ocorre uma situação como essa aqui em Congonhas. E não dá para essas coisas chegarem no âmbito da segunda, da terceira instância da nossa Justiça. Estamos aqui também para poder exigir que providências reais, concretas, efetivas sejam tomadas a favor da defesa e da proteção da nossa população", concluiu.

Veja a nota da Vale na íntegra:

A Vale esclarece que, na madrugada deste domingo (25), houve extravasamento de água com sedimentos de uma cava da mina de Fábrica, em Ouro Preto (MG). O fluxo alcançou algumas áreas de uma empresa na região. Pessoas e a comunidade da região não foram afetadas. Como é praxe nessas situações, a Vale já comunicou os órgãos competentes e prioriza a proteção das pessoas, comunidades e meio ambiente. As causas do extravasamento de água estão sendo apuradas.

A Vale reforça que o ocorrido não tem qualquer relação com as barragens da empresa na região, que seguem sem alterações nas suas condições de estabilidade e segurança e monitoradas 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Memorial Brumadinho

O transbordamento ocorre em uma data simbólica para o estado. Neste domingo, Brumadinho realizou uma série de atos em memória das 270 vítimas do rompimento da barragem da Vale em 25 de janeiro de 2019. A tragédia deixou 270 mortos, entre eles duas mulheres grávidas, e despejou cerca de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração sobre instalações da empresa, comunidades vizinhas e o leito do Rio Paraopeba. Homenagens, manifestações por justiça e atividades no Memorial Brumadinho marcaram os sete anos da tragédia.

O Memorial Brumadinho, inaugurado há um ano, promoveu uma programação especial ao longo do dia, com concerto, visita guiada e atividades educativas. O espaço reúne um bosque com 272 ipês-amarelos, plantados em homenagem às vítimas fatais, além de instalações artísticas e áreas de reflexão que abordam os impactos humanos, ambientais e sociais do rompimento.

O trabalho de buscas do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais foi encerrado após sete anos, com a vistoria de 100% do rejeito na área atingida. Duas vítimas seguem desaparecidas: o engenheiro mecânico Tiago Tadeu Mendes da Silva e a estagiária Nathália de Oliveira Porto Araújo. O caso entrou em fase administrativa, com análises conduzidas pela Polícia Civil.

Na esfera judicial, o processo criminal sobre a tragédia deve entrar em uma nova etapa em fevereiro, com o início da oitiva das testemunhas. A ação tem previsão de se estender até maio de 2027. A Vale, a consultoria Tüv Süd e ex-executivos da mineradora respondem às acusações, que incluem homicídio qualificado e crimes ambientais.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 29/01/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

OPINIÃO - STF NÃO SABE PARA ONDE IR

Não há consenso dentro da instituição sobre como enfrentar a atual turbulência severa

Por William Waack

O caminho da crise envolvendo o STF é sem volta, mas o problema é que não se tem muita ideia neste momento até onde vai chegar. Em termos políticos foi ultrapassado o ponto no qual uma “gestão de crise reputacional” poderia conter os danos causados à imagem e legitimidade da instituição.

Não custa lembrar os clássicos da sociologia: instituições existem não por terem uma placa com o nome delas pendurada na fachada de um prédio. Existem por se acreditar nelas. E por serem entendidas como impessoais. Aqui está a essência do problemão imediato do STF: sofre com falta de credibilidade por parecer defender os interesses (políticos e financeiros) de alguns de seus integrantes.



Os ministros Toffoli, Gilmar e Moraes, do Supremo Tribunal Federal
Foto: André Dusek/Estadão

A situação não se deve apenas ao escândalo do Master. Simplificando brutalmente, o STF caiu na política e a política tomou conta dele. Ironicamente, o Supremo virou mais um retrato do contexto político atual: o da falta de lideranças, em todas as esferas, com capacidade efetiva de controle. Não parece haver no momento quem seja capaz de estabelecer consensos dentro do STF sobre como seguir adiante nessa

turbulência severa.

Notas oficiais e desmentidos vindos do Supremo nos últimos dias evidenciam desconexão com um aspecto relevante da realidade política. Querem alguns dos ministros e o presidente da casa acreditar que são vítimas de ataques vindos de prejudicados por suas decisões (e o que chamam de “intervenções de ofício”). A saber: golpistas, bancos descontentes com decisões de ordem tributária, reacionários que não toleram decisões em favor de minorias, jornalistas pagos por algum interesse escuso.

De fato, seria mais “elegante” encarar um embate sobre aborto, marco temporal, regulação de redes sociais, legislação tributária, para citar alguns assuntos. São grandes temas, de alta complexidade e fortes repercussões sociais e econômicas, cujo tratamento por parte do STF em si levanta questões sobre equilíbrio entre os poderes e as normas constitucionais, mas em boa medida estamos num campo de ideias.

Mas não é isto que se debate. No foco da presente crise estão contratos de assessoria jurídicas de valores astronômicos firmados por integrantes da corte com instituições acusadas de fraude pelo Banco Central e pela Polícia Federal (os investigadores que uma parte do Supremo tentou transformar em investigados). Estão os favores pessoais recebidos por teias de relacionamento perigosas e promíscuas com diversos segmentos da economia.

E a arrogância trazida pelo exercício de um poder sem controle. Em nome do que, afinal? De salvar a democracia, dizem.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 29/01/2026

ANÁLISE - INVESTIGAÇÃO INTERNA É VACINA DO BANCO CENTRAL CONTRA RISCO CRESCENTE DE PIZZA NO CASO MASTER

Autoridade monetária espera ter um material próprio e organizado para apresentar à Justiça e à sociedade sobre a atuação no processo do Banco Master

Por Alvaro Gribel

A investigação interna que foi instaurada no Banco Central tem dois objetivos principais: primeiro entender e registrar o que houve durante o crescimento do Master e como foi o processo de liquidação, para evitar que casos semelhantes aconteçam no futuro. Segundo, blindar o Banco Central contra o risco crescente de pizza no caso, especialmente se a apuração retornar para a primeira instância da Justiça Federal.

As desconfianças em Brasília cresceram depois que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, defendeu a atuação do ministro Dias Toffoli na relatoria do processo, mas indicou que o caso pode deixar a Corte.



Gabriel Galípolo, presidente do BC, instaurou processo interno sobre o caso Master Foto: Wilton Junior/Estadão

Se o envio da primeira instância ao STF pareceu uma manobra da defesa do banqueiro Daniel Vercaro, para colocar o inquérito sob o domínio – e o sigilo – de Toffoli, uma possível volta à primeira instância, neste momento, pode se prestar a interesses semelhantes.

Isso porque Toffoli teria o poder de analisar provas e arquivar o que achar conveniente, especialmente indícios que envolvam pessoas com foro privilegiado: autoridades e poderosos de Brasília. Com esse “recorte”, ele devolveria o caso, descartando tudo que possa levar a novas investigações, mas abrindo espaço para que Master e BRB questionem a atuação do Banco Central.

Nesse cenário, a relatoria do ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União (TCU), que alegou que o BC pode ter atuado de forma “precipitada” na liquidação, forneceria brechas para que as defesas questionem o BC e peçam indenizações bilionárias, a título de reparação, por se sentirem prejudicados. Ou ao menos evitem prisões ou tenham bens bloqueados.

Com a investigação interna conduzida pela corregedoria, o Banco Central espera ter um material próprio e organizado para apresentar à Justiça e à sociedade. Internamente, contudo, nem todos pensam dessa forma, e há o sentimento de que o BC possa dar munição aos que agora colocam a autoridade monetária sob a mira. Outra preocupação é de que o espírito de corpo dos servidores do BC possa piorar o clima dentro da autarquia.

Por outro lado, o entendimento da cúpula do banco, em especial do presidente Gabriel Galípolo, que instaurou o processo, é de que a liquidação de uma instituição financeira é como “a queda de um avião”, e é preciso investigar a fundo para que casos semelhantes não se repitam.

O afastamento do ex-diretor de Fiscalização Paulo Sérgio Neves de Souza e do superintendente Belinne Santana foi uma decisão tomada por Galípolo. Uma das justificativas que ele tem dado é de que instauraria uma sindicância semelhante se estivesse na iniciativa privada. Galípolo foi presidente do Banco Fator, um banco pequeno, como o Master, e nunca viu com bons olhos a qualidade dos balanços divulgados pela instituição da Daniel Vercaro. O entendimento, portanto, é de que o BC sairá fortalecido do processo se “receber a luz” das investigações.

O sigilo imposto pelo ministro Dias Toffoli deixa o Banco Central encurralado, sem a capacidade de se defender das versões da defesa, como a do banqueiro Daniel Vercaro, que teve o seu depoimento à Polícia Federal vazado antes dos depoimentos do ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa e do

diretor de Fiscalização Ailton de Aquino. Também não consegue questionar a enxurrada de notícias informações que circula na imprensa e nas redes sociais, sobre o caso.

Há dezenas de documentos, e-mails, atas de reuniões, envolvendo conversas entre o Banco Central e os bancos BRB e Master que comprovariam não só a fraude, mas as diligências promovidas pelo BC no caso, e que estão impedidas por Toffoli de virem à tona. O que se comenta nos bastidores é de que era comum o BC solicitar documentações, que eram enviadas depois, com assinaturas e datas “fabricadas ex-post”, ou seja, posteriormente.

Sob essa lei da mordada de Toffoli, o BC prepara a própria investigação para dar respostas quando puder se manifestar.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/01/2026

OPINIÃO - ROMBO DA RIOPREVIDÊNCIA É 500 VEZES MAIOR QUE PERDAS COM O MASTER

Operação policial na Rioprevidência destaca um problema maior: o déficit estrutural da Previdência fluminense, que supera R\$ 20 bilhões anuais

Por Redação - Pedro Fernando Nery



Rioprevidência pode ter prejuízo do R\$ 1 bilhão com investimentos feitos no Master Foto: Werther Santana/Estadão

O escândalo envolvendo o Banco Master levou a uma operação policial na Rioprevidência, responsável pelas aposentadorias e pensões dos servidores do Estado do Rio de Janeiro. As primeiras estimativas indicam que cerca de R\$ 1 bilhão aplicado pela entidade pode estar em risco, a depender do processo de liquidação da instituição financeira. No Chama o Nery desta semana, o colunista do Estadão Pedro Fernando Nery afirma que, apesar do impacto e do barulho político, o episódio tem peso reduzido diante do tamanho do problema estrutural da previdência fluminense (veja íntegra do programa no vídeo acima).

Segundo ele, o déficit anual da Previdência do Estado do Rio gira em torno de R\$ 20 bilhões, valor equivalente, sozinho, à soma dos orçamentos estaduais de saúde e educação. Mais grave ainda é o chamado déficit atuarial, que representa a soma dos desequilíbrios projetados ao longo do tempo.

Nery afirma que, segundo o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), o passivo atuarial da Previdência do Rio — somando civis e militares — supera R\$ 500 bilhões. Em termos práticos, isso significa que, para cada R\$ 1 arrecadado em contribuições, o Estado desembolsa quase R\$ 4 em benefícios, uma relação muito acima da média nacional e insustentável no longo prazo, sobretudo diante do envelhecimento da população.

Nesse contexto, a possível perda de R\$ 1 bilhão com o Banco Master, embora relevante, é diminuta quando comparada ao tamanho do desafio previdenciário.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/01/2026

TRUMP: NOSSAS TARIFAS PODERIAM SER MAIS ALTAS; ESTAMOS SENDO MUITO GENTIS

O republicano disse ainda que aguarda a decisão da Suprema Corte dos EUA sobre a legalidade das medidas e declarou estar confiante em um desfecho favorável

Por Pedro Lima

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que as tarifas impostas por seu governo “poderiam ser mais altas”, mas que a Casa Branca tem sido “muito gentil nesse aspecto”.

O republicano disse ainda que aguarda a decisão da Suprema Corte dos EUA sobre a legalidade das medidas e declarou estar confiante em um desfecho favorável.



Trump diz acreditar em vitória na Suprema Corte Foto: Daniel Torok/Casa Branca

“Ainda estamos esperando a decisão da Suprema Corte sobre tarifas, mas acredito que teremos vitória nesse caso. É um caso muito importante para o nosso país”, afirmou durante reunião de gabinete nesta quinta-feira, 29.

A Corte analisa o tema há quase três meses, após realizar uma audiência acelerada a pedido do governo, que alegou urgência por se tratar de um pilar central da agenda econômica de Trump.

Apesar do rito inicial célere, o julgamento segue sem data definida para conclusão, em um prazo que, segundo especialistas, se aproxima do padrão histórico da instituição e pode refletir divergências internas ou a elaboração de votos dissidentes.

Enquanto o Supremo delibera, Trump mantém o discurso de defesa das tarifas e volta a sugerir que poderia ampliar o alcance das medidas, reforçando a pressão política em torno do julgamento.

O caso envolve questões sensíveis de separação de poderes e pode estabelecer limites à autoridade do Executivo para impor tarifas de forma unilateral.

Durante a reunião de gabinete, o secretário do Tesouro americano, Scott Bessent, afirmou que cerca de um milhão de pessoas já se inscreveram nas chamadas “Trump Accounts”, projeto do governo voltado à criação de contas individuais com incentivos fiscais para famílias americanas. Segundo Bessent, a iniciativa busca aproximar o mercado financeiro da economia real.

Bessent também avaliou que 2026 será um ano de crescimento “impulsionado pela oferta” nos EUA e disse que os principais indicadores de inflação “mostram tendência de queda”, em linha com a narrativa da Casa Branca de que a política econômica atual cria espaço para expansão sem pressões inflacionárias significativas. /Com AP

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/01/2026

HADDAD CRITICA DECISÃO DE MORAES DE EXCLUIR RECEITAS PRÓPRIAS DO MP DE LIMITE DE GASTOS DO ARCABOUÇO

Segundo ministro da Fazenda, decisão do STF não está prevista na Constituição nem na lei complementar

Por Flávia Said (Broadcast) e Renan Monteiro (Broadcast)

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de excluir as receitas próprias do Ministério Público da União (MPU) do limite de gastos do arcabouço fiscal.

“As exceções que foram feitas pelo governo e apontadas pelo Tribunal de Contas da União nós já corrigimos”, disse Haddad em entrevista ao portal Metrôpoles. Ele citou o Vale-Gás e o programa Pé-de-Meia, dizendo que agora eles estão “totalmente orçados”.

“Eu sou a favor de regra clara. Agora, quando o Judiciário exclui o Ministério Público e o próprio Judiciário é uma decisão judicial, mas não está prevista na Constituição, nem na lei complementar”, criticou.



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad Foto: Lula Marques/Agência Brasil

Indagado se o Judiciário errou nesse ponto, ele trouxe o caso do teto de remuneração do funcionalismo público, os chamados supersalários. “Mas aí (a limitação) vale só para o Executivo.”

Decisão do STF

Na quarta-feira, 28, o ministro do STF Alexandre de Moraes atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e concedeu uma liminar para excluir as receitas próprias do MPU do limite de despesas. A decisão será submetida a referendo do plenário, em sessão ainda sem data para ocorrer.

O órgão alegou urgência no pedido e solicitou uma liminar para permitir o uso dos valores já em 2026, por meio da abertura de créditos adicionais. A PGR afirmou haver “risco de que recursos orçamentários imprescindíveis” para o funcionamento do Ministério Público deixarem de ser entregues. Para 2026, a estimativa de arrecadação de receitas próprias no MPF é de R\$ 2,2 milhões, segundo o portal da transparência do órgão.

O motivo do pedido foi a paridade estabelecida na Constituição entre o Judiciário e o Ministério Público. No ano passado, o Supremo atendeu a um pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e excluiu as receitas próprias do Judiciário do teto de gastos. A ação da PGR foi distribuída por prevenção para Moraes, que foi relator do processo da AMB.

Na decisão, Moraes acolheu o argumento da PGR e afirmou que a mesma compreensão adotada em relação às receitas próprias do Judiciário deve ser aplicada no Ministério Público da União.

O ministro do Supremo salientou que a lei do arcabouço fiscal já prevê exceções ao teto de gastos, como em casos de recursos que têm origem em receitas próprias. O MPU arrecada por meio de receitas de aluguéis, arrendamentos, multas, juros contratuais, indenizações por danos causados ao patrimônio público e tarifas de inscrição em concursos e processos seletivos, por exemplo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/01/2026

EMBRAER FECHA 2025 COM A MAIOR CARTEIRA DE PEDIDOS DE SUA HISTÓRIA

Companhia informou crescimento de 20% em sua carteira de pedidos no quarto trimestre de 2025, em comparação com igual período do ano anterior

Por Camila Vech (Broadcast)

A Embraer informou na terça-feira, 27, crescimento de 20% em sua carteira de pedidos no quarto trimestre de 2025, em comparação com igual período do ano anterior, totalizando US\$ 31,6 bilhões.

A companhia entregou 91 aeronaves no último trimestre do ano, 21% acima dos 75 aviões entregues no último período de 2024. No total, foram 244 aeronaves em 2025, um crescimento de 18% em comparação com o ano anterior.



Embraer teve crescimento de 20% em sua carteira de pedidos no quarto trimestre de 2025. Foto: Divulgação/Embraer

A Aviação Comercial somou US\$ 14,5 bilhões em pedidos, alta de 42% em relação a um ano antes, mas queda de 5% na comparação com o terceiro trimestre, em função da renegociação

dos pedidos da Azul no âmbito de seu processo de recuperação judicial.

A unidade de negócios entregou 32 novas aeronaves, totalizando 78 unidades no ano, em linha com as estimativas de 77 a 85 aeronaves para o período. Como resultado, a Aviação Comercial encerrou 2025 com um sólido índice book-to-bill de 2,8 vezes, de acordo com a Embraer.

A carteira da Aviação Executiva, por sua vez, registrou pedidos de US\$ 7,6 bilhões no quarto trimestre, alta anual de 3% e de 4% no trimestre imediatamente anterior, alcançando 53 aeronaves entregues no período, um aumento de 20% em relação a igual intervalo de 2024.

Já Defesa & Segurança atingiu US\$ 4,6 bilhões entre outubro e dezembro, alta de 10% na comparação anual e 18% na comparação trimestral. A unidade acelerou a produção, com a entrega de três aeronaves KC-390 Millennium e oito A-29 Super Tucano ao longo do ano. Os principais destaques foram a assinatura do contrato com a Suécia para a aquisição de quatro aeronaves KC-390, o pedido de Portugal para uma unidade extra e a encomenda do Panamá para quatro aeronaves A-29 Super Tucano. Atualmente, a Embraer possui 33 pedidos firmes em carteira para o KC-390 Millennium e 31 para o A-29 Super Tucano.

No segmento de Serviços & Suporte, a carteira de pedidos totalizou US\$ 4,9 bilhões, crescimento 7% ano contra ano, impulsionado por diversos contratos assinados. A unidade continua sendo um dos principais vetores de crescimento da Embraer, afirma a companhia.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 29/01/2026



VALOR ECONÔMICO (SP)

EIKE BATISTA PEDE SUSPEIÇÃO DE TOFFOLI NO CASO DAS DEBÊNTURES DA MMX POR PROXIMIDADE COM ESTEVES, DO BTG

Caso envolve leilão dos títulos pela Justiça de Minas Gerais, apesar de terem sido oferecidas à PGR como garantia do pagamento de multa de R\$ 800 milhões estabelecida no acordo de colaboração premiada

Por Liane Thedim, Valor — Rio



O empresário Eike Batista — Foto: Jorge William/Agência O Globo

A defesa do empresário Eike Batista entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com um pedido de suspeição do ministro Dias Toffoli, para que ele se afaste do polêmico caso sobre o direito de preferência por debêntures da Anglo Ferrous Brasil. O processo corre sob sigilo.

As debêntures foram leiloadas pela Justiça de Minas Gerais, com o objetivo de quitar dívidas da massa falida da mineradora MMX, de Eike. Os papéis foram arrematados por R\$ 612 milhões pela Argenta Securities. A defesa do empresário avalia as debêntures em R\$ 2 bilhões.

No entanto, as mesmas debêntures haviam sido oferecidas à Procuradoria-Geral da República (PGR) como garantia do pagamento de multa de R\$ 800 milhões estabelecida no acordo de colaboração premiada de Eike. Portanto, não poderiam ser vendidas.



Além de autorizar o preço de compra, Toffoli reconheceu em dezembro de 2024 o direito de preferência do fundo Itaipava para aquisição do ativo. O fundo teve recursos aportados pelo BTG Pactual, que, por sua vez, era credor da massa falida da MMX. A PGR entrou contra a decisão que autorizou a operação com agravo que agora está sendo julgado na Segunda Turma do STF.

No pedido de suspeição ao qual o Valor teve acesso, a defesa do empresário argumenta que as imagens em vídeo veiculadas na imprensa mostrando um encontro de Toffoli com André Esteves, no resort Tayayá, no Paraná, em janeiro de 2023, mostram que havia intimidade entre o magistrado e o banqueiro do BTG. Segundo a petição, Esteves teria sido o maior beneficiário da decisão. A defesa apresenta uma série de fatos que, em sua argumentação, comprovariam que houve atuação parcial de Toffoli.

A petição pede afastamento de Toffoli, que é relator do caso, a retirada de pauta de julgamento do processo e a redistribuição a novo relator, por meio de sorteio.

O caso voltou ao plenário virtual em dezembro, após pedido de vista do ministro André Mendonça, que acabou acompanhando o relator e negou o agravo da PGR. Kassio Nunes Marques e Gilmar Mendes, também da Segunda Turma, ainda não votaram. A previsão é que a análise no plenário virtual termine em 6 de fevereiro.

Procurado, o BTG Pactual ainda não respondeu ao Valor sobre o assunto. A assessoria de Eike não quis se pronunciar. O STF também não respondeu.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 29/01/2026

FGC JÁ DESEMBOLSOU R\$ 32,5 BILHÕES EM RESSARCIMENTO DE CDBS DO BANCO MASTER

Montante já alcançou 580 mil credores, o equivalente a cerca de 75% da base

Por Laís Godinho, Valor — São Paulo

O Fundo Garantidor de Créditos (FGC) já desembolsou R\$ 32,5 bilhões em pagamentos relacionados ao conglomerado do Master, o que representa aproximadamente 80% do total previsto. O grupo inclui o Banco Master, o Banco Master de Investimento e o Letsbank, instituições liquidadas pelo Banco Central (BC) em novembro passado. O montante já alcançou 580 mil credores, o equivalente a cerca de 75% da base.

Os pagamentos envolvem, principalmente, aplicações em CDBs do Banco Master. Segundo o fundo, cerca de 20 mil pedidos ainda estão em processamento, aguardando uma ação do credor. A expectativa é que o percentual pago avance rapidamente e se aproxime de 90% até o fim desta semana. O FGC cobre depósitos até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ por instituição financeira ou conglomerado, até o teto de R\$ 1 milhão em um período de quatro anos.

Já no caso do Will Bank, também integrante do conglomerado Master e liquidado no último dia 21, o FGC estima que serão pagos R\$ 6,3 bilhões em garantias. O início dos pagamentos ocorrerá após o recebimento da base de credores, que ainda está sendo consolidada pelo liquidante, com apoio do fundo.

Daniel Lima, CEO do FGC, disse ao Valor que o caso do Master apresentou desafios específicos, que afetaram o tempo de elaboração da lista de credores. O tempo médio para isso é de 30 dias, mas no caso do Master levou o dobro. “É uma estatística que pode ser alterada em virtude dos desafios do caso concreto”, afirmou Lima. Segundo ele, fatores como o porte da instituição, múltiplos CNPJs, diferentes prestadores de serviço e processos internos de compliance tornaram o trabalho mais complexo.



Em meio ao volume elevado de pagamentos, o FGC também reforçou os mecanismos de segurança para evitar fraudes. “A gente realmente criou várias camadas de proteção para tentar evitar o sucesso dos criminosos”, disse Lima. Até o momento, segundo ele, não há registro de fraudes bem-sucedidas. “A gente não tem nenhuma evidência de sucesso de algum crime perpetrado por ninguém.”

O CEO também comentou os golpes de engenharia social identificados durante o processo. No último sábado (24), o fundo e entidades do setor financeiro lançaram uma nota conjunta alertando a população. “A gente viu as tentativas, seja com criação de site falso, aplicativo falso, tentativa de instalar algum tipo de vírus que monitore informações bancárias das pessoas”, disse, acrescentando que não houve relatos de sucesso dessas ações.

Lima reconheceu que houve percepção de instabilidade no aplicativo do FGC durante o início do processo de pagamentos, mas afirmou que, em muitos casos, o problema não estava na infraestrutura do app, mas no tempo de processamento das informações pelos sistemas internos. Segundo ele, a interface “dá a entender que a instabilidade é no aplicativo, quando não é”.

O executivo afirmou que o fundo está incorporando lições aprendidas, tanto na comunicação com o usuário quanto na arquitetura dos sistemas, incluindo aprimoramentos de segurança e do atendimento, com mais filtros para direcionar demandas e reduzir a sobrecarga dos canais. O objetivo, disse, é tornar as respostas mais rápidas sem abrir mão da cautela, já que “quem paga errado paga duas vezes”.

Outra recomendação é que os credores mantenham as notificações do aplicativo do FGC ativas para evitar atrasos. “A gente tem mais ou menos uns 20 mil processos parados porque as pessoas ainda não tomaram uma ação no processo de pagamento”, disse, citando que, em muitos casos, o problema está na desativação dos alertas no app.

Sobre a capacidade financeira do fundo após o episódio do Master, Lima afirmou que o FGC segue robusto. “A gente tem uma reserva, a gente tem um patrimônio de quase 160 bilhões de reais, a gente tem uma liquidez imediata de R\$ 122 bilhões, ainda tem mais um pote de liquidez de R\$ 26 bilhões, que é o fundo de resolução”, disse. Segundo ele, ainda está em discussão se será necessária alguma capitalização adicional.

Ao comentar o papel do FGC em um cenário de maior uso da garantia como argumento de venda de produtos como CDBs, Lima avaliou que o tema deve entrar na agenda regulatória. “A gente precisa gerar ‘skin in the game’ para todo mundo. Para o distribuidor, para o investidor, para o banco. Todo mundo precisa ter um pouco de ‘skin in the game’, porque senão os comportamentos acabam sendo não ótimos”, afirmou.

Questionado sobre a possibilidade de ajuda do FGC ao Banco de Brasília (BRB), após declarações recentes do presidente do banco, Nelson de Souza, Lima disse que o fundo não comenta casos específicos sobre os associados. Segundo ele, esse tipo de atuação é avaliada individualmente e sempre com foco em minimizar custos.

“Isso exige uma análise caso a caso da viabilidade de cada operação e é uma decisão que cabe ao FGC e exclusivamente ao FGC tomar, com base em sua convicção técnica de que isso vai atender aos seus objetivos, que é estabilidade do sistema e preservação do patrimônio do FGC”, disse.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/01/2026

CORREIOS PARCELAM R\$ 2,4 BI EM DÍVIDAS COM RECEITA E INSS PARA PRESERVAR CAIXA

Após contratar empréstimo de R\$ 12 bi junto aos bancos, os Correios iniciaram, neste início de ano, a implementação de algumas medidas para colocar em prática o plano de reestruturação

Por Giordanna Neves, Valor — Brasília



Estatel também prepara novo programa de desligamento voluntário, que prevê a saída de 10 mil funcionários — Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Em meio à crise e com caixa apertado, os Correios parcelaram, em 60 meses, dívidas na Receita Federal e no INSS que somam R\$ 2,4 bilhões em PIS, Cofins e contribuição patronal, com o objetivo de preservar a liquidez, apurou o Valor. Os débitos referem-se a tributos pagos em atraso. Após o parcelamento, a situação da empresa fica regularizada junto aos órgãos.

No ano passado, os Correios chegaram a atrasar também o pagamento do FGTS dos funcionários, mas que ficou regularizado posteriormente, segundo interlocutores ouvidos na condição de anonimato.

Após ter contratado, no fim de 2025, um empréstimo de R\$ 12 bilhões junto aos bancos, os Correios iniciaram, neste início de ano, a implementação de algumas medidas para colocar em prática o plano de reestruturação, como mostrou o Valor.

A estatal ainda discute com o Tesouro o momento de acessar o restante dos recursos necessários para completar a necessidade total de financiamento de R\$ 20 bilhões prevista para este ano. Restam R\$ 8 bilhões a serem captados, seja por nova rodada de empréstimos ou por meio de aporte da União.

Enquanto isso, a empresa segue com as outras vertentes de reestruturação, como a estruturação de novas parcerias para buscar outros modelos de negócio, um novo programa de metas, em janeiro, e a preparação do novo programa de desligamento voluntário (PDV) para fevereiro, que prevê a saída de 10 mil funcionários em 2026.

Nesta semana, os Correios anunciaram ainda os processos seletivos internos para a ocupação de cargos estratégicos de gestão, como parte do plano de reestruturação e com o objetivo de formar uma equipe mais técnica. “O objetivo é formar um corpo gerencial preparado para conduzir a empresa em um novo ciclo de sustentabilidade, inovação e fortalecimento institucional”, informou a empresa, em nota.

As vagas são para superintendentes estaduais e superintendentes executivos na sede. Inicialmente, os processos visam preencher cargos hoje ocupados de forma provisória, com a perspectiva de formação de um ranking de desempenho que permita, futuramente, substituir gestores que não alcancem os resultados esperados.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 29/01/2026

COM DEDUÇÕES, GOVERNO CUMPRE META EM 2025 COM DÉFICIT DE R\$ 13 BI, DIZ TESOURO

Governo federal registrou déficit primário total de R\$ 61,691 bilhões no ano passado, valor equivale a 0,48% do PIB sem deduções

Por Guilherme Pimenta e Mariana Andrade, Valor — Brasília

O governo registrou déficit primário total de R\$ 61,691 bilhões em 2025. Com deduções permitidas pela legislação, o rombo para fins de cumprimento da meta foi de R\$ 13 bilhões, equivalente a 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo informado nesta quinta-feira (29) pelo Tesouro Nacional.

A meta de resultado primário para o ano passado era de déficit zero, mas pode ser negativa em até 0,25 ponto percentual do PIB tendo em vista as regras do arcabouço. O cálculo considera apenas gastos que são computados para fins do cumprimento da meta – outras despesas primárias, como

precatórios, são excluídas desta conta. Assim, com essas deduções, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cumpriu a meta fiscal do ano passado.

Somente em dezembro de 2025, o superávit foi de R\$ 22,107 bilhões. O déficit de R\$ 61,6 bilhões do ano equivale a 0,48% do PIB (sem deduções).

Os dados levam em conta Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central (BC) e excluem despesas com a dívida pública.

Em dezembro de 2024, as contas ficaram positivas em R\$ 24,106 bilhões. Em 2024 como um todo, por sua vez, houve déficit de R\$ 11 bilhões (0,09% do PIB).

O resultado de dezembro do ano passado foi formado por superávit de R\$ 10,946 bilhões do Tesouro, superávit de R\$ 11,116 bilhões da Previdência Social e superávit de R\$ 45 milhões do BC.

A receita líquida do governo central registrou alta real de 1,6% em dezembro (contra igual mês de um ano antes), somando R\$ 250,130 bilhões. No acumulado do ano, as receitas foram de R\$ 2,366 trilhões (alta real de 2,8%).

Enquanto isso, as despesas totais subiram 3,1% em igual comparação, alcançando R\$ 228,023 bilhões. No ano, as despesas totais somaram R\$ 2,427 trilhões (alta de 3,4%). No consolidado do ano passado, por sua vez, o resultado foi de superávit R\$ 256,337 bilhões do Tesouro, déficit de R\$ 317,158 bilhões da Previdência e déficit de R\$ 870 milhões do BC.

Dividendos

O governo recebeu R\$ 10,4 bilhões de dividendos de empresas estatais em dezembro. Em igual mês de 2024, o pagamento de dividendos pelas estatais somou R\$ 24,3 bilhões.

Com isso, o governo obteve R\$ 50,3 bilhões em dividendos e participações no acumulado de 2025, contra R\$ 76,6 bilhões no mesmo período de 2024.

Já a receita com concessões somou R\$ 1,4 bilhão em dezembro. No ano, R\$ 7,9 bilhões.

Investimentos

O governo federal investiu R\$ 15,399 bilhões em dezembro, o que representa queda real de 31,2% em relação a igual mês de 2024. No acumulado de 2025, por sua vez, os investimentos somaram R\$ 84,255 bilhões, queda real de 7,6% na comparação 2024.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/01/2026

CHINA INSTALA O TRIPLO DA AMÉRICA DO NORTE DE ARMAZENAMENTO DE ENERGIA EM BATERIAS

Capacidade de armazenamento de energia adicionada na China em 2025 cresceu 40%

Por Nikkei Asia — Nova York



Projeto de armazenamento de energia na província chinesa de Gansu — Foto: Reprodução/Nikkei Asia

A China dominou as instalações globais de sistemas de armazenamento de energia em baterias em 2025, com um recorde de 174,19 gigawatts-hora de nova capacidade, mais do que o triplo do número da América do Norte.

A capacidade de armazenamento de energia adicionada na China no ano passado cresceu 40%, passando de 123,94



GWh em 2024, de acordo com dados da Benchmark Mineral Intelligence, impulsionada pelo incentivo do governo chinês à transição para energia limpa. Projetos em escala de rede, que conectam o armazenamento às redes elétricas, foram outro fator primordial para o crescimento.

O maior mercado mundial de sistemas de armazenamento de energia em baterias (BESS, na sigla em inglês) representou mais da metade dos 315 GWh de novos projetos de armazenamento de energia em baterias em todo o mundo no ano passado.

Grande parte da nova capacidade instalada da China em 2025 foi adicionada em dezembro, quando os desenvolvedores correram para cumprir os prazos dos projetos e o fim do 14º Plano Quinquenal do governo, afirmou Iola Hughes, chefe de pesquisa da Benchmark Mineral Intelligence. Mais de 65 GWh de capacidade de armazenamento de energia em baterias em escala de rede foram adicionados em dezembro, um aumento de 135% em relação ao ano anterior.

"Tivemos um duplo golpe", disse Hughes. "Havia ainda mais pressão para concluir esses projetos dentro das cotas do 14º Plano Quinquenal."

Em setembro passado, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma e a Administração Nacional de Energia da China publicaram um plano de US\$ 35 bilhões para dobrar o armazenamento de energia em baterias até 2027. A China já superou as metas anteriores de armazenamento de energia. Por exemplo, inicialmente, a meta era instalar 30 GW de novo armazenamento de energia em 2025.

A Benchmark Mineral Intelligence prevê que a China instalará 239 GWh de nova capacidade este ano, representando mais da metade dos 458,5 GWh esperados globalmente.

Alguns dos maiores fabricantes de baterias do mundo, incluindo a CATL e a BYD, são chineses. Eles se beneficiaram de um aumento global na demanda por baterias usadas em veículos elétricos e redes de energia, mas o excesso de oferta provocou guerras de preços e ameaçou o crescimento do setor.

Cerca de 57,8 GWh de capacidade de armazenamento de energia em baterias entraram em operação na América do Norte no ano passado, um aumento de 28,4% em relação ao ano anterior, segundo dados da Benchmark Mineral Intelligence.

A demanda por eletricidade está crescendo rapidamente nos Estados Unidos, juntamente com a rápida expansão de data centers para uso em inteligência artificial. Mesmo com essa demanda, no entanto, o grupo de análise prevê que apenas 79,25 GWh de sistemas de armazenamento de energia em baterias serão instalados este ano.

O número de cancelamentos de projetos nos Estados Unidos entre janeiro e novembro do ano passado aumentou 340%, chegando a 54, enquanto a China registrou 181 cancelamentos, em comparação com apenas dois no mesmo período de 2024.

Hughes afirmou que o aumento nos cancelamentos provavelmente se deve ao crescimento do mercado, o que significa que há mais projetos em andamento que podem ser cancelados. Os sistemas de armazenamento de energia em baterias representam uma parcela muito maior da demanda por baterias na América do Norte do que os veículos elétricos, já que os subsídios fiscais para veículos elétricos foram eliminados no ano passado. Os impactos da política americana, segundo ela, ainda não se materializaram.

No entanto, o desenvolvimento de projetos nos Estados Unidos enfrenta dificuldades, visto que o governo Trump está priorizando combustíveis fósseis, como petróleo e gás, em detrimento das energias renováveis.

Certos créditos fiscais para projetos de energia solar e eólica serão eliminados gradualmente a partir deste ano, e os desenvolvedores são obrigados a adquirir baterias e componentes de empresas não

chinesas para se qualificarem para os subsídios, algo que nem sempre é fácil, dada a dominância da China na produção de baterias.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/01/2026

JUSTIÇA SUSPENDE COBRANÇA DE PEDÁGIO NA BR-364, EM RONDÔNIA

Trecho da rodovia é operado pelo consórcio formado pela 4UM e a gestora Opportunity; juiz acatou pedido da Aprosoja-RO e da Abiove

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



Pedágio do tipo "free flow" em trecho da BR-364, em Rondônia — Foto: Divulgação/Comunicação ANTT

A Justiça federal suspendeu a cobrança de pedágio na BR-364 em Rondônia, na concessão operada pelo consórcio da 4UM e da gestora Opportunity. O juiz Shamy Cipriano, da 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Rondônia, atendeu a um pedido da Aprosoja-RO (Associação dos produtores de soja e de milho do Estado de Rondônia) e da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais).

Na decisão, proferida nesta quinta-feira (29), o juiz afirmou que os documentos analisados demonstraram o descumprimento de uma cláusula do contrato, relacionada à "garantia de segurança de tráfego prévia ao início da cobrança de pedágio".

Ele também acatou as críticas ao sistema de cobrança "free flow" (feita por meio de pórticos eletrônicos, sem praças de pedágio), apontando "ausência de estudos pela ANTT [Agência Nacional de Transportes Terrestres] da infraestrutura local para adesão ao sistema e a ausência de qualquer meio de pagamento alternativo aos condutos — com exceção dos totens que exigem o estacionamento e desembarque do veículo para quitação do pedágio". Segundo ele, a implantação do sistema também desobedece ao "prazo mínimo de três meses do termo aditivo".

Início da cobrança foi antecipada

Segundo Dalton Miranda, diretor jurídico da Abiove, a cobrança de pedágio estava programada para o segundo semestre deste ano, e a antecipação para meados de janeiro pegou as companhias de surpresa. "Isso foi feito sem dar publicidade e sem preencher requisitos do contrato", disse.

De acordo com Miranda, caso a cobrança não fosse suspensa, o setor já partiria de prejuízo, por conta do custo adicional não previsto nos contratos negociados no fim do ano passado.

"Todos os contratos no nosso setor são contratos futuros, feitos com antecedência. A mercadoria que circula nas estradas está circulando sem contar o custo, que pelo contrato de concessão só ia interferir no segundo semestre. A safra que contratou com antecedência, e a antecipação que veio sem previsão legal, impactou todo o negócio das associadas e dos produtores, porque todos os contratos foram firmados sem considerar cobrança de pedágio", afirmou.

"Não somos contra a concessão e a cobrança do pedágio. Nossa resistência é pela ausência de transparência no processo de concessão", disse.

Caso a cobrança seja feita, os produtores devem desviar suas rotas de escoamento para Paranaguá (PR) ou Santos (SP), segundo Miranda.

Procurada, a ANTT disse que "se manifestará oportunamente nos autos do processo".

Após a publicação da reportagem, a concessionária afirmou que, "até o momento, não foi notificada sobre qualquer decisão judicial que determine a suspensão da cobrança de pedágio na BR-364, em Rondônia". A empresa disse que "desde que assumiu a operação do trecho entre Vilhena e Porto Velho vem cumprindo integralmente as diretrizes contratuais e prestando contas regularmente à ANTT, conforme previsto no contrato de concessão" e que "preza pela segurança jurídica, pela transparência e pelo estrito cumprimento das normas regulatórias vigentes, mantendo seu compromisso com a melhoria contínua da rodovia e a qualidade dos serviços prestados aos usuários".

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/01/2026

DÉFICIT COMERCIAL DOS EUA TEM EM NOVEMBRO MAIOR ALTA EM QUASE 34 ANOS

Resultado foi fruto de US\$ 292,1 bilhões em exportações, queda de 3,6% em relação a outubro, e US\$ 348,9 bilhões em importações, aumento de 5%

Por Reuters



Contêineres empilhados em navio, no porto de Savannah, na Georgia (EUA) — Foto: Stephen B. Morton/AP

O déficit comercial dos Estados Unidos registrou o maior aumento em quase 34 anos em novembro em meio a uma alta nas importações de bens de capital, provavelmente impulsionado por um boom de investimentos em inteligência artificial, o que pode levar economistas a reduzirem suas estimativas de crescimento econômico para o quarto trimestre.

O déficit comercial aumentou 94,6%, para US\$ 56,8 bilhões, informaram nesta quinta-feira o Escritório de Análise Econômica e o Census Bureau do Departamento de Comércio. A variação percentual foi a maior desde março de 1992. Economistas consultados pela Reuters previam que o déficit comercial aumentaria para US\$ 40,5 bilhões.

A divulgação do relatório foi adiado devido à paralisação do governo dos EUA, que durou 43 dias. As importações aumentaram 5,0%, para US\$ 348,9 bilhões. As importações de bens avançaram 6,6%, para US\$272,5 bilhões, com os bens de capital subindo US\$ 7,4 bilhões, para um recorde histórico. Elas foram impulsionadas por fortes ganhos nas importações de computadores e semicondutores. Mas as importações de acessórios para computadores diminuíram US\$ 3,0 bilhões.

As importações de outros bens também foram as mais altas já registradas. As importações de bens de consumo cresceram US\$9,2 bilhões, impulsionadas por produtos farmacêuticos. Houve grandes oscilações nas importações de produtos farmacêuticos, provavelmente relacionadas às tarifas dos EUA. As importações de suprimentos industriais caíram US\$ 2,4 bilhões. As exportações tiveram queda de 3,6%, para US\$ 292,1 bilhões em novembro.

As exportações de bens despencaram 5,6%, para US\$185,6 bilhões. Elas foram puxadas para baixo por uma queda de US\$6,1 bilhões nas exportações de suprimentos e materiais industriais, refletindo reduções no ouro não monetário, outros metais preciosos e petróleo bruto.

As exportações de bens de consumo diminuíram US\$3,1 bilhões em meio a um declínio nas remessas de produtos farmacêuticos.

O déficit comercial de bens aumentou 47,3%, para US\$86,9 bilhões. As importações de serviços caíram, enquanto as exportações nessa categoria foram as mais altas já registradas. A deterioração do déficit comercial em novembro pode moderar as expectativas dos economistas de que o comércio dará outro grande impulso ao Produto Interno Bruto no quarto trimestre.

O comércio contribuiu para o crescimento do PIB no segundo e terceiro trimestres de 2025.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 29/01/2026

FT: RECEITAS DE PETRÓLEO DA RÚSSIA TÊM FORTE QUEDA COM SANÇÕES

Receitas de energia de Moscou caem em um quinto em 2025 em relação a 2024

Por Anastasia Stognei, Chris Cook e Max Seddon, Em Financial Times



A inclusão da Lukoil e da Rosneft na lista de sanções dos EUA aumentou o risco para potenciais compradores estrangeiros — Foto: Bloomberg

As receitas ligadas ao setor de petróleo da Rússia caíram em um quinto no ano passado em relação a 2024, em linha com o recuo dos preços globais, dificultando a situação econômica do Kremlin durante a guerra contra a Ucrânia.

Em novembro, a diferença entre o Brent — a referência internacional para o petróleo, atualmente negociado em seu nível mais baixo desde 2021 — e a principal marca de petróleo bruto russo, o Urals, praticamente dobrou em relação ao mês anterior, após os EUA imporem sanções às gigantes petrolíferas Rosneft e Lukoil.

O desconto aumentou para mais de US\$ 24 por barril, ante cerca de US\$ 15 nos dois anos anteriores, segundo cálculos do Financial Times baseados em dados da Argus. Combinado com os preços baixos, isso reduziu a receita energética da Rússia em 2025 em cerca de um quinto em relação ao ano anterior.

Essa mudança evidencia como as sanções impostas pelo governo Trump estão corroendo as receitas petrolíferas da Rússia, um pilar do governo de Vladimir Putin, e sugere que o Ocidente ainda pode causar danos significativos à economia russa, quase quatro anos após o início da guerra.

Embora seja improvável que as pressões orçamentárias alterem os objetivos de guerra de Putin, elas começam a surtir efeito. "O déficit orçamentário é definitivamente um tema importante para Putin neste momento", afirmou Janis Kluge, especialista em Rússia do Instituto Alemão de Assuntos Internacionais e de Segurança.

O petróleo há muito representa uma parcela maior das receitas energéticas da Rússia do que o gás, uma diferença que aumentou com a perda do mercado europeu de gás em 2022, tornando as receitas mais vulneráveis às oscilações do preço do petróleo.

A inclusão da Lukoil e da Rosneft na lista de sanções dos EUA aumentou o risco para potenciais compradores estrangeiros. O impacto nos volumes de exportação ainda é incerto, mas o efeito sobre os preços já é drástico. Em dezembro, o governo russo reportou um preço do petróleo Urals de US\$ 39,2 por barril, o menor nível desde o início da pandemia de Covid-19.

Em alguns carregamentos recentes para a Índia, o preço caiu para algo entre US\$ 22 e US\$ 25 por barril FOB (quando o produto é colocado a bordo do navio ou em outro meio de transporte no porto do embarque), o que mal cobre os custos da Rússia, disse ao Financial Times um ex-executivo sênior do setor de energia. "Se eles [os EUA] intensificarem ainda mais as sanções, a única maneira de vendermos petróleo será por oleoduto", acrescentou.

O aumento dos gastos militares, combinado com a queda na receita energética, levou a um déficit orçamentário de 2,6% do PIB em 2025, cinco vezes maior que o planejado. Este é o quarto ano consecutivo de déficit, um dos mais longos sob o governo Putin.



No início de 2026, a Rússia poderá enfrentar um “déficit aparentemente grande” devido aos gastos estatais concentrados no início do ano e à receita energética “ainda menor que a do ano passado”, reconheceu o vice-ministro das Finanças, Vladimir Kolychev, no início de janeiro, conforme citado pela agência de notícias estatal Interfax.

A pressão é agravada pela valorização do rublo, que está 17% acima da taxa de 92 rublos por dólar prevista no orçamento, o que significa que a Rússia recebe menos rublos para cada dólar ganho com exportações.

Já uma variação de US\$ 10 no preço médio do petróleo Urals em relação à previsão orçamentária eliminaria entre 1,5 trilhão e 1,8 trilhão de rublos em receitas, escreveram analistas do Alfa Bank, o maior banco privado da Rússia. Se os preços baixos do petróleo e a valorização do rublo persistirem, o déficit poderá chegar a cerca de 3 trilhões de rublos até o final do ano, aproximadamente 7,5% das receitas que Moscou espera para 2026.

As sanções obrigaram a Rússia a aceitar descontos substanciais para manter a exportação. “Os participantes do mercado tiveram que ampliar a diferença entre o preço do petróleo russo e o valor de referência para manter sua participação no comércio global”, disse David Martirosyan, analista do Centro de Referência de Preços, com sede em Moscou. Ele estimou que as exportações marítimas de petróleo totalizariam até 410 toneladas por dia até o final de janeiro, uma queda de até 11% em relação ao ano anterior.

O quadro de exportações também mudou. Em dezembro, as exportações marítimas de petróleo bruto para a China aumentaram 23% em relação ao mês anterior, enquanto os embarques para a Índia caíram 29%, segundo o Centro de Pesquisa em Energia e Ar Limpo (CREA), um think tank com sede em Helsinque.

Em janeiro, a participação dos embarques para compradores não divulgados aumentou acentuadamente, indicando um volume crescente de petróleo armazenado em navios-tanque. “Em meados de janeiro, muitos petroleiros permaneceram perto da costa oeste da Índia ou da China, buscando compradores entre as refinarias para finalmente descarregar o petróleo”, disse Borys Dodonov, chefe do Centro de Estudos de Energia e Clima da Escola de Economia de Kiev.

A proporção de navios que listam destinos como Egito ou Cingapura em seus sistemas AIS também aumentou, disse Martirosyan, da PBC. Esses locais geralmente são destinos intermediários para a carga.

As sanções reduziram a participação das receitas energéticas no orçamento total, de até 50% no seu auge para cerca de 24% — o nível mais baixo em pelo menos uma década. Para compensar o déficit, o Kremlin teve que aumentar o IVA e os impostos sobre as pequenas empresas.

As sanções estão produzindo uma “compressão lenta e cumulativa”, dificultando a manutenção da estabilidade fiscal, prejudicando o crescimento e a resiliência a longo prazo e aumentando o risco de desequilíbrios macroeconômicos, afirmou Vakhtang Partsvania, professor da Universidade do Cáucaso em Tbilisi.

“A erosão das rendas do petróleo significa que cada rublo adicional de receita agora acarreta um custo econômico maior, por meio de menor lucratividade corporativa, redução de investimentos e maior pressão sobre os setores não petrolíferos”, disse Partsvania.

Mas Alexandra Prokopenko, pesquisadora do Centro Carnegie Rússia-Eurásia, alertou que a durabilidade dessa tendência dependerá do preço do petróleo.

“A Rússia não deixou de ser um petroestado por ter diversificado sua economia”, afirmou. “Pelo contrário, seus mercados de exportação foram restringidos e os preços do petróleo se tornaram insustentáveis.”

Fonte: Valor Econômico - SP



Data: 29/01/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CONSELHO INDUSTRIAL DO MERCOSUL DEFENDE ENTRADA EM VIGOR DO ACORDO COM A UNIÃO EUROPEIA E MAIS INTEGRAÇÃO REGIONAL

Por Nelson Moreira Economia 29/01/2026 - 18:11

O Conselho Industrial do Mercosul (CIM) divulgou nesta quinta-feira (29) declaração na qual recomenda aos países do bloco fortalecer a integração produtiva, ampliar a inserção internacional e aumentar a competitividade regional. O documento, assinado por representantes das entidades industriais da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, foi apresentado na reunião do grupo promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no Fórum Econômico Internacional da América Latina e Caribe, no Panamá.

Na avaliação do Conselho, a integração econômica é fundamental para ampliar oportunidades de comércio e investimento, fomentar a inovação e promover o desenvolvimento sustentável, especialmente em cenário global marcado por tensões geopolíticas, reconfiguração de cadeias produtivas e desafios da transição energética.

O diretor da CNI Paulo Afonso Ferreira, que lidera a comitiva de industriais brasileiros no encontro do Panamá, disse que a declaração consolida a visão comum sobre a importância da integração regional, do diálogo entre os governos e de agenda externa que amplie o comércio, estimule investimentos e aumente a competitividade. “No comércio intrarregional da América Latina, o Brasil se destaca como o principal exportador de bens para os demais países, o que atribui a ele papel estratégico na integração comercial da região”, afirmou.

Entre as prioridades apontadas pelo Conselho, estão o avanço da agenda externa do Mercosul e o apoio à entrada em vigor do acordo com a União Europeia, além dos acordos com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e Singapura. A entidade defendeu ainda a intensificação do diálogo com o setor privado para definir prioridades nas negociações comerciais.

A declaração destaca também a necessidade de aprofundar o intercâmbio regional, com ações voltadas à inovação, à sustentabilidade e ao fortalecimento da integração produtiva, incluindo a redução de barreiras ao comércio intrazona, a simplificação regulatória e a ampliação da participação das pequenas e médias empresas em cadeias de valor regionais e globais.

No documento, os membros do Conselho informam acreditar que consolidar esses avanços é fundamental para promover crescimento econômico sustentável e aprofundar a parceria estratégica econômica e social promovida pela integração entre os países do bloco, melhorando a competitividade da região frente ao mundo. “Estamos convencidos de que o diálogo permanente é a melhor ferramenta para alcançar esses objetivos”, diz a declaração.

Também durante a reunião do Conselho Industrial do Mercosul, a CNI iniciou consulta para identificar e entender os desafios que impedem o crescimento da participação feminina no comércio internacional, com foco na América Latina e no Caribe. A iniciativa, idealizada pelo Fórum Nacional da Mulher Empresária (FNME), pretende ampliar mapeamento similar feito no ano passado.

O objetivo da consulta, em parceria com o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é identificar gargalos e demandas de suporte para orientar políticas públicas e investimentos. O FNME é iniciativa coordenada pela CNI para fomentar a liderança feminina, o empreendedorismo e a diversidade de gênero no setor industrial e empresarial brasileiro.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/01/2026

MARCUS VOLOCH ASSUME PRESIDÊNCIA DA LOG-IN

Por Executivos 29/01/2026 - 17:02



A Log-In Logística Integrada anunciou, nesta quinta-feira (29), que Marcus Voloch, profissional que tem três décadas de atuação nos setores de navegação e logística e está na Log-In desde 2023, assumiu a presidência da companhia. Ele é formado em Administração, iniciou sua carreira em 1995 e acumulou experiências em finanças, produto, vendas e operação, incluindo posições no exterior e responsabilidade sobre trades nas Américas.

O novo presidente destacou, entre os focos iniciais de sua atuação na presidência, o fortalecimento das unidades além da navegação e a melhoria da estrutura interna, eliminando barreiras desnecessárias e aumentando a autonomia das equipes. Segundo a empresa, a mudança no comando coincide com a campanha #FazLogin, que reforça sua presença no dia a dia de seus clientes.

Voloch sucede Marcio Arany, que no começo de dezembro comunicou em reunião do conselho de administração do grupo, que deixaria o cargo no final de 2025, após cinco anos na posição.

De acordo com a Log-In, a companhia registrou evolução consistente nos últimos anos, especialmente na navegação, ampliando sua relevância como operadora de logística integrada. De janeiro a setembro de 2025, informou, a receita operacional líquida foi 29,4% superior ao mesmo período de 2023.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/01/2026

DESMANTELAMENTO DE PORTA-CONTÊINERES ATINGIU EM 2025 SEU PONTO MAIS BAIXO EM 20 ANOS

Da Redação Indústria naval 29/01/2026 - 17:15



afretamento se mantiverem altas.

O desmantelamento de navios porta-contêineres registrou em 2025 seu nível mais baixo em duas décadas, de acordo com relatório divulgado pela Alphaliner, plataforma especializada em informações sobre construção naval. Segundo ela, no ano passado, apenas 12 navios, com capacidade total de 8.172 TEU, foram reciclados e três pequenos vendidos, mas ainda não desmantelados. A empresa avalia que o resultado reflete a força do mercado marítimo e a relutância dos armadores em aposentar embarcações antigas enquanto as taxas de frete e de

A Alphaliner informou que os números de 2025 contrastam com os registrados em anos recentes, citando que, em 2024, foram recicladas embarcações com capacidades somadas de 95.607 TEUs e que o recorde foi alcançado em 2016, com 655.000 TEUs. De acordo com a análise da plataforma, "o mercado de contêineres aquecido, com alta demanda e taxas de afretamento sólidas ao longo do ano, explica em grande parte a relutância dos armadores em sucatear seus navios mais antigos".

Ainda segundo ela, as poucas embarcações sucateadas no ano passado foram, em sua maioria, de pequeno porte, e 10 dos 12 navios desmantelados tinham capacidade inferior a 1.000 TEUs. O maior navio porta-contêineres vendido para reciclagem foi o Horizon Enterprise, com capacidade para 2.407 TEUs e construído em 1980 nos Estados Unidos. O menor foi o Zi Yu Lan, com capacidade para 286

TEUs, produzido na Alemanha em 1995. A idade média dos navios vendidos era de 30 anos, o mais velho tinha 45 anos e o mais novo, 20.

De acordo com a plataforma, em 2025 os preços de navios antigos apresentaram ligeira tendência de queda na Índia, mas em dezembro estavam entre 400 e 430 dólares por tonelada leve (TL), nível considerado alto. Na Turquia, os preços também caíram no primeiro semestre do ano, antes de se estabilizarem em torno de 270 a 290 dólares por tonelada.

Mas a expectativa da Alphaliner é de mudança do cenário em 2026, se as companhias de navegação voltarem em massa às rotas pelo Mar Vermelho e pelo Canal de Suez. “Com a liberação substancial de capacidade e o efeito cascata gerado pelas distâncias mais curtas, as taxas de frete e afretamento poderão ficar sob pressão”, informa a empresa no relatório. Se esse contexto se confirmar, a Alphaliner prevê recuperação nas vendas de sucata em 2026, especialmente no segundo semestre.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/01/2026

BRASIL E PANAMÁ FECHAM ACORDO DE COOPERAÇÃO LOGÍSTICA E NEGOCIAM AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE PAÍSES

Da Redação Portos e logística 29/01/2026 - 17:10



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) anunciou, na última quarta-feira (28), a assinatura, durante o Fórum Econômico Internacional da América Latina e do Caribe (ALC), na capital panamenha, de memorando de cooperação entre Brasil e Panamá para investimentos em logística de transportes e infraestrutura portuária. Foi formalizada ainda uma parceria técnica voltada ao setor portuário.

Segundo o MPor, o documento estabelece quatro pilares de cooperação: aumento da competitividade com criação de novas rotas; descarbonização; modernização tecnológica com uso de inteligência artificial e big data; e capacitação profissional. Prevê ainda a realização de estudos para estabelecer um corredor verde entre o Brasil e o Canal do Panamá, por onde são transportadas cerca de 5,8 milhões de toneladas de cargas por ano, com uso de combustíveis sustentáveis.

O ministério informou ainda que na noite de terça-feira (27), acompanhado de parte da comitiva brasileira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se com o presidente do Chile, José Antonio Kast, para discutir projetos de cooperação bilateral. No dia seguinte, quarta-feira (28), a comitiva brasileira teve encontro com o presidente da Bolívia, Rodrigo Paz, para debater a possibilidade de investimentos em infraestrutura física e iniciativas para superar gargalos logísticos e ampliar o comércio entre os países.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/01/2026

ARTIGO - EVENTOS CLIMÁTICOS E CABOTAGEM: O CUSTO DA FALTA DE PLANEJAMENTO NOS RIOS AMAZÔNICOS

Por Julian Thomas Opinião 29/01/2026 - 16:28



Os eventos climáticos extremos deixaram de ser episódicos e passaram a integrar a dinâmica da economia brasileira. Na Amazônia, onde os rios são as principais vias de transporte, seus efeitos recaem diretamente sobre o abastecimento, o escoamento da produção e o custo logístico nacional.

A afirmação de que “os rios são as estradas da Amazônia” é correta, mas exige coerência prática. Rodovias só garantem fluxo

quando são mantidas; com os rios não é diferente. Sinalização náutica adequada, batimetrias atualizadas e dragagens realizadas no momento correto são condições básicas para assegurar a navegabilidade. O que se tem observado nos últimos anos, contudo, é uma sucessão de ações descoordenadas, especialmente após eventos climáticos extremos.

Dragagens emergenciais foram executadas quando os rios já se encontravam em enchente, tornando-se ineficazes. Em outros casos, contratos de longo prazo resultaram em intervenções apenas quando o período crítico já havia passado. O efeito econômico é claro: restrição à navegação justamente quando a logística mais precisa funcionar.

Houve avanços relevantes. As batimetrias passaram a ser realizadas não apenas como subsídio para dragagens, mas como instrumento de conhecimento contínuo do comportamento dos rios amazônicos, cujas características mudam ano a ano. A Capitania dos Portos da Amazônia Ocidental passou a divulgar diariamente informações sobre calado máximo recomendado e folga abaixo da quilha para diferentes tipos de embarcação, permitindo maior previsibilidade e segurança operacional.

Ainda assim, nos períodos críticos, os armadores são obrigados a operar com restrições severas de carregamento. Os navios seguem rigorosamente as determinações da Autoridade Marítima, que tem como obrigação constitucional preservar a segurança da navegação e prevenir a poluição. O problema econômico surge quando a redução da carga transportada não é acompanhada por redução de custos. Tripulação, combustível, praticagem e demais despesas permanecem praticamente inalteradas.

Para mitigar parte dessas perdas, o setor utiliza a chamada sobretaxa da seca, um adicional temporário ao frete que busca compartilhar prejuízos decorrentes da impossibilidade de operar em plena capacidade. Não se trata de aumento de margem, mas de um mecanismo de compensação frente a limitações impostas por fatores externos e, muitas vezes, pela ausência de ações estruturantes do poder público.

O transporte marítimo opera em regime de liberdade de preços. Ainda assim, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), ao acolher manifestações sob alegação de abusividade e sem ouvir de forma efetiva os armadores — os principais afetados —, determinou a suspensão da cobrança da sobretaxa. Recursos administrativos foram apresentados, demonstrando que as limitações operacionais eram reais e impostas pelas regras de segurança da navegação, mas não obtiveram êxito.

A cabotagem é estratégica para a logística nacional e essencial para a região amazônica. Os rios Amazonas e Negro viabilizam o abastecimento de Manaus e de toda a região com bens de primeira necessidade, além de permitir o escoamento da produção local. Quando a navegação é restringida, o impacto recai diretamente sobre preços, disponibilidade de mercadorias e competitividade regional.

Evitar esse cenário exige coordenação efetiva entre os diversos órgãos governamentais. A dragagem planejada e executada no momento adequado é uma das ações centrais para garantir previsibilidade logística e evitar custos adicionais à sociedade. A ausência de planejamento resulta em desperdício de recursos públicos, serviços duplicados e ineficiência operacional.

As secas de 2023 e 2024 entraram para a história. Em 2025, embora mais amenas, ainda impactaram as operações, com navios operando abaixo da capacidade nominal e sem a possibilidade de aplicação da sobretaxa da seca. A questão encontra-se judicializada, não com o objetivo de onerar usuários, mas de preservar a continuidade do fluxo logístico.



O ano de 2026 começa com um contrato de dragagem vigente. Resta saber se as intervenções ocorrerão no tempo correto, qual será a intensidade da seca e como estará o fundo dos rios. São respostas que virão nos próximos meses, mas que exigem planejamento desde já. Caso contrário, o custo da ineficiência continuará sendo repassado à economia — e, em especial, à população amazônica.

Julian Thomas é Diretor-presidente da Associação Brasileira dos Armadores da Cabotagem (Abac) julian-thomas-divulgacao-abac.jpeg

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/01/2026

TAXAS DE FRETE SPOT CAEM MAIS APÓS FIM DO PICO QUE ANTECEDE ANO NOVO CHINÊS

Da Redação Navegação 28/01/2026 - 18:04



As taxas spot para transporte marítimo de contêineres continuam perdendo força nos principais corredores leste-oeste, em meio ao fim do pico sazonal pré-Ano Novo Chinês, à demanda mais fraca e à normalização gradual da oferta, informam especialistas em transporte marítimo. Os dados mais recentes da Drewry, Freightos e do Índice de Frete de Contêineres de Xangai (SCFI), por exemplo, confirmam que a tendência de queda já afeta a maioria das rotas relevantes.

O Índice Mundial de Contêineres (WCI) da Drewry caiu 10% em 22 de janeiro, para 2.212 dólares por FEU, marcando o segundo recuo consecutivo. A queda foi liderada pelas rotas transpacíficas e Ásia-Europa, nas quais as companhias de navegação aumentaram o número de viagens canceladas para compensar a demanda reduzida após o fim da alta temporada antes do Ano Novo Chinês. De acordo com a Drewry, a expectativa é de que as taxas continuem caindo nas próximas semanas.

Na rota Ásia-Estados Unidos, as quedas foram significativas. As taxas spot de Xangai para Nova York caíram 11%, para 3.191 dólares por FEU, enquanto a rota Xangai-Los Angeles recuou 12%, para 2.546 dólares por FEU. Também na rota Ásia-Europa há tendência de queda: Xangai-Roterdã teve redução de 9%, para 2.510 dólares por FEU, e Xangai-Gênova, 8%, para 3.520 dólares por FEU.

O ajuste tarifário ocorre em meio a decisões operacionais divergentes em relação ao Canal de Suez. Enquanto a CMA CGM decidiu redirecionar três serviços entre a Ásia e a Europa novamente via Cabo da Boa Esperança, a Maersk anunciou a retomada de seu serviço regular entre a Índia e a Costa Leste dos Estados Unidos via Suez, a partir de 26 de janeiro. De acordo com a Drewry, a falta de uniformidade sugere que a capacidade efetiva retornará ao mercado gradualmente, evitando a queda abrupta nas taxas spot.

Os dados do Índice Báltico da Freightos, de 16 de janeiro, reforçam essa avaliação. As tarifas semanais para as rotas Ásia-Costa Oeste dos Estados Unidos caíram 3%, para 2.668 dólares por FEU, enquanto as tarifas para a Costa Leste americana recuaram 2%, para 3.947 por FEU. As tarifas na rota Ásia-Norte da Europa diminuíram 3%, para 2.893 dólares por FEU, e as da rota Ásia-Mediterrâneo caíram 5%, para 4.623 dólares por FEU.

Judah Levine, diretor de pesquisa da Freightos, explicou que as tarifas de frete nas principais rotas leste-oeste caíram ligeiramente e que não há sinais de recuperação imediata, sugerindo que as companhias de navegação não estão implementando os aumentos gerais de tarifas (GRIs) esperados para meados do mês. Em sua opinião, a demanda antes do Ano Novo Chinês "já atingiu o pico".

Na rota Ásia-Mediterrâneo, as tarifas caíram cerca de 200 dólares por FEU em relação ao pico do início de janeiro, enquanto na rota Ásia-Norte da Europa as tarifas caíram de quase 3.000 dólares por FEU para 2.893 dólares. Segundo Levine, essas são as primeiras reduções desde que as tarifas começaram a subir em meados de outubro. Na rota Transpacífica, as tarifas recuaram após atingirem o pico em janeiro, embora ainda estejam acima das mínimas de outubro.

O analista da indústria marítima Lars Jensen acrescentou que o SCFI mostra um "colapso rápido" em algumas rotas. O trecho China-Dubai caiu 24% em uma única semana e acumulou um declínio de 39% em três semanas. Quedas acentuadas também são observadas para a Austrália, de 24% em três

semanas, para a Costa Oeste da América do Sul, de 26%, para a Costa Leste da América do Sul, de 11%, e para a África Oriental, de 16%). No caso da Costa Oeste da América do Sul, Jensen enfatiza que o nível atual é inferior a qualquer outro registrado em 2025.

De modo geral, os indicadores confirmam que o mercado à vista entrou em fase de correção generalizada. Embora algumas quedas sejam atribuídas à sazonalidade após o pico anterior ao Ano Novo Chinês, a magnitude das reduções sugere reequilíbrio mais amplo entre oferta e demanda, com pressão de baixa que pode se intensificar no curto prazo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/01/2026

CHINA DARÁ PRIORIDADE À SOJA BRASILEIRA NESTE SEMESTRE, APESAR DO RETORNO DOS EMBARQUES DOS EUA

Da Redação Portos e logística 28/01/2026 - 18:06



A China aumentará suas importações de soja brasileira no primeiro semestre de 2026, impulsionada pela produção recorde e por preços mais competitivos, mesmo com a retomada das importações dos Estados Unidos. Segundo a agência de notícias Reuters, grupos privados chineses estão finalizando contratos para embarques do Brasil, com entregas a partir de fevereiro, conforme a colheita avança e a disponibilidade aumenta.

Esse maior volume proveniente do Brasil pode limitar a demanda por soja americana quando a temporada de exportação para a América do Norte começar, em setembro. A diferença tarifária influencia as decisões de compra. Enquanto a soja brasileira está sujeita à tarifa de 3%, para a dos Estados Unidos a taxa é de 13%.

Em novembro de 2025, a soja brasileira destinada à China estava cotada abaixo dos preços praticados no Golfo do México e no Noroeste do Pacífico dos Estados Unidos, o que teria significado custo total mais alto para os embarques americanos. Segundo operadores e analistas, as margens de esmagamento para a soja brasileira com embarques de março a junho permanecem favoráveis.

As exportações brasileiras para a China no período devem superar as do ano anterior, impulsionadas pelo aumento da oferta e pelos preços mais baixos em comparação com a soja americana. A produção brasileira do produto para a safra 2025/26 é estimada em 182,2 milhões de toneladas, segundo a Agroconsult.

Nesse cenário, o Rabobank projeta que o Brasil exportará aproximadamente 85 milhões de toneladas de soja para a China entre setembro de 2025 e agosto de 2026, com aumento de 6 milhões de toneladas em relação ao ano anterior.

Segundo as informações, a China já reservou entre 42 e 44 milhões de toneladas de soja brasileira para o período, incluindo de 23 a 25 milhões de toneladas com embarques programados de fevereiro a agosto. Analistas indicam ainda que a persistência de alta da população de suínos no país asiático sustentará a demanda por farelo de soja durante o primeiro semestre de 2026.

Segundo dados oficiais, a China importou 109,37 milhões de toneladas de soja na safra 2024/25, enquanto para a safra 2025/26 o Ministério da Agricultura prevê uma redução para 95,8 milhões de toneladas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/01/2026

VARD ENXERGA OPORTUNIDADES NAS ÁREAS DE O&G E DEFESA

Por Danilo Oliveira Indústria naval 28/01/2026 - 17:41



Empresa destaca apoio do grupo Fincantieri para manter atividades nos últimos anos e projeta forte potencial no mercado de construção e reparo naval

O Vard acredita no forte potencial do mercado de construção e reparo naval no Nordeste do Brasil e no país como um todo. Diante da redução de encomendas da indústria naval nos últimos anos, a empresa do grupo Fincantieri passou por um processo de reestruturação para enfrentar esse cenário desafiador. A subsidiária afirma que a empresa de capital misto sob controle estatal italiano apoia suas operações locais, a fim de assegurar a continuidade das atividades e a prontidão industrial ao longo dos diferentes ciclos de mercado.

“Olhando para frente, vemos desafios positivos e oportunidades relevantes, especialmente impulsionados pelos mercados que fazem parte do core business do grupo: petróleo e gás (O&G) e Defesa”, projetou o gerente de vendas do Vard, Leonardo Alcântara. Ele ressaltou à Portos e Navios que, no período de baixa da construção naval, a equipe manteve o foco em atividades de reparo e manutenção naval, preservando o know-how técnico, a infraestrutura e a capacidade operacional, ao mesmo tempo em que se preparava para a retomada gradual das atividades de construção naval em seu estaleiro no Brasil.

“Essa estratégia contou com o suporte contínuo do grupo Fincantieri, que mantém presença industrial no país há mais de uma década por meio de sua subsidiária (Vard), com a entrega de um portfólio diversificado de embarcações, incluindo seis gaseiros construídos para a Transpetro”, reforçou. Um deles, o Oscar Niemeyer (foto), construído no Vard Promar e entregue em 2015, retornou ao dique flutuante do estaleiro após 10 anos para docagem de classe.

Durante 40 dias de projeto, a equipe brasileira executou um amplo projeto de reparo e manutenção, abrangendo serviços estruturais, elétricos e de máquinas, além da modernização do Sistema de Gerenciamento de Água de Lastro (BWMS). O navio deixou o estaleiro no dia 14 de novembro de 2025, pronto para retomar suas operações. Para Alcântara, o grupo Fincantieri reforçou posição junto à Transpetro, consolidando o Vard Promar como referência em manutenção e reparo de gaseiros no Brasil.

“A embarcação retornou ao estaleiro e tivemos a satisfação de constatar que, mesmo após 10 anos de operação, [a embarcação] continua a desempenhar plenamente o propósito para o qual foi projetada. Para o nosso time, foi motivo de orgulho receber novamente um navio que construímos e acompanhar seu desempenho ao longo do tempo”, comentou.

Os serviços executados foram necessários à renovação e à manutenção de sua classificação, incluindo: Limpeza, tratamento e pintura do casco; Remoção, limpeza, medição de folgas e substituição, quando necessário, de componentes do sistema de propulsão e governo; Abertura, limpeza, inspeção e fechamento das válvulas de fundo e de costado. Também foram realizados: Limpeza, tratamento e inspeção dos tanques de lastro;

Abertura, limpeza, inspeção e fechamento das bombas de carga, com substituição de peças em conformidade com o manual do fabricante; Manutenção da baleeira e do bote de resgate.

A equipe do Vard Promar ainda realizou serviços complementares de manutenção, especialmente nos conveses expostos, considerando que a embarcação opera com carga inflamável e perigosa. Alcântara explicou que essas atividades são mais complexas de executar durante a operação regular do navio, em razão das restrições de segurança que são inerentes a áreas classificadas.

Durante os dias dessa docagem, foram mobilizados, em média, cerca de 230 profissionais, entre equipe própria e empresas subcontratadas, atuando de forma integrada na execução dos serviços. Alcântara disse que, apesar da oferta de fornecedores navais especializados na região ainda ser

limitada, a empresa tem trabalhado ativamente no desenvolvimento de parcerias estratégicas, com o objetivo de fortalecer e qualificar o cluster naval local.

“Esse movimento já vem trazendo resultados positivos e seguirá sendo uma prioridade do nosso time nos próximos anos”, celebrou.

Em termos de infraestrutura, o Vard utiliza os principais ativos do estaleiro, incluindo um cais com 150 metros de extensão, um dique flutuante de 152 metros, com boca interna de 35 metros, além das oficinas de mecânica, estruturas e cabines de pintura. Para o gerente, essa combinação de ativos permitiu executar os serviços com eficiência, segurança e elevado padrão de qualidade.

No segmento de reparos navais, o portfólio cultivou relações de longo prazo com empresas como Wilson Sons, Svitzer e Saam Towage, que recorrem ao estaleiro de forma recorrente. Além dos clientes de longa data, a empresa cita serviços para armadores de diferentes segmentos, como Van Oord (apoio portuário), Bram Offshore, OceanPact, Oceânica e Posidonia (apoio marítimo offshore), Norsul, Transpetro, Elcano e Gávea Offshore (cabotagem), além de instituições como a Marinha do Brasil e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

“O aquecimento recente do mercado tem trazido novos clientes interessados em parcerias duradouras, e mantemos uma postura aberta e colaborativa, estando sempre disponíveis para apoiar nossos parceiros nas mais diversas demandas de reparo, manutenção e serviços especializados”, salientou Alcântara.

Construção naval

Na construção naval, a empresa segue estratégia de retomada ‘gradual e saudável’, focada em projetos alinhados às bases históricas. No radar estão as licitações e projetos de embarcações que o estaleiro já entregou com sucesso no passado, priorizando consistência técnica, previsibilidade e geração de valor aos clientes. “Temos acompanhado de forma muito atenta o aquecimento recente do mercado naval brasileiro, impulsionado principalmente pelas licitações da Petrobras e da Transpetro, que vêm mobilizando toda a cadeia produtiva nos últimos anos. Vemos nesse movimento uma oportunidade concreta de retomada sustentável da indústria naval no país”, afirmou Alcântara.

A participação nos recentes processos licitatórios da Transpetro está alinhada à estratégia do grupo de retomada gradual da construção naval. “Essa atuação se apoia em uma base sólida de experiência, com destaque para embarcações já entregues com sucesso, como os gaseiros construídos para a Transpetro, que seguem como referência de qualidade e desempenho operacional”, frisou Alcântara.

No mercado de apoio marítimo offshore, a equipe do Vard vem conduzindo estudos técnicos a fim de viabilizar a entrada nesse segmento de forma estruturada e competitiva, em linha com as competências e com o suporte do grupo. “Estamos mobilizados tanto para a retomada da construção naval, quanto para o fortalecimento do estaleiro como referência em reparação e manutenção naval no Nordeste, com foco em crescimento consistente e parcerias de longo prazo”, pontuou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/01/2026

FMM DESTINOUS R\$ 3,8 BILHÕES PARA INVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA NAVAL E SETOR AQUAVIÁRIO EM 2025

Da Redação Indústria naval 28/01/2026 - 18:00



O Fundo da Marinha Mercante (FMM) destinou R\$ 3,85 bilhões ao setor naval e aquaviário em 2025, com crescimento de 107,4% em relação a 2024, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (28) pelo Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor). A maior parcela, de R\$ 2,45 bilhões, foi direcionada à construção de embarcações, R\$ 361 milhões financiaram obras de infraestrutura



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 017/2026
Página 84 de 84
Data: 29/01/2026
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

portuária e aquaviária, R\$ 70,8 milhões foram destinados à modernização de estaleiros e R\$ 959,3 milhões corresponderam a ressarcimentos à Receita Federal.

No ano passado, foram aprovados 771 projetos, que somam R\$ 31,8 bilhões em financiamentos, para construção naval, infraestrutura aquaviária e modernização do parque industrial do setor. Do total, 152 projetos avançaram para a fase de contratação, com R\$ 7,7 bilhões formalizados, permitindo o início das obras. Além disso, foram feitas 166 operações com recursos de contas vinculadas, num total de R\$ 708,7 milhões.

Na região Norte, as contas vinculadas ao Fundo anteciparam investimentos, concentrando 53% dos recursos aplicados. Os financiamentos do FMM concentraram-se também nas regiões Sul e Sudeste, conforme a demanda dos projetos apresentados.

Para 2026, o Fundo da Marinha Mercante prevê destinar até R\$ 34 bilhões a novos projetos de construção naval. Está prevista também a formalização de cerca de R\$ 8 bilhões em novas contratações, permitindo que projetos já aprovados avancem para a fase de execução.

Em janeiro de 2026, informou o MPor, a primeira Reunião do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) terá como foco a priorização de projetos portuários, com possibilidade de destinação de até R\$ 4,8 bilhões para iniciativas voltadas à ampliação, modernização e eficiência da infraestrutura portuária e aquaviária.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/01/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 29/01/2026